

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA LITERATURA

Josiele Machado Medeiros

***Imagens de um Brasil: 1964 na ótica drummondiana***

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA LITERATURA

***Imagens de um Brasil: 1964 na ótica drummondiana***

Josiele Machado Medeiros

Dissertação de Mestrado em Estudo de Literatura, apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino

Porto Alegre

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Medeiros, Josiele Machado  
Imagens de um Brasil: 1964 na ótica drummondiana /  
Josiele Machado Medeiros. -- 2022.  
127 f.  
Orientador: Antônio Marcos Vieira Sanseverino.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Carlos Drummond de Andrade. 2. crônica. 3.  
imagens . 4. ditadura militar. 5. Rio de Janeiro . I.  
Sanseverino, Antônio Marcos Vieira, orient. II.  
Título.

Josiele Machado Medeiros

*IMAGENS DE UM BRASIL: 1964 NA ÓTICA DRUMMONDIANA*

Dissertação de Mestrado em Estudo de Literatura, apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2022.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino  
Instituto de Letras  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cassilda Golin Costa  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Homero José Vizeu Araújo  
Instituto de Letras  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. William Moreno Boenavides  
Instituto Federal de Santa Catarina

Esta pesquisa é para todos aqueles que se dedicam a impedir o passado de construir o futuro.

*O que poderia ter sido é uma abstração  
Que permanece, perpétua possibilidade,  
Num mundo apenas de especulação.  
O que poderia ter sido e o que foi  
Convergem para um só fim, que é sempre presente.*

**T. S. Eliot** (tradução de Ivan Junqueira)

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,  
A vida presente.*

**Carlos Drummond de Andrade**

## **Resumo**

Este trabalho volta-se para as crônicas de Carlos Drummond de Andrade publicadas na série *Imagens* (coluna abrigada no jornal carioca Correio da Manhã), em 1964, ano do golpe militar no Brasil. Deste estudo, destacamos os textos políticos de Drummond, em ordem cronológica, com o intuito de, por meio deles, acompanhar os movimentos que antecedem o início do regime ditatorial, bem como os desdobramentos dessa ação inconstitucional. Além disso, examinamos o olhar do cronista lançado às transformações sofridas pelo Rio de Janeiro, através de signos de passado e de presente relacionados à cidade, em uma configuração geográfica. A dissertação assume a forma de ensaio e, por isso mesmo, prevê a inseparabilidade teórico-metodológica em sua formulação argumentativa.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; crônica; *Imagens*; ditadura militar; Rio de Janeiro.

## **Abstract**

The present work explores Carlos Drummond de Andrade's chronicles published at *Imagens* series (column hosted by the carioca newspaper *Correio da Manhã*), in 1964, year of military coup in Brazil. From this study, we highlight Drummond political texts, in chronological order, with the purpose of, through them, follow up the movements that precede the beginning of the dictatorship, as well as the consequences of this unconstitutional act. Furthermore, we examined the chronicler views about the transformations occurred in Rio de Janeiro, through past and present marks related to the city, in a geographic conformation. The dissertation assumes an essay form and, for this reason, implies the inseparability between theory and methodology in its argumentative formulation.

Key-words: Carlos Drummond de Andrade; chronicle; *Imagens*; military dictatorship; Rio de Janeiro.

## **Lista de figuras**

Figura 1	35
Figura 2	45

## Sumário

<b>Introdução</b>	11
<b>1. <i>Imagens do dia: a boa disposição</i></b>	14
<b>2. <i>Imagens do ano: a vida política</i></b>	19
2.1 <i>Imagens do tempo: os sobressaltos</i>	35
<b>3. <i>Imagens urbanas: a cidade</i></b>	64
3.1 <i>Imagens de fim: uma loja</i>	65
3.2 <i>Imagens urbanas: redescobertas</i>	67
3.3 <i>Imagens do dia: livrarias</i>	69
3.4 <i>Imagens do dia: o 4º</i>	72
3.5 <i>Imagens devastadas: pobres monumentos</i>	75
3.6 <i>Imagens ativas e imagens na placa: rua Metal Rosicler e avenidas líricas</i>	77
3.7 <i>Imagens a visitar: céu distrital</i>	81
3.8 <i>Imagens cariocas: debaixo da ponte</i>	84
<b>Considerações finais: outros olhares</b>	88
<b>Referências</b>	90
<b>Anexo 1</b>	91
<b>Anexo 2</b>	124

## Introdução

Crônica tem essa vantagem: não obriga ao paletó-e-gravata do editorialista, forçado a definir uma posição correta diante dos grandes problemas; não exige de quem a faz o nervosismo saltitante do repórter, responsável pela apuração do fato na hora mesma em que ele acontece; dispensa a especialização suada em economia, finanças, política nacional e internacional, esporte, religião e o mais que imaginar se possa. Sei bem que existem o cronista político, o esportivo, o religioso, o econômico etc., mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada ao falar de tudo. Não se exige do cronista geral a informação ou comentários precisos que cobramos dos outros. O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa, que desenvolva determinado ponto de vista não ortodoxo e não trivial e desperte em nós a inclinação para o jogo da fantasia, o absurdo e a vadiagem de espírito. Claro que ele deve ser um cara confiável, ainda na divagação. Não se compreende, ou não compreendo, cronista faccioso, que sirva a interesse pessoal ou de grupo, porque a crônica é território livre da imaginação, empenhada em circular entre os acontecimentos do dia, sem procurar influir neles. Fazer mais do que isso seria pretensão descabida de sua parte. Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo.<sup>1</sup>

Ao contrário do que afirmou Carlos Drummond de Andrade na sua última crônica escrita ao *Jornal do Brasil*, na qual se despedia dos leitores e de seu ofício, o prazo de atuação do cronista é ilimitado: é assim, ao menos, para o pesquisador interessado não só no gênero, como também na sofisticada leitura da sociedade do tempo e na concepção de mundo do célebre itabirano. Nesse sentido, o nosso percurso de estudos é a prova de que a produção cronística pode ganhar sobrevida: em 2016, na ocasião da escrita da monografia, tivemos o primeiro contato com a série *Imagens*, assinada por Drummond no jornal carioca *Correio da Manhã*. Lá, buscamos analisar o processo de transposição dos textos para o livro *Fala, amendoeira*, publicado em 1957, os critérios de avaliação do autor e os traços que se perdem ou que surgem nesse processo. No segundo semestre de 2019, ingressamos no Mestrado com a intenção de alargar essa análise e, para isso, não ficaríamos restritos a um único livro de crônicas, nem ao recorte temporal feito anteriormente. As circunstâncias de escrita, no entanto, sofreram alterações severas: já sob novo governo, a partir de 2020 passamos a enfrentar coletivamente a pandemia de Coronavírus, o que nos levou a priorizar as questões de saúde pública e de sobrevivência humana. Para tanto, tínhamos de suspender as atividades escolares, acadêmicas e laborais. Tínhamos, em tese, porque nem todos interromperam a sua rotina, seja porque eram oprimidos por uma lógica de trabalho capitalista, seja porque não

---

<sup>1</sup> Crônica *Ciao*, publicada no caderno B do *Jornal do Brasil* em 29 de setembro de 1984.

levavam a situação epidemiológica a sério, motivados em especial pelo presidente da República Jair Bolsonaro, cuja gestão da Covid-19 foi criminosa.

Imersos nesse cenário catastrófico, sentimos a necessidade de reelaborar o projeto inicial, visto que, com todos os tensionamentos políticos vividos à flor da pele, o trabalho iniciado na graduação não parecia dar conta das inquietudes sentidas num momento de grande fragilidade social. Em boa verdade, para nós, estudantes e professores, encontrar sentido no exercício intelectual durante esse período foi muito desafiador. Por essa razão, decidimos recalcular a nossa rota de análise: diante de políticas genocidas, em que prevalecem a violência e a austeridade, encontramos nos textos de 1964 alguma razão para continuar. Neste ano, as crônicas de C.D.A., publicadas na seção *Imagens*, revelavam os acontecimentos históricos por meio da perspectiva de um escritor às voltas com os episódios diários, ou seja, sob o olhar de alguém que, de dentro do cotidiano, tentava entendê-lo, e, às vezes, comentá-lo. Para a leitura dos textos, realizamos incursões amiúde ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde foi possível recuperar todas as edições do *Correio*. A investigação em fonte primária nos possibilitou um estudo mais amplo, já que pudemos examinar as outras páginas do periódico, relacionando-as com a seção de Drummond, de forma a contribuir para a nossa pesquisa.

Dessa maneira, organizamos as 156 crônicas escritas em 64 em seções temáticas, ordenando-as com o objetivo de intuir uma composição minimamente coesa, numa ação pretensamente drummondiana; esta seria, então, a disposição pensada: I. Vida política; II. Cidades e mais; III. Leituras, sugestões e recomendações; IV. Amigos mortos; V. Crônicas de livro; VI. Crônicas de jornal. Em razão de nosso contexto (transversalizado por inúmeras intempéries), porém, tivemos de abreviar este arranjo: ficamos com os dois primeiros conjuntos, e os alteramos à proporção que aprofundávamos nossa análise. Embora não tenhamos a totalidade de nossos estudos aqui, temos a certeza de que deixamos um convite sincero ao leitor, que pode ele mesmo dar continuidade a essa tarefa.

Com o novo esqueleto definido, esta dissertação propõe a leitura de *Boa disposição*, texto à guisa de prefácio, em que dialogamos com a primeira crônica de C.D.A. publicada em 1964, a qual, de certa maneira, dita o tom a ser observado nas produções futuras do mesmo ano. Neste capítulo, há ainda uma breve apresentação da série *Imagens*, a título de contextualização, para que se conheça o espaço jornalístico do qual Drummond era detentor. O segundo capítulo, em consonância com a natureza do jornal, tem uma estrutura

cronológica. Às vezes ela é deliberadamente quebrada, seja como recurso narrativo, seja como forma de não prejudicar abordagens temáticas. O título *Vida política* não se restringe à atuação do autor, como talvez possa fazer crer; antes, ele se refere ao cotidiano político abordado não só na coluna drummondiana, como também nas outras páginas do *Correio da Manhã*, em especial na página seis, a página editorial. Esta seção intenta, em resumo, observar os movimentos anteriores ao golpe militar de 31 de março e, consumado o golpe, acompanhar os seus desdobramentos, como as turbulências econômicas e as rupturas institucionais. Talvez seja útil dizer que este gesto analítico ocorre por meio das crônicas de Drummond, que se sobressaem para elas próprias contarem, digamos assim, uma história. O capítulo três, cuja formatação é geográfica, coloca em cena a cidade do Rio de Janeiro (particularmente a Zona Sul do Rio), a partir da qual são examinados símbolos de passado e de presente, de modo a evidenciar uma determinada postura do cronista, a mesma adotada frente às mudanças políticas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito das investigações que realizamos.

Vale lembrar, como mensagem final destas linhas introdutórias, que, quanto menor a distância em relação ao fato, mais difícil distinguir o perene do efêmero. Agora, convidamos o leitor a percorrer conosco este trajeto.

## 1 – *Imagens do dia: a boa disposição*<sup>2</sup>

*Éramos no lotação algumas pessoas sem idade e sem interesse, quando, pela altura do Flamengo, entrou a mocinha. Não trazia a mocidade radiosa, nem o eterno feminino, como se diria em papéis líricos. Era simplesmente uma presença mais agradável, que fazia descansar de nossa inqualificação. Tinha dois terços de menina e um terço de moça. E faltava-lhe o desembaraço que qualquer uma dessas idades tem: estava ensaiando uma e se despedindo da outra, com a timidez, a imperícia, o susto de quem não pousou firme na vida.<sup>3</sup>*

Tomados de modo desprezioso, os elementos que constituem a cena cotidiana parecem participar de um arranjo simplório, sobre o qual paira uma atmosfera feita de banalidades urbanas: o lotação, os passageiros, o trajeto percorrido e a moça, que, embora sem alarde, rompe a ordem do passeio e estabelece entre os companheiros de viagem um ar deleitoso. Se antes os ocupantes da condução eram quaisquer pessoas sem idade e sem interesse, talvez porque estes traços sejam amenizados no transporte público, em que quase ninguém se diferencia, agora temos um objeto de atenção do cronista, objeto este situado num lugar marcado pela meninice e pela mocidade, no qual predomina mais aquela característica do que esta e cuja transição a que está submetido esclarece a falta de firmeza na vida.

Assim se parece a crônica: uma mocinha, a se fazer presente em momentos ordinários, nos quais incute uma certa leveza e faz despertar em nós, ainda que sem sobressaltos, um apreço pelo incomum. Se descabida a comparação, por compreender o gênero como um espaço complexo no qual se encontram diferentes linhas de força (ou seja, a despeito de sua aparente maleabilidade, no que diz respeito à forma e ao conteúdo, sabe-se estar diante de uma prosa escorregadia, pela possibilidade de encerrar em si mesma marcas do jornalismo, aspectos do conto, contornos do ensaio, sinais da poesia...), ao menos a analogia serve para evocar alguns componentes que integram, direta ou indiretamente, os textos produzidos por Drummond no *Correio da Manhã* em 1964. As coisas de pouco valor, constitutivas de *Boa disposição*, serão mobilizadas pelo cronista na série *Imagens*, em que figuram também temáticas menos adocicadas, isto é, entre ruas, livrarias, amizades, constam impostos, inflações, prisioneiros políticos: é agridoce, portanto, o sabor da matéria da qual se vale o escritor.

---

<sup>2</sup> Título tomado de empréstimo da primeira crônica publicada em 1964 na série *Imagens*.

<sup>3</sup> A crônica “Boa disposição” é desacompanhada de rubrica (disponível no Anexo 1 – p. 91).

Nessa toada, o conjunto da obra de 64 reforça a justa medida ambicionada pela equação machadiana *não tão sério para os frívolos, nem tão frívolo para os sérios*<sup>4</sup>, ponto onde se posiciona o colaborador de jornal, mesmo aquele cujo trabalho é “fazer refletir, em estado de crônica, a vida e tudo mais, sem atormentar o leitor – apenas, aqui e ali, recordando-lhe a condição humana”, como adverte o prefácio de *A bolsa & a vida*<sup>5</sup>. No texto de abertura do livro publicado em 1962, há outro importante alerta: a bolsa, à que faz referência o título, é “modesta de comerciária, achada num coletivo”. Mais do que o singelo objeto (com potencial de instigar a curiosidade alheia, no entanto), interessa-nos especialmente o local no qual tal apetrecho é encontrado; espaço com intensa circulação de pessoas, é em um tipo de ônibus que nós, leitores, somos impelidos a nos posicionar para acompanhar o desenrolar da ação.

Assim, aproveitemos o banco vazio, se houver, e acompanhemos novamente a mocinha, a qual, ao se dar conta de algo, murmura constrangida ao pé do ouvido do motorista. Este, generoso, diz-lhe para permanecer e toca em frente. Nisso, outros viajantes creem estar diante de um caso de esquecimento e, por um momento, sente o cronista o impulso de ofertar o dinheiro para pagamento, o que se dissipa após esta ponderação: “O gesto que se fizesse para indenizá-lo ao mesmo tempo lhe confiscaria outro bem: as delícias da generosidade”<sup>6</sup>. Professor e coronel reformado, outros viajantes, comentam a situação, e a mocinha, pronta para saltar em Botafogo, surpreende ao tirar da carteira uma nota de mil cruzeiros. Pacientemente, o troco é separado em uma operação considerada como *a grande prova de galanteria profissional do século*.

Desfeita a impressão inicial, e ainda comovidos pelo gesto de delicadeza empreendido pelo condutor, os passageiros veem se levantar um banhista, cujo sorriso é revelador de certo embaraço; acanhado, o homenzinho de *short* alcança uma nota de cem cruzeiros, exasperando o motorista, que resmunga de modo inamistoso. Incomodado, o coronel parece querer interferir, mas retém a atitude solidária ao ver que é feito o troco.

Em Ipanema, o professor faz menção de descer e, com cautela, examina a quantia em sua reserva. Com ele, havia um e cinquenta cruzeiros. Inferior ao tributo cobrado, aquela espécie de nada serviria; já a nota de cinquenta não só cobriria a taxa, como também não ultrapassaria o valor máximo de troco. Não adiantou: ao estendê-lo, a paciência do motorista se

---

<sup>4</sup> PIRES, Paulo Roberto. “O alter ego de todo mundo”. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Caminhos de João Brandão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>5</sup> Obra publicada em 1962, quando Carlos Drummond de Andrade completava sessenta anos; *A bolsa & a vida* é seu quinto livro de prosa.

<sup>6</sup> Carlos Drummond de Andrade, *Imagens*, in: *Correio da Manhã*.

esgotou. O coronel quis intervir, mas o cronista o convidou a refletir sobre a sua tese psicológica: *o desgaste rápido das boas intenções*.

Curiosamente, o tom desiludido do conselho antecipa algumas sensações expressas em outras crônicas de mesmo ano, nas quais coexistem o anseio de agir e a contenção do movimento, contradições diluídas nos assuntos dos textos que se sobrepõem no jornal. Além disso, é esse mesmo desgaste, anunciado em texto de 1º de janeiro, que Drummond verá se consolidar no plano socioeconômico do pós-golpe. Apesar da suposta *boa disposição* dos opositores de João Goulart, as semanas posteriores à deposição de Jango, como veremos mais adiante, ilustram de modo exemplar a capacidade de as boas intenções se diluírem quase de imediato.

Insolúveis, contudo, são aqueles que compõem o cenário construído e reiterado pelas *imagens*, do qual fazem parte o homem comum, os trabalhadores, os meninos, o escritor, os amigos, instalados frequentemente em casas, em ruas, em livrarias, em igrejas, entre outras paragens. Nessa conjuntura, a vida social dos brasileiros, principalmente a dos cariocas, é mote para os escritos drummondianos, bem como a própria cidade, o Rio de Janeiro, cujas transformações resultam do agudo processo de modernização estabelecido em todo o país, em particular na década de 1950. Não se trata, porém, de uma novidade, de temas despontados em 64, ano de nosso estudo; os ingredientes dos quais o autor lança mão estão também presentes, por exemplo, na prosa de *Passeios na ilha* (1952), *Fala, amendoeira* (1957) e *A bolsa & a vida*, mencionado anteriormente. Da lista, valeria classificar plenamente como coletânea de crônicas os dois últimos, tendo em vista a tendência ao ensaio do primeiro, no qual há o “exercício em profundidade do pensamento, a partir de estímulos aparentemente fúteis ou desligados do que acaba sendo a matéria central”.<sup>7</sup> Os outros dois, de 57 e 62, são frutos da coluna *Imagens* mantida pelo escritor no *Correio da Manhã* entre os anos 1954 e 1969, e neles já se observa a recorrência dos objetos descritos acima, os quais se localizam sobremaneira no centro urbano<sup>8</sup>.

\*\*\*

---

<sup>7</sup> Antonio Candido, “Drummond prosador” [1984], em *Recortes*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 17. Ver Vágner Camilo, *Drummond: Da rosa do povo à rosa das trevas*. São Paulo: Ateliê, 2001, pp. 89-102.

<sup>8</sup> Em *Fala, amendoeira*, por exemplo, Drummond distribuiu as sessenta e duas crônicas em dez seções, sob os títulos *Mentiras, Lugares, Costumes, Problemas, Datas, Letras, Bichos, Meninos, Despedidas* e *Situações*. Estes substantivos (todos comuns) comunicam, em certa medida, o assunto dos textos dispostos no livro, os quais encontram ressonância em produções posteriores, seja por *aquilo de que se fala*, seja pelo *modo como se fala*.

Em janeiro de 1954, foi publicada a primeira crônica de *Imagens*, no alto da quarta página do primeiro caderno. Em pouco tempo, a série caiu para o pé direito, com o que ganhou maior visibilidade (não mais disposto entre duas notícias diárias, foram alterados o espaço e os aspectos do texto). Depois, em agosto, a seção foi transferida para a 6ª página, a página editorial, na qual permaneceria até janeiro de 1968, ano em que os textos de Drummond deixam de ser uma rubrica no primeiro caderno e ganham um espaço nobre no então Novo Segundo Caderno, o qual prometia “as mais variadas, divertidas e atualizadas seções, assinadas pelos maiores nomes do jornalismo brasileiro”<sup>9</sup>. A periodicidade dos escritos variou ao longo dos quinze anos de contribuição: no primeiro ano, a publicação da série era praticamente diária; a partir de 1955, Drummond passou a escrever três crônicas semanais<sup>10</sup> para o jornal carioca.

O dado é interessante: crônicas rotineiras obedecem a uma lógica de produção diária, o que nos levaria a supor textos com qualidade estética bastante variável por conta da exigência da publicação imediata; por seu frequente aparecimento no diário, a seção poderia, também, estabelecer maior contato com seus leitores, o que resultaria em uma relação muito mais estreita, quase íntima, capaz de modificar a própria recepção das crônicas. Além disso, ao se enquadrar em um sistema de escrita cotidiano, o cronista parece render-se a um trabalho literário metodizado, compreendendo o seu registro com uma funcionalidade social específica, sem, todavia, desconsiderar a produção de discursos pautados pela elaboração estética e imaginária.

Quanto à matéria da crônica, escrita em itálico, Drummond assinava com um modesto C.D.A.: esses detalhes parecem confirmar a hipótese de que a intenção do autor era valorizar o texto, destacando-o por meio da tipografia e recusando lançar mão de seu reconhecimento como escritor para que a série fosse lida. Publicada no canto direito (em 64, a seção transitou entre o topo e a base da folha), sua rubrica, *Imagens*, e os seus títulos eram escritos em negrito, envolvidos (ao menos nos primeiros anos) por um retângulo cujas linhas eram mais destacadas do que qualquer outra das colunas da página; todos esses elementos tipográficos deveriam, por certo, chamar a atenção dos leitores – e ressaltavam, também, o espaço bastante definido concedido pelo jornal ao cronista.

A rubrica da série era acompanhada por um complemento – *Imagens do homem*, *Imagens do mundo*, *Imagens do tempo* etc. –, o qual engatilhava um encaminhamento de leitura ao definir a imagem que seria representada na crônica. Com *Imagens do País*, por exemplo, o

---

<sup>9</sup> *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1968, 1º caderno (p. 5).

<sup>10</sup> Em 1955, as crônicas eram publicadas às terças e quintas-feiras e aos domingos. Em 1964, como se verificou na fonte, a razão de três por semana ainda era a mesma; os dias, porém, eram outros: quarta, sexta e domingo.

leitor sabia de antemão que o conteúdo da matéria do dia versaria sobre algum assunto de interesse nacional, e, feita a leitura do título, teria ideia um tanto mais precisa do recorte realizado pelo cronista. As crônicas reunidas em livro em 1957 (para o lançamento de *Fala, amendoeira*), contudo, foram organizadas em seções temáticas, com a omissão da rubrica e de seus complementos – Drummond projetava, com isso, outra chave de leitura para os textos, que passavam a ser lidos sob a ótica do título da seção, pensados a partir de uma ordenação temática, em conjunto. O projeto editorial de livro é outro, estruturado por diferentes princípios de composição, e, por essa razão, a particularidade assinalada na rubrica de cada crônica é deixada de lado. Assim, se no jornal nós temos a construção de um *álbum de retratos* constituído diariamente, dentro do contexto da sucessão dos fatos, no livro encontramos as imagens unidas por afinidade de tema e por predileção do autor, desobrigadas de sua disposição cronológica primitiva, a fragmentação diária do jornal.

Abrigada no periódico, a série estava suscetível a dialogar com as outras colunas, sublinhando o caráter coletivo da produção do jornal. Em 10 de abril, por exemplo, boa parte dos textos do editorial tratavam do mesmo tema (pela gravidade dos últimos acontecimentos), num tom muito semelhante: a crônica “Almas do Purgatório”<sup>11</sup>, cuja rubrica é *Imagens eficazes*, dialogava, ainda que indiretamente, com o registro “Triste desfecho”, de Márcio Moreira Alves, jornalista e colaborador do *Correio*. A interlocução estabelecida entre os colunistas revela a proximidade dos agentes editoriais, o jornal como prática cotidiana e conjunta, em cumplicidade ora forçada, ora harmoniosa. Dessa forma, notamos que o diálogo intramuros no suporte jornal acontece forçosamente pela imposição temática, isto é, pelo material cotidiano que chega à redação, mas, por outro lado, pode se dar mediante vontade de interlocução entre os agentes, instigados pela reflexão dada aos fatos. Neste caso, tal diálogo só pode ser estabelecido entre os detentores do espaço opinativo do jornal<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Mais adiante, na seção 2.1, trataremos dessa crônica.

<sup>12</sup> O estudo da série teve início na monografia intitulada “*Imagens do tempo: as crônicas de Drummond publicadas no Correio da Manhã*”, escrita em 2016. A investigação materialista, proposta nestes termos, tinha o objetivo geral de analisar a transposição dos textos publicados no periódico para o livro *Fala, amendoeira*. O trabalho com os dois suportes, jornal e livro, aproximou-nos da pesquisa de Marie-Ève Thérenty, a qual se debruça sobre o sistema de escrita dos jornais diários parisienses do século XIX. Thérenty “verifica uma poética própria cujas balizas comuns eram os princípios de uma matriz literária e de uma matriz midiática. Esta matriz seria constituída por quatro elementos, a saber: periodicidade, atualidade, efeito de rubrica e coletividade; aquela, configurada pela ficção, ironia, tom de conversação e escrita íntima. Segundo a autora, é a combinação das duas matrizes que permite a criação de um gênero jornalístico moderno: a crônica. [...] As matrizes estudadas por Thérenty podem nos servir como ponto de mediação para apreciação da seção assinada por Drummond. Tendo por base a matriz midiática, a seção, dentro do projeto editorial, precisava adequar-se à periodicidade concedida pelo jornal (sua existência segue um ritmo de escrita e leitura que é ditada pelo jornal), a qual determinaria uma lógica da própria produção cronística, tanto pela sua aparição regular quanto pela abordagem dos assuntos cotidianos atuais; também o cronista está sujeito à disposição das seções nas folhas do periódico, disposição que corresponde ao anseio coletivo de organização dos fragmentos de realidade no espaço do jornal, para o que todos os escritores trabalham

## 2. *Imagens do ano: a vida política*

### *Imagens cariocas*

#### **Veranico**

*Não aprovo a sua intenção de visitar o Museu da República, a fim de localizar troféus dos seus avós republicanos históricos. Para que? Vai perturbar. Imagino você entrando numa sala, na suposição de encontrar o escritor Josué Montello, diretor do estabelecimento, e esbarrando com dr. João Goulart, presidente da República. Sim, porque s. exa. resolveu transferir-se para o referido Museu, não se sabe se em caráter provisório ou irrevogável. Altas conveniências táticas, talvez: sendo o museu uma casa de cultura, ali quedará a salvo da maioria de seus cupinchas e poderá fazer aquilo que todos desejaríamos que ele fizesse, ao menos nos domingos, e que ainda não teve jeito de começar: presidir.*

*Caso o lugar não prove bem, é de crer que ele se mande para a Casa de Ruy Barbosa, depois para o Instituto Nacional do Livro, em seguida para a Reitoria da Universidade do Brasil, mais tarde para o Serviço Nacional de Teatro, Instituto Osvaldo Cruz, Fundação Getúlio Vargas, IBECC, IBGE, Conselho Nacional de Cultura, Academia Brasileira de Letras, Cinema Educativo, etc. etc. E se as reformas de estrutura não vierem, compadre, não culpe só as forças retrógradas do latifúndio e as forças espoliativas do capital internacional: será também por falta de imóvel estruturalmente adequado ao serviço do reformador.<sup>13</sup>*

Apesar de a primeira *alfinetada* política do ano datar de 29 de janeiro<sup>14</sup>, em crônica na qual o Brasil é comparado a um saguate (um presente) que pegara fogo enquanto os seus responsáveis discutiam sobre quem o guardaria, é em texto de 4 de março que a crítica a João Goulart é feita de maneira direta e contundente, com a acusação, como vimos, de que o presidente não fazia jus às suas funções. Não há dúvida quanto à insatisfação do cronista, que, além de recriminar o presidente, alegando ser sua transferência para o museu um caso de *altas conveniências táticas*, vê-o como uma presença ingrata, malquista, com quem não vale a pena se deparar. O mesmo tom desgostoso se impõe às reformas de base ambicionadas por Jango, as quais, no texto, ironicamente necessitam de uma circunstância ideal para se concretizarem, contribuindo com a ideia de que o projeto janguista estava para além do razoável.

---

e pelo que têm suas fronteiras de escrita demarcadas. Assim, o efeito de rubrica é consequência dessa ordenação, indicando ao leitor o que pode esperar de uma determinada coluna, dentro de um cenário de notícias; a coletivização, para a prática de um jornal diário de grande circulação, fica evidente quando constatamos o diálogo entre colunas da mesma página, a provar que, embora cada escritor fosse responsável por sua coluna, ninguém estava a produzir isoladamente, ao que cada escrito integraria algo maior, a edição do diário.” Para a leitura das crônicas no jornal, a matriz midiática é valiosa, senão para a compreensão de seu *modus operandi*, ao menos para indicar o efeito que o cronista deseja alcançar, de fato no intervalo entre texto literário e jornalístico.

<sup>13</sup> Disponível no Anexo 1 – p. 92.

<sup>14</sup> Disponível no Anexo 1 – p. 93.

Para entender melhor a menção às *forças retrógradas do latifúndio e as forças espoliativas do capital internacional*, atreladas às reformas citadas, é necessário retroceder oito anos, tempo em que JG se elegera como vice-presidente de Juscelino Kubitschek, cujo audacioso plano de desenvolvimento econômico ficou conhecido pelo slogan “50 anos em 5”. O Programa de Metas consistia em canalizar investimentos para cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. O capital para promover a rápida industrialização viria de três fontes: do Estado, da iniciativa privada nacional e do exterior. Essa combinação deu origem ao nacional-desenvolvimentismo, que se diferenciava do nacionalismo e do “entreguismo”, os dois modelos que polarizavam o debate econômico<sup>15</sup>.

A construção de Brasília, um meio de interiorizar o progresso até então restrito ao litoral, integrou o Programa de Metas e se tornou a meta-síntese do governo de JK, feito ao qual ele sempre estará associado. Vale lembrar que, anos antes, revelava-se João Gilberto, com o qual surgiram alguns fundamentos da Bossa Nova: a interpretação intimista, o deslocamento da melodia sobre o ritmo, a batida sincopada do violão. O uso de acordes dissonantes construídos a partir do jazz e o lirismo coloquial das letras – outras características do gênero – seriam contribuição de Tom Jobim e Vinicius de Moraes (a quem, inclusive, Juscelino encomendou um poema sinfônico para a inauguração da nova capital, em abril de 1960; a composição, porém, acabou não sendo executada). Em 1958, o público tomaria conhecimento dessa revolução na música brasileira, com a gravação de “Chega de Saudade”. A partir daí, o que quer que se considerasse moderno era, por associação, rotulado de bossa-nova – a começar pelo presidente<sup>16</sup>.

Mas o Brasil também ganhara projeções internacionais por outro motivo: pouco antes de João Gilberto entrar no estúdio para gravar seu primeiro disco, o Brasil conquistava a Copa do Mundo pela primeira vez. Tratava-se do início de uma era de supremacia inquestionável do futebol brasileiro. A equipe “canarina” foi endeusada pela imprensa mundial; os jogadores, considerados artistas, anjos, magos. Não havia superlativo que bastasse para descrever a segurança de Nilton Santos, a folha-seca de Didi, os dribles desconcertantes de Garrincha, o gênio de Pelé. O Brasil realmente não era o mesmo país de 1950 – e não apenas no futebol e na música. Estava mais industrializado, mais democrático, mais estável, mais moderno, mais

---

<sup>15</sup> Parafrazeio, neste e nos parágrafos seguintes, os argumentos de Maria Victoria de Mesquita Benevides em *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

<sup>16</sup> Ver Ruy Castro, *Chega de Saudade – A História e as Histórias da Bossa Nova*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

esperançoso – e, no entanto, estava também a caminho de uma crise que teria consequências desastrosas.

O sinal de alerta soou ao chegar a conta do Programa de Metas. Ela veio na forma de inflação. A industrialização acelerada e a extravagância de Brasília tiveram um custo que estava muito acima da capacidade financeira do país. Investindo mais do que arrecadava, o Brasil passou a ter déficits orçamentários crescentes. A pressão sobre os preços não tardou. Em 1959, enquanto Brasília recebia os retoques finais, a inflação fechava o ano na casa dos 40%, duas vezes mais alta do que a registrada no primeiro ano do mandato.

Juscelino tentou enfrentar o problema, mas sem muito empenho. Chegou a colocar em prática, em meados de 1958, um plano anti-inflacionário proposto por Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Roberto Campos, então presidente do BNDE. A estratégia era ortodoxa: continha os gastos públicos, restringia o crédito, reduzia subsídios, limitava os reajustes salariais. Isso significava que as obras em Brasília teriam que ser tocadas a um ritmo mais lento. Significava também um choque com o movimento sindical, o que colocava em risco a própria aliança política, porque o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de Goulart dependia do apoio do movimento trabalhista. Daí o pouco empenho de JK: ele não faria nada que comprometesse o Programa de Metas.

Durante algum tempo, o presidente ainda procurou conciliar as metas de estabilização e desenvolvimento, mas, sem sucesso, seria logo obrigado a optar por uma delas. As pressões eram fortes. O país assistia a uma série de greves e o próprio vice-presidente advertia que o povo estava financiando, com o seu sacrifício, o desenvolvimento econômico. Juscelino foi firme, mas a seu modo: decidiu que a inflação seria um problema para o próximo presidente resolver; a ele caberia apenas zelar pelo progresso. Foi com essa perspectiva em mente que, em junho de 1959, rompeu as negociações que vinha mantendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentado como o bode expiatório da crise.

A medida se destinava a render dividendos políticos, e alguns deles foram imediatos: as esquerdas o aplaudiram e a dupla conservadora Lopes-Campos se desligou do governo. Essa reação, contudo, era previsível, e, de qualquer maneira, Juscelino não se interessava tanto pelo curto prazo. Nessa altura, a campanha eleitoral do ano seguinte começava a esquentar, e o presidente, que por dispositivo constitucional não podia se reeleger, já estava preparando o terreno para o pleito de 1965, de preferência depois de fazer seu sucessor. Suas expectativas, porém, seriam frustradas por uma combinação de fatores adversos.

Em primeiro lugar, a popularidade de JK foi colocada em xeque pelas greves que se multiplicavam. A inflação, que estava na origem das reivindicações, corroía não só o poder aquisitivo dos salários, mas também o capital eleitoral do presidente. Em segundo lugar, o candidato finalmente apoiado por Juscelino, o general Lott, não tinha a menor empatia com o eleitorado. Cinco anos antes, o ministro da Guerra fora peça fundamental para garantir a manutenção do regime democrático<sup>17</sup>, mas esse papel histórico não se traduziu em apoio popular. Acostumado à caserna, o general estranhou o palanque, e o poderoso militar se revelou um candidato frágil.

Um terceiro fator, todavia, seria determinante para a derrota de Juscelino: o lançamento da candidatura de Jânio Quadros. A estreia de Jânio na política foi, de certa maneira, um subproduto da Guerra Fria. Em 1947, candidato a vereador em São Paulo, Jânio não chegou a se eleger, tendo ficado entre os suplentes. No ano seguinte, depois de cancelado o registro do PCB (Partido Comunista Brasileiro), foram cassados os parlamentares do Partidão. Em São Paulo, a maior bancada da Câmara Municipal era justamente a dos comunistas, que, destituídos de seus mandatos, abriram vagas, uma delas ocupada por esse esquisito professor de português que se candidatara por um partido nanico, o Partido Democrata Cristão.

Jânio Quadros ganhou projeção local acusando o governo do Estado de corrupção. Como o governador era Ademar de Barros, conhecido como o “rouba, mas faz”, não faltava munção ao jovem vereador. Com um discurso moralizador, elegeu-se deputado estadual em 1950. Depois do quase fiasco da primeira eleição, Jânio emergia como o parlamentar mais votado no Estado. Isso abriu caminho para que chegasse à Prefeitura de São Paulo, em 1953, quando, desafiando com poucos recursos financeiros adversários mais fortes, fez valer o lema do “tostão contra o milhão”. Foi nessa campanha que incorporou a imagem da vassoura: varreria tudo o que não prestasse na administração pública. Ficou pouco tempo no cargo. No ano seguinte, desincompatibilizou-se para disputar o governo do Estado. Histriônico, aparecia nos comícios todo despenteado, a barba por fazer, o paletó amarfanhado e cheio de caspa, mordendo sanduíches de mortadela que tirava do bolso – uma caricatura do populista. Não tinha um programa, mas impressionava a audiência com discursos vazados numa linguagem afetada, escandindo as sílabas para realçar o português castiço. Ganhou a eleição, derrotando a máquina eleitoral de Ademar, e dessa vez cumpriu o mandato. Jânio se beneficiou do programa de industrialização de Juscelino, que privilegiou São Paulo, e da administração competente de Carvalho Pinto, seu secretário da Fazenda. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo Paraná,

---

<sup>17</sup> Em 1955, o general Henrique Lott foi responsável pelo golpe da legalidade, que garantiu a posse de JK e Jango.

praticamente sem fazer campanha. Obtido o novo mandato, viajou para o exterior. Nunca apareceu no Congresso.

Com essas credenciais e o apoio da UDN (União Democrática Nacional), JQ se apresentou para disputar a eleição presidencial de 1960. Foi uma vitória avassaladora: obteve 48% dos votos, contra 28% dados a Lott. Da chapa oficial, no entanto, saiu vitorioso o candidato a vice-presidente: João Goulart. Pela primeira vez, a possibilidade de votar separadamente nos candidatos a presidente e a vice havia resultado numa dupla de chapas diferentes.

A “inflação galopante”, como se dizia, foi um dos alvos do primeiro discurso de Jânio Quadros como presidente, em 31 de janeiro de 1961, no qual atacou com veemência o antecessor, de quem herdara uma situação financeira catastrófica. O novo presidente se referiu também à dívida externa de “vultosa importância” que venceria durante o seu mandato.

Feita a exposição, deixou a impressão de que as primeiras medidas visariam os graves problemas identificados. Mas não era esse o estilo de Jânio. Para começar, moralizaria os costumes. E assim, retomando o hábito desenvolvido em São Paulo, passou a distribuir os famigerados bilhetinhos com instruções aos auxiliares: proibir o lança-perfume, as brigas de galo, as corridas de cavalo nos dias úteis, o uso de biquínis nas praias... a lista era longa.

Seria injusto, entretanto, afirmar que Jânio não se preocupou com a inflação. Ao contrário. Tanto que nomeou Clemente Mariani, da UDN, para a pasta da Fazenda. Mariani fora colaborador do ministro Eugênio Gudin na tentativa de estabilizar os preços durante o curto governo de Café Filho<sup>18</sup>. Mariani optou por um programa anti-inflacionário austero, nos moldes do defendido pelo FMI: forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, corte em subsídios e restrição ao crédito. Os sacrifícios impostos à sociedade provocavam intensos protestos e, ao mesmo tempo, o receituário ortodoxo não apresentava os resultados esperados. Passados seis meses, Jânio achou que não valia mais a pena insistir na fórmula. Chegou a ensaiar uma guinada para o desenvolvimentismo, mas não teve tempo para mais nada – em breve, ele atordoaria o país com a renúncia.

O motivo dessa indecisão intempestiva permanece uma incógnita. O contexto histórico não justificava o gesto, tampouco o explicaria. Resta, portanto, conhecer as hipóteses.

---

<sup>18</sup> Café Filho assumiu o governo da República imediatamente após a morte de Getúlio Vargas. Em 3 de novembro de 1955, afastou-se temporariamente da presidência, em virtude de um distúrbio cardiovascular, e em 8 de novembro foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara. Restabelecido, tentou reassumir os poderes presidenciais, mas seu impedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de novembro de 1955 e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro.

Jânio, como ele próprio deixou claro, não era um político de partido. Eleito com o apoio da UDN – sobretudo de Carlos Lacerda<sup>19</sup> – logo desprezou essa base parlamentar. Como a maioria do Congresso continuava nas mãos do PSD (Partido Social Democrático) e PTB, viu-se isolado. Encontrava-se nessa posição potencialmente vulnerável quando passou a ser atacado pela oposição conservadora devido a sua política externa independente, ou seja, não alinhada aos interesses dos Estados Unidos.

JQ passava ao largo de qualquer ideal revolucionário. O provável objetivo de sua política externa era servir de contrapeso à política econômica, considerada submissa ao FMI. Algumas de suas decisões eram inofensivas, como a condecoração do astronauta russo Iuri Gagarin, o primeiro homem a entrar em órbita. Outras contrariavam interesses poderosos. Foi o que ocorreu quando resistiu ao bloqueio a Cuba após o fracassado desembarque de tropas apoiadas pelos EUA na Baía dos Porcos, em abril de 1961, nos primeiros anos da revolução socialista na ilha de Fidel Castro. Esse desafio à orientação do governo de John Kennedy seria galvanizado, em 19 de agosto, com um ato de grande força simbólica: a condecoração do carismático líder cubano Ernesto Guevara, o Che.

Era tudo o que precisava Carlos Lacerda, o demolidor de presidentes, como o chamavam. A partir desse episódio, CL liderou uma cruzada contra Jânio, transformando-se de seu maior cabo eleitoral em seu opositor mais ferrenho. Com a caixa de ressonância amplificada pelo cargo do governador do recém-criado Estado de Guanabara, Lacerda denunciou, na noite de 24 de agosto, uma tentativa de golpe janista. Ele próprio, Lacerda, teria sido sondado para aderir à conspiração. Ao tomar conhecimento do discurso, Jânio resolveu renunciar. No dia seguinte, ainda participou das solenidades do Dia do Soldado como se nada tivesse ocorrido, mas já mandara entregar no Congresso uma carta em que anunciava a decisão. No dia 26, o *Correio* circulava com uma edição cuja manchete, no topo da primeira página, era “Jânio Quadros renunciou à presidência”; ao lado, o editorial *Nesta hora desolada...* o acusava de traidor, de fugitivo, condenando-o com veemência pela sua “grave resolução”.

Por que renunciou? A resposta não se encontra em sua mensagem. Nela, Jânio menciona apenas ter se sentido “esmagado por forças terríveis”. Nunca identificou tais forças. Se havia uma campanha contra o presidente, é verdade também que ele contava com amplo apoio popular e, sobretudo, militar. Por que, então, renunciou? Instabilidade emocional? Tentativa de dar um golpe? A hipótese mais provável é que tenha havido uma combinação das duas coisas<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Além de jornalista, foi vereador (1947), deputado federal (1955-1960) e governador do estado da Guanabara (1960-1965).

<sup>20</sup> Conferir *A Renúncia de Jânio – Um Depoimento*, de Carlos Castello Branco. 3. ed. Rio de Janeiro, Revan 1996.

Enfraquecido pela falta de sustentação no Congresso, Jânio teria visto na renúncia a oportunidade de obter plenos poderes para governar. Teria imaginado que os militares nunca aceitariam dar posse a seu vice, João Goulart, que na época chefiava uma missão comercial na China comunista de Mao Tsé-tung, dando andamento à política externa independente do governo. Teria imaginado também que, diante da possibilidade de uma intervenção militar, o Congresso se apressaria em pedir a sua volta. Ele aceitaria, mas em troca de poderes excepcionais.

Um plano assim arriscado funcionara antes. Em fins de novembro de 1959, Jânio renunciara à candidatura alegando ser “preferível um cidadão livre a um presidente prisioneiro”. O episódio surtiu o efeito desejado: Jânio retomou a candidatura no início de dezembro com as “mãos livres”, como dizia, sem a interferência dos partidos que o haviam lançado.

Em 25 de agosto, porém, os acontecimentos tomaram um rumo inesperado para ele. Jânio estava tão certo de que seria chamado de volta que, ao voar para São Paulo, levou consigo a faixa presidencial. Os parlamentares, no entanto, consideraram a renúncia um fato consumado e deram posse provisória ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, o primeiro da linha sucessória, na ausência do vice-presidente. JQ cometera um enorme erro de cálculo. Dessa vez, o plano havia falhado<sup>21</sup>.

Três dias mais tarde, Jânio embarcava com a família no navio *Uruguay Star* com destino a Londres, de onde daria uma volta ao mundo. Deixava para trás uma crise política que, ao desembocar no golpe militar de 1964, poria fim ao período democrático iniciado em 1946.

Enquanto Jânio partia do Brasil, Jango voltava da China. Nenhum dos dois tinha pressa. Aquele, por falta do que fazer; este, porque aguardava os desdobramentos do veto a seu nome pelos ministros militares, em uma afronta à Constituição. Fez escala em Paris, Nova York e Montevideú, antes de entrar no país pelo Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola, seu cunhado, liderava o movimento pela legalidade.

---

<sup>21</sup> Em 3 de setembro de 1961, Drummond registrou a renúncia de Jânio Quadros em seu diário: “O país agitado politicamente pela renúncia de Jânio Quadros e a impugnação dos ministros militares à posse de Jango, seu substituto legal. Muita paixão, e muitas tolices se dizem e se escrevem. Circula um manifesto de intelectuais, ou que se atribuem essa qualidade, tentando puerilmente influir no rumo dos acontecimentos (quem inspirou esse documento? E quem lhe dará crédito?). Lya Cavalcanti, pelo telefone, reconhece que é muito difícil escrever qualquer coisa quando não nos alinhamos em qualquer dos dois lados de uma questão. É precisamente o meu caso. A ideia de um governo presidido por Jango me provoca mal-estar intelectual e cívico; a atitude dos militares indisciplinados e opressivos me revolta. Concluo que o engajamento, mesmo do lado pior, facilita as coisas. Ter razão contra todos é a pior forma de não ter razão, além de acariciar a nossa vaidade ou o nosso orgulho”. Assim, C.D.A. anuncia, já em 61, o seu posicionamento frente ao governo de João Goulart e às artimanhas dos militares. ANDRADE, Carlos Drummond. *O observador no escritório*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 154.

A crise dividiu o país, e a imprensa não foi exceção. O *Correio* se manifestou a favor da posse. “É um fato que o sr. João Goulart tem que ser empossado, logo que chegar, para evitar que o Brasil fique aviltado e rebaixado à condição de terreno moralmente baldio (...)”, afirmava o editorial de 27 de agosto, quando a crise estava no auge. E completava: “A posse de sr. João Goulart, isto é a legalidade. Mas a legalidade não é só isso”<sup>22</sup>.

A posição dos ministros, contudo, não apresentava um consenso nas Forças Armadas. O Exército estava dividido. O general Lott se pronunciou a favor da posse e chegou a ser preso. Mas não estava sozinho. No Rio Grande do Sul, o general Augusto Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, o mais bem equipado do país, mostrava-se disposto a defender com armas a tese legalista de Brizola. O risco de uma guerra civil predisps os dois lados a buscar uma solução. Foi quando surgiu a tese do parlamentarismo. A ideia era que o presidente tomasse posse, mas com poderes reduzidos. O acordo foi feito às pressas: no dia 2 de setembro, o Congresso aprovou o novo regime político; dois dias depois, obteve-se a concordância dos ministros militares. A crise estava contornada. Jango chegou a Brasília no dia 5 e tomou posse em 7 de setembro, dia do aniversário da Independência, depois de duas semanas de incertezas.

O quadro político exigiria do novo presidente habilidades de equilibrista. Ele não poderia descontentar nem as esquerdas, que representavam a sua base, nem os moderados, que apoiaram sua posse. Além disso, se quisesse governar de verdade, precisaria antecipar a volta do presidencialismo, possibilidade que, por ora, dependia de um plebiscito marcado para 1965, nove meses antes do final de seu mandato. Precisava, portanto, de um político com muito jogo de cintura no cargo de primeiro-ministro – e chamou Tancredo Neves, figura de destaque que fora ministro de Getúlio Vargas. Tancredo chefiou um gabinete moderado, e o arranjo artificial do parlamentarismo funcionou de maneira satisfatória durante quase um ano<sup>23</sup>.

A primeira crise ocorreu quando, em junho de 1962, Tancredo deixou o cargo para se candidatar a deputado federal nas eleições que seriam realizadas em outubro. Para substituí-lo, Goulart indicou seu ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, representante da ala moderada do PTB. Por ter desenvolvido uma política externa independente, San Tiago Dantas não era bem-visto pelos setores mais conservadores, que preferiam um alinhamento automático com os Estados Unidos. O Congresso refletiu essa preocupação e vetou seu nome.

---

<sup>22</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de ago. 1961. 1º caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=21721](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=21721)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>23</sup> O panorama do governo de João Goulart deve-se à leitura de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

As esquerdas foram às ruas em apoio a JG. Em 5 de julho, entidades sindicais fizeram uma greve nacional de 24 horas, que degenerou em violência. Houve saques e depredações, o Exército interveio e o movimento terminou com um saldo de cinquenta mortos. Para conter a tensão, o Congresso aceitou como primeiro-ministro um político gaúcho ligado a Brizola: Brochado da Rocha. O novo gabinete durou pouco, mas o suficiente para que o primeiro-ministro obtivesse a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963. No dia 6 de janeiro, as urnas confirmaram a expectativa: 9,5 milhões de eleitores, de um total de 12,7 milhões, votaram pela volta ao presidencialismo<sup>24</sup>.

Com os poderes ampliados pelo fim do parlamentarismo, Jango pôs em prática, no início de 1963, o Plano Trienal. Elaborado pelo economista Celso Furtado, o plano tinha três objetivos: cortar a inflação de mais de 50% ao ano para 10% até 1965; manter o acelerado ritmo de crescimento dos tempos de Juscelino; e introduzir as reformas de base, que reduziriam as desigualdades sociais e regionais. Nada poderia ser mais ambicioso.

Executado pelo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, o plano sofria da dificuldade intrínseca de perseguir metas em geral não conciliáveis. O quadro político, marcado pela polarização, só tornava mais complicada a iniciativa. Jango era pressionado pelos dois lados. Os conservadores temiam as reformas, como a agrária, repudiada pela direita no Congresso; as esquerdas queriam apressá-las, e abusavam da retórica violenta. O presidente não tinha condições de agradar a nenhum dos lados. Além disso, as medidas anti-inflacionárias não fugiam à regra – eram impopulares. A contenção do crédito, o corte nos gastos públicos, a limitação no reajuste dos salários, tudo isso provocou uma onda reivindicatória. Depois de muita austeridade, porém, o funcionalismo público obteve reajuste de 70%, o que significava que todo o esforço anterior havia sido em vão. Dantas se demitiu em junho de 1963. O Plano Trienal estava liquidado em menos de seis meses.

Jango percebeu que não era possível fazer tudo ao mesmo tempo. Uma daquelas metas deveria ter prioridade, e o presidente se definiu pelo controle da inflação. Não foi por outro motivo que nomeou para a Fazenda o ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto, responsável pela elogiada administração de Jânio Quadros como prefeito e governador. Ao colocar um

---

<sup>24</sup> Drummond anulou o voto: “Votação tranquila do referendo ao Ato Adicional. Limitei-me a riscar a cédula com um X, anulando o voto. Escrever “não”, isto é, preferir a volta do presidencialismo, sistema desmoralizado pela prática republicana invariavelmente inclinada a abusos de poder, me repugnaria. Escrever “sim”, aprovando esse parlamentarismo improvisado e de mentirinha, que se ensaiou devido a circunstâncias especiais, e não como opção política amadurecida, também não era do meu agrado. Então... abster-me. Triste, exercer assim meus direitos políticos, mas há ocasiões em que não votar nada ainda é a melhor maneira de exprimir um pensamento inconformado”. ANDRADE, Carlos Drummond de, op. cit., p. 167.

homem de centro na principal pasta de seu governo, Goulart tranquilizou os conservadores. Carvalho Pinto intensificou o programa ortodoxo iniciado por seu antecessor, mas não teria tempo para dar continuidade às medidas. Pressionado por Brizola, que fazia campanha para assumir a Fazenda, acabou se demitindo no final do ano. A situação econômica se deteriorava, com a inflação acima dos 80%, e o país caminhando para a estagnação.

Embora Brizola não tivesse sido nomeado para a Fazenda, a saída de CP abria caminho para a radicalização crescente que marcaria os últimos meses do governo de Goulart. O ambiente havia se tornado mais tenso desde que, em setembro, centenas de sargentos sitiaram Brasília em protesto contra uma decisão da Justiça Eleitoral, que considerou inelegíveis os deputados sargentos eleitos em 1962. A revolta dos sargentos significava uma quebra de hierarquia militar e gerou inquietação nas Forças Armadas.

No início do mês seguinte, uma atitude extemporânea de Jango acendeu todos os sinais de alerta. Em 4 de outubro, o presidente solicitou ao Congresso a decretação de estado de sítio por trinta dias. Teria sido induzido por seus ministros militares, assustados com o clima de agitação. O gesto, todavia, foi interpretado pelos conservadores como o prenúncio de uma tentativa de golpe. E as esquerdas, por motivos óbvios, também não gostaram. O pedido foi retirado em menos de um mês, mas aí já era tarde: mais uma vez, Jango havia desagradado a todos.

A sociedade se revelava cada vez mais ideologicamente dividida e mobilizada. Os empresários se associavam ao Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e ao Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), centros de combate ao comunismo que contavam com a ajuda da CIA, o serviço secreto norte-americano. O movimento sindical, sob influência comunista, tinha o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Nas áreas rurais, surgiam as Ligas Camponesas. O MAC (Movimento Anticomunista) e a Frente da Juventude Democrática representavam os estudantes de direita; a UNE (União Nacional dos Estudantes), os de esquerda.

As próprias esquerdas eram fragmentadas – daí, aliás, o plural. Havia o PCB, que defendia uma aliança com a burguesia nacional; os trotskistas, que a rejeitavam; e o PC do B, de linha chinesa, que propunha a luta armada. No plano do governo, havia uma outra subdivisão, entre esquerda “positiva” e “negativa”, conceitos propostos por San Tiago Dantas. “Positiva” era a esquerda aceita pelo centro, basicamente os intelectuais que se empenharam no Plano Trienal; a esquerda “negativa”, que tinha em Brizola sua personificação, supostamente exalava radicalismo, sobretudo no discurso.

Pois foi essa radicalização a alternativa que sobrou ao presidente, que, por meses a fio, tentou sem sucesso a via conciliatória. Já sem a ilusão de atrair o centro, Jango passou ao confronto. Em janeiro de 1964, ele regulamentou a Lei de Remessas de Lucro, aprovada pelo Congresso havia mais de um ano<sup>25</sup>. A lei considerava que o lucro do capital estrangeiro reinvestido no país era capital nacional – um golpe duro nos interesses do capital estrangeiro, sobretudo das empresas norte-americanas. Agora não havia mais como voltar atrás – e João Goulart partiu para novos combates.

\*\*\*

Voltemos, pois, a *Veranico*. É nesse cenário que as *forças retrógradas do latifúndio e as forças espoliativas do capital internacional*, apontadas na crônica, devem ser assentadas. O comentário crítico de Drummond (que parece se referir às reformas de modo geral, e não somente à demora em aplicá-las) destoa do posicionamento defendido pelo *Correio* no editorial da página 6, publicado no mesmo dia 4, em que as reformas estruturais, especialmente a agrária, são vistas como necessárias e urgentes, sem as quais não haveria progresso algum. O jornal, inclusive, diz ter sido “o pioneiro das reformas de base”.

*Foi este jornal o pioneiro das reformas de base. Quando elas serviam apenas de pretextos propagandísticos, ou para generalizações vazias, organizamos o “Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de base” que apontou, com seriedade, os freios existentes ao progresso e definiu as modificações indispensáveis para que seja vencida pacificamente a crise econômica, social e política.*<sup>26</sup>

No texto, a Conferência dos Governadores (cujo intuito era apelar ao Congresso Nacional a aprovação imediata das reformas) é sinalizada pelo periódico como um encontro promissor; a moção, encabeçada por 11 chefes dos executivos estaduais, fora rejeitada por Carlos Lacerda, contrário ao reformismo. Embora o fato não seja escandaloso, pois as propostas não eram uma unanimidade popular, chama a atenção por fortalecer as suspeitas de que Drummond de fato não fosse favorável ao projeto político defendido por seus colegas – porque talvez, como afirmara Lygia Fernandes em entrevista<sup>27</sup>, estivesse alinhado aos ideais lacerdistas.

---

<sup>25</sup> Ação elogiada pelo *Correio da Manhã*, em 4 de março (p. 6).

<sup>26</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=49341](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=49341)> Acesso em: 02 abr. 2022.

<sup>27</sup> Lygia, com quem Drummond teve um namoro duradouro, disse que ambos eram lacerdistas. Cançado, entretanto, pondera: “Embora ela usasse a primeira pessoa do plural, é pouco provável que Lygia falasse realmente por Drummond”. CANÇADO, José Maria. *Os Sapatos de Orfeu – Biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta Editorial, 1993.

Seja como for, o *Correio da Manhã* estava ansioso pelo que viria a seguir. O próximo passo de Jango seria a mobilização popular como forma de pressão para forçar o Congresso a aprovar enfim as reformas de base. Para tanto, o presidente organizaria uma série de comícios-monstros nas principais cidades. A ideia foi dada por alguns assessores íntimos de Goulart – entre eles o brizolista Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil. O primeiro comício foi marcado para o dia 13, às vésperas do reinício dos trabalhos no Congresso. Havia uma expectativa tensa, entretanto, e a “angústia de uma explosão social”. No editorial do dia, falava-se sobre a desconfiança de um golpe, de uma revolução, de uma guerra civil; para o matutino, porém, àquela altura nada parecia ter o poder de realmente destruir as instituições democráticas, nem mesmo as Forças Armadas.

*Na verdade, as Forças Armadas estão em condições de restabelecer a ordem em qualquer recanto do País. O levante frustrado dos sargentos de Brasília deixou isso bem claro. Ninguém tem dúvida de que os comandantes militares que se atreverem a dar qualquer ordem no sentido de ferir a legalidade deixarão imediatamente de ser obedecidos. [...]*

*Mesmo que ocorresse o caos econômico: a moratória internacional, a paralisação da produção e o desemprego, mesmo assim as forças democráticas do País saberiam enfrentar as condições adversas e preservar o regime que é a forma de garantir o desenvolvimento nacional e coibir o arbítrio e o capricho dos governadores.<sup>28</sup>*

Em crônica da mesma página, *Em poucas linhas*, Drummond reservou ao evento uma breve nota galhofeira, sugerindo que, no palanque de despacho, o presidente assinaria um decreto afirmando que S. Exa. despacharia com os ministros da Agricultura e da Guerra no comício do dia e se recolheria no palácio presidencial de repouso. Ou seja, para o cronista, nada seria de fato encaminhado no comício, momento no qual o presidente aproveitaria para postergar as suas ações e ir-se embora.

Independentemente da zombaria do cronista, o aguardado comício foi realizado em frente à Estação Central do Brasil, no Rio, e cerca de 200 mil pessoas compareceram, muitas com bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PCB e faixas exigindo reformas sociais. Brizola incendiou a manifestação. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, também fez um discurso veemente. Às 21 horas, João Goulart tomou a palavra e não ficou atrás dos que o antecederam no palanque. Defendeu a legalidade dos sargentos e dos analfabetos, assustou a classe média proprietária de imóveis ao se referir a uma reforma urbana e se concentrou, particularmente, na reforma agrária. Não ficou só nas palavras: assinou um documento que desapropriava terrenos subutilizados.

---

<sup>28</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=49604](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=49604)>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Os conservadores, que assistiram à concentração pela TV, tomaram isso como um insulto e começaram a preparar o troco. A reação foi exacerbada pela cobertura de imprensa no dia seguinte: os editoriais desancaram o presidente, inclusive o *Correio*, que não usou menos contundência.

*O governo, desgastado pela sua inércia de dois anos, procura recuperar-se, mas esta tentativa de recuperação constitui também uma velada ameaça às instituições em vigor. O sr. João Goulart, da praça pública, se propõe a lutar pela reforma da Constituição. Este é um direito que assiste a todo cidadão. Mas não se pode jamais admitir que ele tenha um caráter de pressão sobre o Congresso sobretudo quando parte de um chefe de Governo.*

*O Congresso será soberano para julgar os problemas das reformas de base e da elegibilidade dos analfabetos e dos sargentos sem necessidade de comícios oficiais armados exclusivamente como elementos de uma guerra psicológica.*<sup>29</sup>

A reação popular veio seis dias mais tarde. Em 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, a ala mais conservadora da Igreja Católica realizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, evento que reuniu meio milhão de pessoas e alertou para “o perigo da implantação iminente do comunismo no Brasil”.

Drummond também não ficou para trás no julgamento. No dia posterior à marcha, escreveu em seu diário sobre a necessidade de se promover, com entusiasmo e em escala global, simultaneamente às reformas sociais e econômicas pleiteadas no país, a reforma sexual. Com vistas ao controle de natalidade, essa seria a medida drummondiana para a redução das desigualdades, as quais derivam, na palavra do escritor, do “excesso de gente no planeta”. Reacionária e irônica, a ideia ilustra o modo como pensava a classe média da época, avessa à redução da concentração de renda e de terra no país<sup>30</sup>.

Um golpe contra Jango estava a caminho. Os setores mais conservadores da sociedade se mostravam prontos para aceitar uma intervenção que estancasse o processo de radicalização. Pareciam dispostos a sacrificar os princípios constitucionais que salvaguardavam a democracia em troca da tranquilidade política. Havia ainda alguma resistência entre os oficiais mais moderados, mas nada que um estopim não resolvesse.

O episódio deflagrador do golpe militar foi a rebelião dos marinheiros. Em 25 de março, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil ignorou uma ordem do ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, e promoveu uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, em que se aprovaram reivindicações em meio a discursos revolucionários inspirados pela projeção do filme *O Encouraçado Potemkin*, de Serguei Eisenstein, sobre a revolta dos marinheiros

---

<sup>29</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=49638](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=49638)>. Acesso em: 06 abr. 2022.

<sup>30</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de, op. cit., p. 171.

russos em 1905. A exemplo do que ocorrera com os sargentos, a hierarquia militar era colocada à prova. Ao contrário da atitude tomada naquela ocasião, no entanto, Jango não puniu os insurgentes, como exigiam os oficiais. Enquanto o ministro se demitia, desprestigiado, o cabo Anselmo, líder dos marinheiros – que já era ou se tornaria um agente infiltrado –, saía à frente de uma passeata. Nos dias seguintes, a Marinha recebia a solidariedade do Clube Militar e da Aeronáutica.

O golpe foi marcado para o dia 2 de abril. Em 30 de março, porém, Jango cometeu o que Thomas Skidmore chamaria de “suicídio político”<sup>31</sup>. Nessa noite, compareceu a um evento na sede do Automóvel Club, no Rio, onde foi homenageado pelos sargentos. Apesar da aparência abatida, fez um discurso inflamado no qual defendeu sua posição no episódio dos marinheiros. Televisionado, esse seria seu último pronunciamento. Em Minas Gerais, ao assistir à transmissão, o general Mourão Filho – o mesmo por trás do Plano Cohen, que dera o pretexto para o golpe do Estado Novo – precipitou os acontecimentos, ao decidir marchar com suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio. Começava aí, em 31 de março, a operação militar do golpe.

O *Correio da Manhã*, embora um jornal liberal, exigiu o afastamento do presidente constitucional, João Goulart, e a transferência do poder ao seu sucessor legal, em três editoriais – *Basta, Fora e Não pode continuar* – que coincidem com o golpe. O primeiro deles, publicado na primeira página do dia 31, expõe a impaciência do periódico diante do “desgoverno” de Goulart, acusado de estabelecer a desordem generalizada.

*Basta!*

*Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?*

*Não é possível continuar nesse caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.*

*Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.*<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

<sup>32</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50167](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50167)>. Acesso em: 07 abr. 2022.

A tomada do poder se deu sem resistência. Jango poderia ter contado com a lealdade de três comandos do Exército, lançando mão de seu propalado “dispositivo militar”. Mas não o fez. Os comandantes de duas regiões importantes trocaram de lado na última hora. O general Morais Âncora, do Primeiro Exército, do Rio, desistiu de defender o governo quando soube que o presidente deixara Brasília com instruções contrárias ao choque militar. O comandante do Segundo Exército, de São Paulo, general Amaury Krueel, amigo de JG, tentou até a tarde do dia 31 arrancar do presidente o compromisso de fechar o CGT, condição para que defendesse seu mandato. Diante da negativa, colocou os tanques na estrada em direção ao Rio.

Em seu diário, Drummond registrou a queda de Jango, acompanhada por ele via rádio e telefone, por meio do qual recebia informações de Otto Lara Resende. A sensação geral, escreve no dia 1º de abril, era de alívio. Valemo-nos, aqui, da transcrição integral das anotações feitas por C.D.A., tendo em vista a importância de seu testemunho histórico, de sua análise política, ainda que sem compromisso documental.

*E, de repente, foi-se o governo Goulart, levando consigo o Comando Geral dos Trabalhadores. Em menos de dois dias, tudo se esfarelou. O presidente da República, tão seguro de si ao falar aos “senhores sargentos”, fugiu de avião para lugar ainda não sabido. Não tinha a força que pensava – e que outros pensavam que ele tivesse.*

*O dia de ontem foi de tensão e boataria, até que se positivou, entre tarde e noite, a notícia da sublevação da tropa federal em Minas, com o governador Magalhães Pinto chefiando o movimento. A adesão de São Paulo só foi conhecida pela madrugada. Passei quase a noite colado ao radinho transistor, e pedindo e recebendo algumas vezes notícias telefônicas, fornecidas pelo bem informado Otto Lara Resende. Preocupava a situação no Palácio Guanabara: Carlos Lacerda entrincheirado mas também encurralado ali.*

*Hoje, depois da fala de Lacerda pela Rádio Roquette Pinto, acabaram as notícias, salvo a propaganda contínua, enfadonha, do governo Jango em sua “cadeia nacional da legalidade”. À tarde, informado de que alguma coisa se passava no Forte de Copacabana, fui conferir na praia. Carlos Heitor Cony, meu colega no Correio da Manhã, me pôs a par dos acontecimentos. O Forte estava ocupado por um grupo militar contrário a Jango. Soldados e civis (estes, oficiais da Marinha à paisana, segundo Cony) foram afastando os curiosos que se aglomeravam junto ao Forte. Há poucas dúvidas sobre a derrota de Jango.*

*Eu voltava para casa quando se ouviram estampidos, houve um corre-corre, e eis que das janelas dos edifícios gente sacode lenços, panos de prato, até lençóis, enquanto outra chuva, esta de papel picado, cai sobre o asfalto. O rádio espalhara a notícia, transmitida por Lacerda: Jango deu o fora. Volto à praia. Gente cantando o hino nacional, xingando Brizola em slogan improvisado. Sensação geral de alívio.<sup>33</sup>*

Envolto pelo festejo da oposição, o Congresso se reuniu, na noite de 1º de abril, para decidir o que fazer. Horas mais tarde, já na madrugada do dia 2, a Presidência da República foi declarada vaga por Moura Andrade, presidente do Senado. Mais uma vez, Ranieri Mazzilli,

---

<sup>33</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de, op. cit., p. 172-173.

presidente da Câmara, assumiria interinamente o cargo de chefe do governo. Jango ainda estava no país. Refugiara-se em Porto Alegre, a “capital da legalidade”. Lá, Brizola tentou liderar a resistência, mas o Terceiro Exército, ao contrário do que ocorrera na posse, não estava mais unido na defesa do presidente. Para João Goulart, nada mais havia a fazer. O golpe estava consumado, para surpresa até dos próprios conspiradores, que não descartavam alguma mobilização legalista. Para quem imaginava o país dominado por incendiários, o desfecho foi um anticlímax. Em meio a uma tranquilidade tensa, começava o regime militar.

\*\*\*

## 2.1 Imagens do tempo: os sobressaltos

Figura 1: Crônica publicada na página 6 do primeiro caderno de *Correio da Manhã*, edição de 01.04.1964

**Imagens do dia**

**(O final compensa)**

C. D. A.

**CONSELHOS PARA HORAS DE CRISE**

Ligue o rádio para saber dos últimos acontecimentos. Se ele os der, é porque não são felizmente os últimos, os irremediáveis. Se a situação for mesmo grave, o rádio não dirá nada, numa gentileza da censura para com o seu miocárdio, e você descansará o espírito ouvindo samba, jazz ou Vivaldi, conforme a sua estação.

§

Retire imediatamente o seu dinheiro do banco, se as autoridades declararem que reina absoluta calma em todo o país. Esta declaração é a mais assustadora de todas. O problema é se você tem dinheiro no banco.

§

Vá correndo à mercearia e abasteça-se. Dá grande conforto moral, em momentos de insegurança das instituições, ter em casa bom sortimento de feijão, leite em pó, sopas, conservas. É então que a mercearia se torna o quarto e supremo poder da República.

§

Pela manhã, não consulte o boletim do Serviço de Meteorologia. Consulte o manifesto-da-madrugada do CGT; este dirá o tempo que está disposto a fazer durante as próximas horas.

**ESTRUTURAS CADUCAS**

No fundo, por que pedir reformas ao Congresso? É tão fácil promovê-las. O conceito de disciplina militar, por exemplo, foi reformado em poucas horas, numa casa da Rua Ana Nery, perto de um depósito de bananas.

§

Uma das reformas que o Presidente da República, em seus discursos, prega da maneira mais positiva, embora sem nomeá-la, é o da estrutura gramatical.

§

A solução não é mudar o Congresso Nacional de Brasília, é mudar Brasília para algum lugar — pondera um viajante que chegou de lá.

Há uma nuance de sentido entre comando supremo (linguagem da Constituição) e comando geral (linguagem dos sindicatos). O CGT e o dr. Jango apagaram a nuance, dividindo entre si toda espécie de comando, inclusive das armas.

§

O analfabeto repeliu a cartilha, desconfiado: "E, quem me garante que não vão retirar o direito de voto aos que aprenderam a ler?"

§

Reflexão de um democrata: Não só o Partido

Comunista merece entrar na legalidade. O Brasil também.

**VARIA**

Não há dúvida que o nosso governo está disposto a comemorar o quarto centenário de Shakespeare encenando em escala nacional uma de suas tragédias — mas em adaptação do ministro Jurema.

§

Certos ministros levam ao exagero o preceito constitucional de auxiliar o presidente. Devem chegar em casa exaustos, deplorando a falta d'água.

§

Entre boatos, assembleias de clubes, manifestos, marchas, slogans, impostura de proprietários de reformas, sono dos que se recusam a acordar ou astúcia dos que fingem dormir, reacionários defendendo a liberdade, comunistas defendendo a Pátria, governo desgovernando, Igreja dilacerada entre contradições, os preços se rindo de tudo, a inquietação, a angústia, o desgosto de ver a vida de todos tão mal dirigida — e de repente esse ônibus que passa cheio de garôtas e garotos rumo do colégio, em algarria, pelo simples condão da adolescência e de seu alegre rumor, infunde na gente uma sensação de felicidade à prova de tudo, uma secreta confiança para atravessar este dia, o de amanhã, muitos outros ainda.

Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Na crônica do dia 1º, intitulada (*O final compensa*) e escrita sob a rubrica *Imagens do dia*, Drummond exibe um otimismo desiludido. O cronista inicia o texto, constituído por doze pequenas partes, com conselhos para horas de crise, os quais correspondem a quatro ordens: 1) ligar o rádio para saber dos últimos acontecimentos, 2) retirar imediatamente o dinheiro do banco, 3) correr à mercearia e abastecer-se e, por fim, 4) consultar o manifesto da madrugada do CGT, no lugar do boletim do Serviço de Meteorologia. Essas recomendações parecem compor um roteiro a ser executado pelo leitor, a começar pela assimilação dos fatos, que, se não fossem os últimos, os “irremediáveis”, seriam noticiados pela mídia radiofônica; “se a situação for mesmo grave, o rádio não dirá nada, numa gentileza da censura para com o seu miocárdio, e você descansará o espírito ouvindo samba, jazz ou Vivaldi, conforme a sua estação”. Ora, este *silenciamento musical* por parte dos aparelhos de comunicação talvez traduza um corriqueiro comportamento da imprensa, a saber, o de ajudar a abafar conflitos e rupturas quando em seu benefício próprio.

A segunda orientação, semelhante à anterior por igualmente prescrever uma maneira de enfrentar as notícias diárias, está atrelada a uma condição: faça-o “se as autoridades declararem que reina absoluta calma em todo o país. Esta declaração é a mais assustadora de todas”. Aqui, a desconfiança nas autoridades possivelmente desvela o descrédito em que se encontravam todas as estruturas constitucionais, coniventes com ações autoritárias e ilegais, incapazes de promover qualquer sentimento de ordem; nesse contexto, a terceira observação, a precaução de abastecimento alimentício, é uma providência característica de um período de instabilidade e insegurança política e econômica (providência necessária, inclusive, para o desastroso caso de uma guerra civil, pois, conforme escrito no editorial ao lado da coluna de C.D.A., não se acreditava em uma solução pacífica). Ao cabo, indica-se uma nova perspectiva temporal: um tempo não mais climático, mas político. Dali para frente (não se supunha?) seria como no poema – “é tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio, palavra indireta, aviso na esquina...”<sup>34</sup>.

Ainda, ao longo do fragmentado escrito, outros apontamentos são feitos: o Congresso é tido como fraco (um verdadeiro observador da República, pela sua falta de prontidão, mesmo diante de situações inconstitucionais), o discurso de Jango é caçado e sua relação com o CGT é, uma vez mais, desaprovada. Estas e outras ponderações são finalizadas com uma breve (e ingênua) imagem de esperança, contrapondo todas as agitações e aflições do momento presente.

---

<sup>34</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. “Nosso tempo”. *A rosa do povo*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*Entre boatos, assembleias de clubes, manifestos, marchas, slogans, impostura de proprietários de reformas, sono dos que se recusam a acordar, ou astúcia dos que fingem dormir, reacionários defendendo a liberdade, comunas defendendo a liberdade, comunas defendendo a Pátria, governo desgovernando, a Igreja dilacerada entre contradições, os preços se rindo de tudo, a inquietação, a angústia, o desgosto de ver a vida de todos tão mal dirigida – e de repente esse ônibus que passa cheio de garotas e garotos rumo do colégio, em algazarra, pelo simples condão da adolescência e de seu alegre rumor, infunde na gente uma sensação de felicidade à prova de tudo, uma secreta confiança para atravessar este dia, o de amanhã, muitos outros ainda.<sup>35</sup>*

A forma do texto (embora não inédita, porque comum nos dias em que falta assunto ao cronista e ele se vê *inclinado* a comentar a respeito de temas diversos) deixa a impressão de que havia uma certa dificuldade em compreender o que de fato se passava na vida pública, isto é, a inconsistência das informações acerca da ação dos militares, do rumo tomado por Jango e da empobrecida posição das instituições legais parecem ser incorporadas à crônica, cuja desintegração (expressa por curtos comentários) se assemelha verdadeiramente à imagem do dia.

Ainda que prevalecesse o sentimento de vitória, o editorial do dia 2 de abril, na primeira capa, já se posicionava frente às imediatas ameaças contra a liberdade. Para o *Correio*, o fato de Jango ter caído não justificava a instauração de um regime que, à semelhança daquele que se criticava, desejaria radicalizar e romper em definitivo com os processos democráticos. Escrevem, como se já desconfiassem do que viria adiante, os colaboradores do jornal:

*Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação de ideias.  
A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.  
Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição! Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes.<sup>36</sup>*

Na página 6, o texto “Basta e Fora!” dá sequência a essas ideias, reforçando, de acordo com a leitura que o periódico fazia do episódio, o papel de Goulart na sua própria deposição. E, aos que teriam resistido ao governo Jango, o matutino tece elogios: às Forças Armadas, ao povo e ao governador Magalhães Pinto, estadista que teria levantado primeiro a bandeira da resistência. Todavia, feito o enaltecimento, reiterou-se, no fechamento do escrito, a posição contrária ao rumo que o movimento dos últimos dias tomava:

*Não toleramos, agora, o terrorismo nem o fanatismo da reação. Não combatemos a ilegalidade para tolerar a contrailegalidade. A reação já comete crimes piores que*

<sup>35</sup> Esta crônica também está disponível no Anexo 1 (p.95).

<sup>36</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50217](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50217)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

*os cometidos: depõe governadores, prende ministros e deputados, incendia prédios, persegue sob o pretexto tolo de anticomunismo a tudo e a todos. Não admitiremos. A estes fanáticos e reacionários opomos a mesma atitude firme de ontem. A eles também diremos: basta! e fora!*<sup>37</sup>

Com a leitura das páginas do dia 3<sup>38</sup>, a violência aludida anteriormente parece se referir sobremaneira às atitudes de Carlos Lacerda, que, em Guanabara, orquestrava abusivamente, por meio da polícia política, prisões e espancamentos. Para o jornal, não se podia, em nome do movimento de 31 de março, estabelecer a indisciplina, a desordem e a ilegalidade – o que, no entanto, constituía-se com as prisões de jornalistas, as invasões a domicílio e os aniquilamentos de adversários. “O afastamento do sr. João Goulart foi precisamente para garantir as instituições em vigor, e não para atentar contra elas”, reiterava o *Correio*, que sinalizava também o comportamento de Ademar de Barros, governador de São Paulo, o qual, como Lacerda, se julgava com o direito de nomear interventores para os órgãos oficiais e de ameaçar o Congresso.

O texto “Basta: fora a ditadura!”, da 6ª página, denunciava o abuso de poder que ocorria em Guanabara. A Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), a mando do governador, admitia ter prendido grande número de pessoas; admitia, ainda, ter invadido próprios federais, como a Petrobrás. Só não confessava, segundo o *Correio*, a invasão e destruição do vespertino “Última Hora”. E a isto se chamava atenção: o ataque a um jornal, a qualquer jornal, é um ataque à liberdade de imprensa. Por isso, advertia-se a todos os jornais do país: se o crime ficasse impune, seria sinal de que teria acabado a liberdade de imprensa no Brasil. O pretexto para tantas ilegalidades era a luta contra o comunismo – sabia-se, contudo, que as violências incitadas por Lacerda não tinham, naquele momento, nada a ver com os comunistas: estavam na mira todos os que dele discordavam, inclusive a imprensa.

*Sob alegação de combater os seus inimigos políticos, a Polícia Política do governador de Guanabara viola as leis e subverte a ordem que as Forças Armadas do Brasil juraram restabelecer. Leia-se o que o Clube Militar disse, em seu manifesto de 31 de março: “O que não é legítimo é que uma determinada corrente política queira impor as suas ideias pela força, esmagando as outras correntes de opinião”. Seria a ditadura. É a ditadura que o sr. Carlos Lacerda está impondo ou quer impor ao Estado da Guanabara. Mas não saímos de uma ameaça de ditadura para cair nos braços de outra ainda pior.*<sup>39</sup>

<sup>37</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50222](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50222)>. Acesso em: 12 abr. 2022.

<sup>38</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50235](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50235)>. Acesso em: 12 abr. 2022.

<sup>39</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50240](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50240)>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Nesse conturbado cenário, foi publicado o segundo texto pós-golpe de Drummond (em dia incomum<sup>40</sup>, no sábado, 4 de abril), estampado por um título provocativo: “Hora de provar”. Em boa parte da crônica, Jango é depreciado (as críticas são sempre as mesmas – de servidor irresponsável a agente da desordem pública), e, embora o cronista lamente ter presenciado, ao longo da vida, generais deporem presidentes, são reiteradas as necessidades de fazê-lo neste contexto no qual João Goulart é considerado o inimigo maior da nação. Ou seja, é como se *os fins realmente justificassem os meios*, por mais deploráveis que eles sejam. Nesse viés, os governadores, ao lado do poder bélico, são vistos como símbolo da resistência ao caos, defensores da democracia ainda que por vias antidemocráticas. Evoca-se, assim, o Congresso no último parágrafo da crônica, que deveria, como se sugere no título, provar que reformas substanciais podiam ser feitas.

*Nenhum problema foi resolvido com a saída de um homem; apenas se evitou a ocorrência de outro problema ainda mais terrível do que os atuais, nutridos de inflação e desajustamento social. É necessário que o Congresso se mostre capaz de eleger presidente alguém realmente qualificado para dissipar ressentimentos populares, inspirar confiança, botar um mínimo de ordem nas coisas, garantir eleições decentes. E não apenas alguém que tape um buraco. Enquanto isso, é hora de provar que reformas democráticas substanciais podem ser feitas – fazendo. Se o Congresso não entender assim, e abismar-se em perplexidade ou contemporizar, não terá perdão. E voltaríamos a isso que foi varrido nos últimos dias.<sup>41</sup>*

Diferentemente do que supunha o cronista, não retornaríamos ao que fora varrido, porque iríamos além. No quinto dia de abril, o *Correio* evocava, em “Palavras de um chefe”, a imagem do general Castelo Branco, visto como uma figura distante das radicalizações: em texto, o militar teria pontuado os limites da lei e a defesa da legalidade, pelo funcionamento dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis. Castelo era, portanto, visto como sujeito ponderado, cujas palavras abriam caminho para a conclusão dos excessos regionais. Além disso, representava também as Forças Armadas, as quais teoricamente se destinavam à defesa da Pátria, dos poderes constituídos, da lei e da ordem – estariam asseguradas, até mesmo, as leis relativas ao processo eleitoral. Esperava-se, logo, que o Exército garantisse o funcionamento livre do Congresso e a eleição livre do novo presidente.

A manchete do dia 7 anunciava os desagradáveis rumores: “Parlamento ameaçado”. Dizia-se que, na noite anterior, o ambiente era de expectativa e nervosismo nas duas Casas do Parlamento, pois acreditavam os parlamentares que o Poder Legislativo estava sob ameaça. O senador Auro de Moura Andrade chegara com um ato institucional atribuído ao ministro da

---

<sup>40</sup> Atípico pelo fato de as crônicas drummondianas não serem publicadas aos sábados, mas sim, como vimos, às quartas, às sextas e aos domingos.

<sup>41</sup> Disponível no Anexo 1 (p. 97).

Guerra, prevendo a suspensão dos direitos políticos, com a possibilidade de prisão e confisco de bens de parlamentares. Mais tarde, chegou ao plenário a informação de que o Comando Revolucionário pediria ao Congresso a decretação do estado de sítio.

Ainda na primeira página, havia uma denúncia do *Correio da Manhã*, de título “Pilhagem”: na madrugada do último domingo, foram apreendidos e queimados milhares de exemplares da edição do jornal. O ato foi comparado à queima de livros nas praças públicas da Alemanha, ao tempo do nazismo. Via-se, pois, as indecências e os perigos de um regime totalitário, que, com a ação, cometia um duplo crime: um crime político inominável, realizado na calada da noite, e um atentado ao direito de propriedade, visto que a pilhagem de jornais fora arrancada das mãos dos jornalistas. Eram os traços da ditadura.

Na primeira capa do dia 8, confirmava-se o adiamento das eleições. Os militares desejavam realizar a eleição de forma indireta, a fim de que fosse limpo “o terreno na área político-ideológico”. Com “O presidente ideal”, publicado na página editorial, o *Correio* ainda manifestava esperança de que fosse eleito um representante que pudesse restituir ao país a confiança no governo, “capaz de elevar-se acima dos partidos e de quaisquer de seus líderes, pelo próprio desempenho de suas funções”.

A manchete do dia seguinte, porém, era incontornável: “Militares aprovam ato constitucional”. Apesar de a primeira capa introduzir o assunto, com a notícia de que o Ato fora elaborado pela comissão integrada pelos deputados Pedro Aleixo, Ulisses Guimarães, João Agripino e Arnaldo Cerdeira, é no dia 10 que se tem maiores detalhes sobre o Ato Institucional (toda a página 1 é dedicada a ele, com a reprodução na íntegra do texto de abertura, dedicado à nação, e dos onze artigos<sup>42</sup>). Foi declarado que

*... seria editado o diploma em nome da revolução vitoriosa e dos seus chefes. Em face da gravidade dos últimos acontecimentos, frisou [o ministro da Guerra], resolveram os chefes das Forças Armadas tomar uma decisão definitiva para que no Brasil voltasse a reinar o regime da lei e da ordem; para assegurar esse regime ora iniciado, foi preciso baixar o Ato Institucional que, por delegação do “Comando Revolucionário”, deu a conhecimento público.*

[...]

*O general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, declarou aos repórteres que vão manter a imprensa livre, “mas é preciso que os instrumentos de divulgação colaborem, como vêm colaborando”. E mais: “Em Recife a imprensa tem atuado muito bem, não sendo forçado a nenhuma restrição contra suas ações. Reunimos todos os jornalistas e fizemos apelos nesse sentido. Os profissionais de imprensa conduzem-se nos princípios da ordem e do bem comum”.*<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Disponível no Anexo 1 (p. 120).

<sup>43</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50435](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50435)>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Ou seja, o que ocorria era o golpe no golpe, com supostas idênticas motivações – estabelecer a ordem e a tranquilidade política. Algumas bandeiras, levantadas pelas Forças Armadas e, acima de tudo, pelos generais Costa e Silva, Castelo Branco e Décio Escobar (em texto dirigido a seus camaradas do Exército), foram, entretanto, deixadas para trás, como pontuou o *Correio* em seu editorial<sup>44</sup>: a defesa dos princípios constitucionais básicos e a defesa do Congresso Nacional e de seu pleno exercício caíam por terra com o Ato Institucional, com o qual se investiram de plenos poderes os militares. Decepcionado, o jornal ainda escreveria sobre a derrubada de Jango, propondo que se sentisse o seu sentido mais profundo: afirmação democrática e rejeição de um regime tutelado. Para o *Correio*, o movimento vitorioso não tinha de deter a marcha, pois o “esquema de Poder, montado pelo sr. João Goulart e seus asseclas” precisava ser destruído; as garantias individuais e o direito de defesa, contudo, não deviam ser abolidos e anulados. Já não havia ilusões: com o Ato, o comando das forças vitoriosas havia lançado ao povo um voto de desconfiança – primeiro foram as prisões, contadas aos milhares, e a violência, sobretudo no Nordeste, contra as Ligas Camponesas, que preconizavam uma reforma agrária radical; depois, com o direito de cassar políticos por até dez anos dado ao presidente, foram promovidos incontáveis expurgos, especialmente das lideranças populistas e de esquerda. As primeiras duas listas, com pouco mais de duzentos nomes, não surpreenderam: foram cassados Jango, Brizola, Jânio, Prestes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Samuel Wainer e Miguel Arraes, o governador de Pernambuco, que havia sido preso. Escrito pelo jurista Francisco Campos – o mesmo que redigira a Constituição do Estado Novo –, o AI também concentrava poderes nas mãos do Executivo e relegava ao Legislativo um papel secundário. Objetivamente, o texto esclarecia que a “revolução vitoriosa” exerceria o poder constituinte e não buscaria legitimação no Congresso; ao contrário, este é que seria legitimado pelo ato institucional.

Drummond, no texto “Almas do Purgatório”, publicado no mesmo décimo dia, mostra-se desalentado com a evolução dos fatos. Principia a crônica com um antigo costume brasileiro, o de solicitar às almas do purgatório auxílio para a localização de objetos perdidos. Em troca, para as alminhas seriam realizadas missas. O cronista conta que aconteciam abusos: em alguns casos, as missas não eram celebradas, ficando aberta a dívida; em outros, era desnecessária a ajuda, banalizando a assistência. Por esses e outros motivos, diz o narrador, as sindicâncias foram diminuindo – há muito ele não via alguém recorrer a este serviço, já trocado pelos

---

<sup>44</sup> Ibid., 1º Caderno, p. 6. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50440](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50440)>. Acesso em: 15 abr. 2022.

anúncios em jornais e em rádios. Até que sua amiga Vera Pacheco Jordão, em razão do furto de um oratório com valor artístico e histórico, retoma a velha tradição e, além de apelar pela devolução do objeto em sua coluna de crítica de arte, recorre em sigilo às alminhas, que, alvoroçadas pela natureza nada egoísta do pedido, atendem-na de pronto. No parágrafo final, lança-se um olhar sobre a situação do país, e são claros os receios em torno daquilo que se estava perdendo com a imposição do novo regime.

*Tanta coisa se perdeu nos últimos tempos no Brasil, tanta coisa que não é da gente em particular, mas desse próximo-distante chamado o País. Como reencontrar esses valores embaralhados, subtraídos, confiscados, camuflados, negados, vilipendiados? Não sei se as providências que estão sendo tomadas nos restituirão esses bens. Talvez seja o caso de apelar para as benditas almas do Purgatório.*<sup>45</sup>

E seria perdido muito mais, além do Parlamento, a quem era hora de dizer adeus, já que, com o AI, sua capacidade de legislar foi reduzida a zero. Foi o Congresso transformado em mera assembleia consultiva da Junta Militar, em mais um de seus órgãos auxiliares, com faculdades um pouco mais limitadas que as de uma câmara de vereadores, talvez útil somente como chancela para facilitar, ante as nações democráticas, a tramitação dos atos internacionais do novo governo.

À vista disso, os textos do dia 12, publicados no editorial, são uma amostra das críticas que se tornariam cada vez mais intensas no *Correio*: em “A face e o braço”, provocações de toda ordem foram feitas; afirmava-se estar diante tão somente de um governo militar, e não de uma verdadeira revolução, já que encaminhamentos efetivos, relativos às estruturas econômicas, sociais e políticas, não haviam sido feitos. Eram incitadas as Forças Armadas, as quais deveriam definir-se sobre problemas básicos (estrutura agrária, inflação, reforma bancária etc.), dizer, enfim, seu verdadeiro nome. Questionava-se, retoricamente, a quem pertenceria a soberania, se ao povo ou aos comandantes em chefe; indagava-se se o caminho a ser percorrido seria democrático ou teria traçados desconhecidos.

*O Ato Institucional, baixado como ordem do dia para todo o País, caracteriza o desencontro do movimento vitorioso com suas origens primeiras e seus objetivos iniciais.*

*Pois é claro, evidente, que não será viável coexistirem a autoridade sem limites de uma Junta Militar e o mecanismo de um sistema liberal-democrata. Essa xipofagia jamais funcionou em parte alguma. Ou a Nação consegue restaurar sua ordem democrática ou terá que sofrer o jugo de uma ditadura que já se delineaia.*<sup>46</sup>

Estava, finalmente, reconhecida a ditadura. Já se conhecia, também seria dito, o braço do novo sistema; era necessário conhecer a sua face. Truculento, o longo braço do regime

---

<sup>45</sup> Disponível no Anexo 1 (p. 98).

<sup>46</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50500](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50500)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

instalara o autoritarismo, embora com isso iludisse apenas “os que esqueceram as melhores lições de nossa história recente”. E a face, oculta mas não desconhecida, começava a ganhar contornos mais aparentes: o presidente da República, eleito no dia anterior, reunia em si próprio a esperança e a oportunidade de que fosse corrigido o rumo do movimento, para que pudesse alcançar os “objetivos que motivaram sua deflagração”.

Em *Imagens de João*, acompanhamos as leituras de João Brandão, espécie de alter ego de Carlos Drummond de Andrade, as quais principiam pelo recém imposto Ato Institucional (o primeiro de outros dezessete). Breve, concentrado e expressivo, o texto não tomou muito tempo de Brandão, informa o cronista, que compara os onze artigos aos 187 da Constituição de 1937: “Em 27 anos, a redação ficou perfeita. Salve o estilo!”. Tomada a nota do AI, JB teria retornado a Shakespeare, com o intento de se preparar para “conversações de coquetel ou livraria”, às quais, porém, não costumava comparecer (e, se comparecia, permanecia em silêncio). Isso, mas não só – comemorava-se, na ocasião, o quarto centenário do escritor, e João, ao revisitá-lo, realizava a sua celebração individual. Lia de modo desordenado, sobrepondo textos e gêneros, pois assim davam “maior sensação de vida”. O dramaturgo, destacava o narrador, sabia como ninguém entremear os seus enredos trágicos com incidentes burlescos, e, ao fundir, com a sua leitura alternada, obras de natureza diversa, Brandão criava um outro e novo espetáculo vertiginoso.

*Às vezes para e, com a ponta da unha do polegar – péssimo costume trazido de Minas – sublinha uma fala que mais o impressionou ou que lhe evoca uma reminiscência. Como tudo, absolutamente tudo está em Shakespeare, inclusive o fato ocorrido no mais sigiloso sertão de Mato Grosso, e releituras são leituras deliciosas, imaginem como está o exemplar de João, da edição Collins: mais riscado e amarfanhado do que qualquer outro papel por aí.*

*Debrucei-me sobre o leitor e vi que ele misturava Macbeth (“Ser rei não é nada; o importante é sê-lo com segurança”), Timon de Atenas (“Há muita gente que fica na cama sem estar doente”), Otelo (“Pois eu confesso que me sinto melhor é quando a vida se torna dura”), Péricles (“Quem tiver um registro de todos os atos reais estará mais tranquilo se o conservar fechado, em vez de aberto”), César (a Cleópatra: “Calma. Você só é prisioneira de seus próprios pensamentos”).<sup>47</sup>*

Diz o cronista que essas frases, entre outras igualmente destacadas, foram copiadas a esmo. Nada, no entanto, é por acaso na crônica: a comédia mesclada à tragédia (fusão simbolizada pela leitura em zigue-zague de João Brandão, bem como pelos trechos shakespearianos reproduzidos) parece ilustrar adequadamente, com fina ironia, os últimos episódios políticos, os quais, de tão absurdos, eram capazes de levar o espectador a emoções extremas. Além disso, o modo como João lia as peças do autor inglês talvez revele também a maneira como os acontecimentos dos dias anteriores estavam sendo compreendidos: na

---

<sup>47</sup> Disponível no Anexo 1 (p. 99).

tentativa de se apreender o que afinal se passava no plano político, tinha-se uma percepção tragicômica, na qual, contudo, prevaleciam o pessimismo, a crítica e a análise psicológica dura e profunda, que caracterizam de forma análoga a produção de Shakespeare. Alega-se, no desfecho, que, pelo fato de não ser obrigatório, o escritor se tornava ainda mais saboroso. Zombaria à parte, sabia-se que, com a implementação compulsória do AI, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica davam o recado: o autoritarismo indiscriminado não se dissolveria facilmente<sup>48</sup>.

Abaixo de “Leituras de abril”, de Drummond, lia-se “Volta o Barril”, crônica política de Antonio Callado. Nela, o jornalista não hesitava quanto à pertinência da revolução promovida pelos militares, em virtude da avaliação que fazia de Jango: considerava-o inepto, fraco, combalido. Apesar de reconhecer a necessidade de mudança, as decisões do novo governo são criticadas por Callado, e chama-se a atenção para as primeiras decisões promulgadas pelo Alto Comando (por não ter encontrado resistência, o movimento descambava para a tirania – “Quem arromba, com toda força, uma porta aberta, tende a varar a casa inteira com o impulso adquirido”). Havia, com a metáfora do barril, um alerta metafórico quanto ao potencial risco de retrocesso no Nordeste e no Brasil, com a cassação do mandato e a prisão de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e com a cassação dos direitos políticos de Celso Furtado, superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Os dois, para Callado, eram figuras centrais, responsáveis por importantes projetos em curso que simbolizavam o progresso da região (ou seja, ambos trabalhavam para o combate de problemas sociais e econômicos, como a seca, a fome, a exploração de mão de obra rural e o analfabetismo, elementos de tensão social, vistos pelo jornalista como ingredientes “explosivos”). Ao afastá-los da atuação política, existiria um perigo iminente de ocorrer um retrocesso: o Nordeste seria transformado, de novo, em um lugar prestes a “explodir” (a isso se refere a declaração “Houve a restauração do barril de pólvora”, no final do texto). Ainda, as expressões “arrombar”, “varar” e “gorillesco”, substantivo usado para se referir ao tratamento dado a Celso Furtado, assinalam a violência empregada pelos militares, mesmo contra intelectuais como Furtado, que não era político profissional.

Edição relevante, o jornal do dia 12 também trazia, além dos textos opinativos de tom mordaz, significativos destaques na primeira página: a manchete principal, “Castelo eleito por 361 votos”, salientava a eleição indireta do novo presidente, marechal Humberto Castelo

---

<sup>48</sup> Em 13 de abril, Drummond escreveu sobre o AI: “Baixado Ato Institucional, que atenta rudemente contra o sistema democrático. O Congresso, já tão inexpressivo, passa a ser uma pobre coisa tutelada. Vamos ver o que será das liberdades públicas”. ANDRADE, Carlos Drummond de, op. cit., p. 173.

Branco<sup>49</sup>, ocorrida no dia anterior. Eram nominados, também, os deputados federais que se abstiveram de votar, como Tancredo Neves, José Sarney e Nelson Carneiro, que afirmou não querer contribuir para que houvesse o menor retrocesso da evolução do regime democrático. Em um box, cujo título é “Eleição tutelada”, a única fotografia da capa expõe, em primeiro plano, dois soldados de costas, apontando uma metralhadora para a capital, e, ao fundo, a cidade de Brasília; irônica e melancólica, a legenda apresenta o caráter anômalo de uma eleição com apenas um candidato, uma formalidade realizada para manter as aparências de uma suposta legitimidade democrática.

Figura 2 – Imagem publicada na primeira página do 1º caderno de *Correio da Manhã*, edição de 12.04.1964



*Com 361 votos, num total de 438 votantes, o general Humberto de Alencar Castelo Branco elegeu-se ontem, por via indireta, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Para proteger a eleição, desde ontem que Brasília esteve fortemente policiada. Não houve incidentes nem dentro nem fora do Congresso. A eleição processou-se em paz. O candidato único e vitorioso teve, contra si, apenas 77 votos. Destes, 72 foram abstenções. O marechal Dutra conseguiu dois votos, apesar de ter retirado a sua candidatura. E outro marechal, o sr. Juarez Távora, que nem chegou a ser candidato, teve 3 votos. A metralhadora da foto foi inútil: serviu apenas de moldura.<sup>50</sup>*

<sup>49</sup> Castelo Branco tomou posse em 15 de abril, após o Comando Supremo Revolucionário ter feito o serviço sujo próprio dos novos regimes que se impõem à força, e governou até 15 de março de 1967, quando Costa e Silva foi empossado presidente.

<sup>50</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=50495](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=50495)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Outrossim, fazia-se referência, em “Oficiais passam para a reserva”, ao ato transmitido pelo Comando, com o qual eram transferidos para a reserva ao menos 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica; a ausência de justificativa para a aposentadoria compulsória dos oficiais leva a crer que estes eram prováveis opositores ao movimento. Ao lado, mais à esquerda, o texto “Johnson vê com cautela o Brasil”, sob título aparentemente comedido, exibia afirmações positivas do presidente dos EUA, segundo o qual “o Brasil está caminhando para frente” e cuja admiração pelo “vigor dos brasileiros para solucionar as dificuldades dentro da ordem democrática constitucional e sem desordens civis” era reiterada.

\*\*\*

Se os Estados Unidos nunca estiveram na linha de frente das articulações do golpe militar, também nunca foram meros espectadores da conspiração, como davam a entender na época os governos de ambos os países. Embora o papel norte-americano em 1964 não tenha sido determinante, nem por isso foi desprezível<sup>51</sup>.

Para começar, a presteza dos EUA em reconhecer o governo provisório indica o alto grau de interesse que tinham na derrubada de João Goulart. Jango mal deixara Brasília em direção a Porto Alegre e uma mensagem do presidente Lyndon Johnson já congratulava o presidente interino. Para o padrão diplomático, era uma precipitação. Afinal, a posse de Ranieri Mazzilli se dera em desacordo com a Constituição, uma vez que o presidente ainda se encontrava no país. A rigor, para o cargo ser declarado vago, o presidente teria que ser afastado por impeachment (o que se tentou, sem sucesso) ou sair do país sem autorização do Congresso. O governo norte-americano, no entanto, tratou essas condições como filigranas constitucionais.

Os estadunidenses tinham motivos de sobra para ajudar os que estavam dispostos a se livrar de Jango. O presidente prejudicava o interesse de empresas norte-americanas no Brasil (ao aprovar a Lei de Remessa de Lucros, como vimos, e compactuar com as expropriações de Brizola no Rio Grande do Sul) e incentivara uma política externa independente. Nada disso, porém, parecia intolerável a ponto de justificar uma intervenção – a não ser que Jango quisesse dar um golpe e se tornar ditador, exatamente no que se acreditava, sobretudo devido ao papel definitivo assumido pela imprensa. Não foram poucas as vezes em que o *Correio da Manhã*,

---

<sup>51</sup> Apoio-me, neste e nos próximos parágrafos, na análise de Thomas Skidmore. *Uma história do Brasil*. Trad.: Raul Fiker. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

por exemplo, declarou que a nação estava ameaçada de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Seria exagero afirmar que, para afastar a ameaça da perpetuação de um governo hostil aos interesses norte-americanos, o governo dos EUA patrocinou o movimento militar. É certo, contudo, que financiou os conspiradores. Desde meados de 1963, o presidente John Kennedy havia suspenso a assistência financeira ao Brasil, mantendo-a apenas para governadores que faziam oposição ferrenha a Jango, como Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Ademar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara. Depois do assassinato de Kennedy, em novembro de 1963, a orientação teve prosseguimento sob Johnson. Além disso, sabe-se que a CIA, o serviço de espionagem norte-americano, forneceu recursos ao Ibad, uma associação de empresários que, entre outras atividades, financiava a Ação Democrática Parlamentar, grupo ultraconservador que incentivava o golpe contra Jango.

A disposição norte-americana de cooperar com os conspiradores, no entanto, iria muito além da transferência de dólares. No mesmo dia em que o movimento militar foi deflagrado, o governo dos EUA deu o sinal verde para a Operação Brother Sam – uma resposta ao pedido de apoio logístico feito pela Embaixada dos EUA. A operação consistia no envio de uma esquadra liderada pelo porta-aviões *Forrestal*, que contava com destroieres de apoio e petroleiros para o abastecimento das tropas rebeldes. Além disso, prepararam-se aviões para transportar para o Brasil mais de cem toneladas de armas e munição. Era um plano de contingência. Seria colocado em prática em caso de resistência capaz de levar a uma guerra civil. A esquadra zarpu dos EUA em 1º de abril, mas nunca se aproximou de qualquer porto brasileiro. Quanto aos aviões, jamais decolaram. A missão foi abortada, por desnecessária.

Aprovação interna também não faltou ao movimento militar. A Marcha da Vitória, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia, levou milhares de pessoas às ruas do Rio, na maior manifestação popular de apoio aos militares. A classe média se mostrava satisfeita. A Igreja Católica deu sua bênção aos adversários dos comunistas. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sem ter ainda a importância que conquistaria anos depois, defendeu os novos donos do poder. A imprensa – e o *Correio* não foi exceção – elogiou em editoriais os responsáveis pela derrubada de Jango.

Nos primeiros dias de abril de 1964, baixada a poeira dos tanques em movimento, começou a ganhar nitidez uma silhueta atarracada, sem pescoço, que até então se movimentara sobretudo nos gabinetes e na caserna. Era o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e coordenador da conspiração militar.

A sucessão presidencial, porém, ainda estava indefinida. As poucas certezas se limitavam às cartas excluídas do baralho “revolucionário”. Mazzilli era uma delas. Submisso, o presidente interino apenas aguardava ordens para desocupar o gabinete presidencial. Outra carta logo colocada de lado foi a da candidatura civil. Embora o golpe tivesse tido o apoio entusiasmado da UDN, os militares não pareciam dispostos a entregar o poder aos civis. A hipótese de devolver a Presidência da República aos políticos só não parecia absurda devido aos precedentes. Os militares fizeram isso em 1930, quando depuseram Washington Luís e deram posse a Vargas; repetiram o gesto em 1945, ao convocar o Poder Judiciário para preencher o vácuo deixado pelo afastamento de Vargas; e tornaram a agir da mesma maneira no golpe preventivo de 1955.

Agora era diferente. Os civis tiveram um papel na conspiração, mas a ação coube às Forças Armadas. Todo o poder, portanto, emanava dos militares. Se pairava alguma dúvida sobre quem estava no comando, ela desapareceu ainda em 1º de abril, quando o general Costa e Silva, um dos líderes da derrubada de Goulart, automeiou-se ministro da Guerra, colocando à frente de um Comando Supremo Revolucionário, formado por ele e pelos outros dois ministros militares impostos ao presidente interino. Enquanto um presidente não fosse escolhido, partiriam desse núcleo as diretrizes do movimento.

A decisão não demoraria. À medida que passavam os dias, crescia o nome de Castelo Branco como candidato de consenso das forças conservadoras. Moderado com bom trânsito entre os linhas-duras, Castelo Branco viabilizaria a coesão das Forças Armadas em torno do golpe militar. Tido como legalista, deu impulso à conspiração quando, no início de 1964, convenceu-se de que a hierarquia militar estaria ameaçada sob um governo que permitia a sargentos e marinheiros desafiar seus superiores. O movimento foi desencadeado por iniciativa sua. Uma semana depois do Comício da Central, CB divulgou um memorando a seus subordinados que quebrou a resistência dos oficiais ainda indecisos. A partir desse dia, 20 de março, como vimos anteriormente, o golpe estava em marcha. O papel do general Mourão Filho, ao colocar as tropas na estrada, foi apenas o de precipitar os acontecimentos.

O perfil, o passado, as conexões, o trânsito fácil entre as facções militares, o papel central que tivera no golpe militar – tudo isso tornava o general Castelo Branco candidato imbatível numa eleição em que os votos seriam dados por seus pares. Não que não houvesse outros pretendes: o impetuoso Mourão Filho, o reticente Amaury Kruehl, o ex-presidente Gaspar Dutra, o futuro presidente Costa e Silva, todos eram candidatos. Nesses primeiros dias do novo regime, contudo, só o nome de Castelo Branco unia os militares. Tomada a decisão, o

Congresso apenas a ratificou, elegendo-o para cumprir o restante do quinquênio conquistado por Jânio Quadros.

\*\*\*

O texto escrito sob a rubrica *Imagens do tempo*, em 6 de maio, reforça a arbitrariedade das cassações políticas. Dirigindo-se a um compadre (vereador de Cocais, como se descobre ao fim da leitura), o cronista menciona a prisão temporária de Carlos Ribeiro, livreiro e cumpridor de “tarefas pacíficas”<sup>52</sup>. Ribeiro teria sido preso pela, entre outras razões, “atitude revolucionária do grupo positivista no governo Rodrigues Alves, em oposição rasgada a outra lei, a da vacina obrigatória”. O livreiro, todavia, nem nascido era nessa ocasião, o que, para o Conselho de Segurança Nacional, pouco importava: Carlos Ribeiro continuaria sendo, em segredo, positivista.

Dessa forma, a moda, afirma-se na crônica, era investigar o segredo de cada um. Para ilustrar os casos inexplicáveis de suspensão dos direitos políticos, o cronista relembra ao compadre o conto verbal de Oscar Wilde, recolhido por Reginald Turner. Trocando em miúdos, um homem rico é extorquido sob a acusação de que seu segredo seria revelado caso não pagasse o valor cobrado a um tipo qualquer. Assim foi até o dia de sua morte, em que, como último desejo, o homem pergunta ao chantagista qual é, enfim, o seu segredo. Wilde, porém, teria introduzido uma variante: era o próprio oportunista quem se debruçava sobre o agonizante e lhe pedia que contasse o seu segredo. Com essa historieta, o cronista aconselha o vereador, dizendo-lhe que não chegasse a desejar a cassação do mandato, para que soubesse, afinal, qual era o seu segredo: “Cassam e não contam, de castigo”.

A publicação seguinte, de 8 de maio, cuja rubrica é *Imagens de angústia*, é complementar à crônica anterior: intitulado “A lista”, o texto apresenta um diálogo entre dois civis que se referem às atuais listas de teor punitivo. Quando interpelado pelo camarada sobre a aparição de seu nome na lista, o sujeito tece inúmeros comentários a respeito de sua postura antes e depois do golpe, tentando justificar inclusive a sua presença no comício das reformas (“Fui como observador. É preciso estar vigilante em defesa da democracia, e lá é que pairava a

---

<sup>52</sup> A prisão de Ribeiro também é comentada por Drummond: “Incrível. Prisão de Carlos Ribeiro, o ‘bom mercador de livros’, amigo de todos, sob suspeita de quê? De tramar a derrubada do marechal Castelo Branco? Encontro-o na travessa do Ouvidor, levado por um *tira* jovem, que mais parece poeta debutante, e por Ascendino Leite, que o iria acompanhar ao DOPS como amigo e pessoa insuspeita ao governo.” ANDRADE, Carlos Drummond de, op. cit., p. 173.

ameaça”). Lá pelas tantas, ele confessa estar nervoso com as assembleias, que andam agitadas com a chegada de envelopes misteriosos, os quais, conforme o presidente, não passam de convites para solenidades. É, por fim, retomada a lista, ao que este tipo abruptamente encerra o assunto, como quem sofre apenas por aludir a um tema perturbador.

Na coluna ao lado da série, em “Mundo Político”, lê-se que, na maioria dos casos, as cassações não obedeciam a princípio algum e muito menos a questões relevantes. Por isso, justifica-se o temor sentido dentro e fora da ficção, já que as ações punitivas prosseguiram em desacordo com o Ato, que estabelecia uma Comissão de Investigações e um processo sumário, no qual se garantia ao acusado o direito de defesa. Sem este procedimento, a tirania contra os direitos, já convencionada com a ação de 9 de abril, alastrava-se sem contenções.

Ainda em maio, a *Lira pedestre*, do dia 10, é dedicada à Brasília, que deveria, por desejo do cronista, tornar-se uma cidade completa, firme, aberta à humanidade e – naturalmente – capital. Que fosse adornada por ministérios e seus papéis, siglas, senadores, ministros, embaixadas, assessores e tudo o mais que é símbolo de mando, comando e glória. Isso porque foi noticiada, dois dias antes, a intenção de transferir a sede do Executivo Nacional para o Estado da Guanabara (em Brasília, ficariam apenas o Poder Legislativo e o Judiciário, órgãos que estariam em condições de funcionar na Capital da República). A alegação principal dos defensores do retorno da Capital ao Rio era a de que os ministérios permanecessem nesta cidade, sem possibilidade de se transferirem em definitivo para o planalto. Sob o ponto de vista de Drummond, ao Rio bastava a praia clara, o gosto de viver, a joia rara de um modo especialíssimo de ser... “Eia, Brasília, luta por teu título”, clama enfaticamente.

No mesmo dia 10, o editorial do *Correio* discute o projeto enviado pelo presidente ao Congresso, para a criação do Serviço Nacional de Informação. No texto, são questionados os propósitos desse novo órgão, tendo em vista que, em princípio com objetivos semelhantes, já existiam a Agência Nacional e a Voz do Brasil. Afrontoso, o texto indaga a natureza do SNI, comparando-o ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a um FBI à brasileira. Na crônica *Imagens de mulher*, de 13 de maio, diz-se brevemente que o recente serviço anunciado poderia se ocupar do caso das camélias, usadas nas cabeças das mulheres como se tivessem brotado ali mesmo, atrás da orelha ou um pouco acima da nuca – isto é, sem conhecer a real finalidade do novo órgão, embora reconheça a sua intencionalidade, o cronista troça de sua função, recomendando-lhe matéria banal.

Ademais, as discussões do último dia 8 reaparecem ao lado do texto intitulado *Camélias*; com o título “Expurgo e Terror”, o jornal reitera a falta de critérios nas depurações políticas e

administrativas e questiona quem são, em suma, os subversivos e os corruptos. Para o periódico, no reino de escuridão, povoado pelos fantasmas de suspeita e de delação, não havia possibilidade de serem concretizadas as ditas *urgentes providências necessárias ao saneamento das finanças*. Por essa razão, declara que o expurgo deveria ser feito logo, de uma vez por todas (a despeito de sua natureza, contrária à democracia), “com a máxima rapidez, sem fingimento, sem hipocrisia”, com a finalidade de que o Brasil finalmente pudesse alcançar tempo e tranquilidade para lutar pelo desenvolvimento político e social.

É com esse espírito de extremismo que, em *Imagens do homem*, publicada em 3 de junho, ocorre a cassação de Sebastião, um prefeito de Minas, e, em menos de 24 horas, a sua reintegração de posse. Ao gosto dos vereadores, a decisão de depor Sebastião é tomada de modo fortuito e consolida-se sob a justificativa de que, na capital, ele estava na mira de capitão Lobo. Assim, é feita a votação na Câmara, a partir da qual o prefeito é considerado inimigo da lei, da ordem, da moral e do próprio município. O acontecimento é celebrado com bombas e foguetes.

Dirige-se à capital a comissão presidida pelo autor da iniciativa, para comunicar ao capitão a queda de Sebastião, conforme as suas instruções. “Que instruções?”, questiona Lobo, afirmando haver um equívoco e esclarecendo o fato de que, apesar do que disse sobre a alça de mira, é a autoridade superior quem dispara, se for o caso de apertar o gatilho.

Retornam os membros da comissão, às pressas, para se reunirem novamente na Câmara: lamentado o “engano”, reintegram novamente Sebastião, que estava, a essa altura, desaparecido. Quando encontrado, os vereadores lhe pedem desculpa, ao que ele aceita, sem aparente remorso. Sebastião foi reempossado com foguetes e bombas, “prometeu passar uma esponja no acontecido e propôs que se estabelecesse frente única diante da alça de mira. A proposta foi recebida com reserva. Quem sabe se amanhã?...”.

“Vária fortuna de Salomão” lança luz, de maneira risível, sobre a máquina de editar decretos cassatórios, cujo motor era, em sua totalidade, arbitrário, visto que punições exigem formação de culpa, inquéritos regulares, direito de defesa e responsabilidade dos que julgam. Nada disso existiu na crônica, nem fora dela: ocorreram apenas as demissões de conveniência, as injustiças por conviência. Pela data, o mote do texto também coloca em cena, além do ridículo da situação, o prazo final das cassações desenfreadas – no dia 15 de junho, terminaria a validade do artigo 10º do Ato Institucional (a saber, “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses

atos”). Mas, antes do seu fim, um novo listão, com cerca de 400 nomes, seria divulgado: “antes tarde do que mais tarde” parecia ser a premissa de Castelo Branco.

\*\*\*

Em julho, a Câmara dos Deputados tinha de decidir o destino da manobra de prorrogação de mandatos. A subemenda João Agripino dispunha, em linhas gerais, que a próxima eleição para presidente e vice-presidente da República seria em 1966 (e não mais em 1965), juntamente com a eleição para deputado e senador, estendendo-se os mandatos dos então titulares até 15 de março de 1967. Acreditava-se (ao menos assim se pronunciou o *Correio*) que Castelo Branco nada tinha a ver com a emenda, que o chefe do Governo a rechaçava por seu caráter moralmente insustentável e politicamente nefasto; para o jornal, a proposta resultava de conferências entre militares, desejosos de manter a tutela sobre o poder civil e a espada erguida sobre a ordem jurídica. Para justificar a tese prorrogacionista, os conciliábulos falavam em fraude eleitoral, embora não exista “maior fraude do que um Congresso envelhecido violar a decisão das urnas, prorrogando mandatos e passando aos brasileiros um atestado de incapacidade cívica”; falava-se, também, em aprimorar o sistema de votos, mas pretendiam, os oportunistas políticos, começar a obra pela supressão do direito soberano que tem o povo de escolher os próprios dirigentes. Os argumentos em favor da defesa da subemenda cingiam-se na coincidência de mandatos e na necessidade de se processar o pleito em ambiente de paz (minorados os ódios e inconformidades). Apesar de simpáticas, essas justificativas não reduziriam os efeitos do esbulho tramado: a normalidade do país, sabiam os colaboradores do jornal, não poderia ser alcançada enquanto o poder real, o poder que manda, o poder efetivo, decorresse de sanção militar. E esta existiria até que se empossasse um presidente eleito diretamente.

No dia 17 de julho, todavia, lia-se estampada a resolução na primeira capa do matutino: prorrogado mandato de Castelo. Com o título “De vítima a cúmplice”, o editorial é categórico ao afirmar que, com a posição do Congresso (curvado aos poderosos do momento), o que houve foi uma subfraude. Certo de que a crise política – síntese de todas as outras – não podia ser resolvida à margem do povo, o *Correio da Manhã* deu o nome correto às coisas:

*Propicia a prorrogação de mandatos a consolidação do grupo que se arrogou o direito de tutela sobre todo o País. De vítimas, deputados e senadores transformaram-se em cúmplices. Cúmplices de um novo atentado à Constituição e à legalidade*

*democrática. A prorrogação do mandato do presidente da República é uma forma de legalizar a ditadura militar que a nação inteira repudia.*<sup>53</sup>

Nessa data, em *Segredos da natureza*<sup>54</sup>, a crônica não deixa passar em branco o último acontecimento: lido por indicação de um amigo cuja ideia era distrair os ócios de aposentado do cronista, o precioso livrinho “Fysiognomia, e Vários Segredos da Natureza” (do espanhol Jerônimo Cortez, em tradução de Antônio Silva de Brito) apresentava conhecimentos muito curiosos (para não dizer estapafúrdios) do século 18. O último “segredo maravilhoso” revelado por C.D.A. tem a ver com o modo de, à mesa, fazer parecer morto e assado um frango ainda vivo. Com a brincadeira, corre o maior risco o frango, porque, ao parecer preparado, caem-lhe em cima os comensais... “Fica-se receando”, diz Drummond, “que o país corra igual risco com a mágica da prorrogação, que o marechal não queria mas os políticos querem por ele. Terá a aparência de um frango assado, sem o escape das eleições”. Como saída, caberia ao país levantar e fugir, como o faz a ave quando molhado o seu bico com vinagre forte – era necessária, então, uma medida drástica, para que o Brasil não fosse abocanhado de uma vez por todas.

No texto *Imagens da palavra*, de 26 de julho, discute-se a ideia de prorrogação a partir da figura do pagador de promessas, que teria prorrogado a sua permanência no Rio, com sua cruz às costas. Se a prática de prorrogar chega até às promessas dos humildes, questiona-se, por que não prorrogar também o mandato dos governadores? Estes, assim como o rapaz, também carregam as suas cruces. Não há motivos para não estender o tempo dos governantes, defende com ironia o cronista, visto que eles já conhecem o povo, os dirigidos, e o povo conhece as fraquezas e as virtudes de seus dirigentes. Além do mais, um ano é tempo que voa; não se sentiria o peso do alargamento. Pouco importava se os governadores defendiam esta tese – a palavra *prorrogação* está sempre associada a gratas conotações: portanto, trata-se de um termo que, “até para o ato de carregar a pesada cruz do governo, tem esse sentido compensatório”. Essas noções teriam sido explicadas ao João Brandão na noite anterior, em sua casa, momento no qual João prorrogou, no jantar, a sua galinha, e quis que os meninos não prorrogassem a deles, por considerar falta de educação. “Defendi os garotos. A galinha, como a cruz, deve ser prorrogada para todos, em boa justiça”, alegou o cronista, que deu seguimento à discussão, a qual só se encerrou com o aviso de que na cozinha havia acabado a galinha.

Com a perspectiva de que a prorrogação deveria ser irrestrita (valeria para todos e em qualquer circunstância, inclusive em situações corriqueiras), Drummond caçoa a deliberação

---

<sup>53</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1964. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=53350](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=53350)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>54</sup> Crônica *Imagens do saber* – Segredos da natureza (Anexo 1, p. 105).

do Congresso, como quem, diante do horror, não encontra outra saída a não ser o desprezo disfarçado de gozação. Nesse texto, assim como em outros lidos anteriormente, interessa-nos a imagem de João Brandão, aqui mobilizado como interlocutor do cronista. Deste aspecto falaremos logo mais.

Talvez esse desgosto explique a ausência de temas mais *políticos* nas crônicas que seguem em agosto e setembro (nestes meses, há pinceladas políticas aqui e ali; não são, no entanto, substanciais para a nossa análise). Em 2 de outubro, retorna à página 6 do jornal a questão dos governadores, e surge outra temática de caráter espinhoso: a extinção de partidos políticos. No texto *Imagens dialogais*, o cronista conversa com um senhor que, em teoria, diz ser parlamentarista convicto, embora talvez não vote a favor da emenda Baleeiro, a qual visa à implementação desse sistema no Brasil. Interpelado, ele afirma que é necessário saber o porquê de se votar nesta lei, pois “uma lei nunca se vota só pelo que diz. Vota-se também pelo que não diz, pelo que está subjacente nas palavras”. O cronista, então, sugere que a questão de princípios seria deixada de lado nesse caso, e o senhor, contraditoriamente, responde que, ao votar contra eles, seus princípios são ressaltados. Insiste o interlocutor: com a chance de implantar o parlamentarismo, por que não fazê-lo? Pondera-se o seguinte: como ter certeza de que a chance de fato surgiu? A instauração do parlamentarismo não seria, indagou o senhor, a morte do parlamentarismo? Como exemplo, evoca-se a derradeira experiência (o golpe) – “para preservar o sistema, o melhor é não aplicá-lo”.

Da maior importância, essa primeira parte da crônica faz referência ao furto da democracia, realizado sobretudo pelos militares sob a alegação de que, no episódio de 31 de março, o objetivo maior era justamente salvaguardar a democracia, a qual, segundo os golpistas, encontrava-se em perigo no governo janguista. O furto, porém, não se concentrou em um momento específico: deixou-se claro com o Ato Institucional, as prorrogações, as prisões ilegais, as violências policiais, as ameaças feitas à oposição, entre outras violações dos direitos civis. Ou seja, como observado em *Imagens dialogais*, de fato as intenções por trás de uma lei ou de um intento político podem ser várias, e o que parece, à primeira vista, contraditório (ir de encontro aos princípios, para protegê-los) torna-se coerente em um cenário repleto de incoerências.

Na crônica, a conversa prossegue com um novo assunto, este de última hora: a extinção dos partidos. Há uma nova declaração paradoxal do senhor:

- *A extinção dos partidos não será a extinção dos partidos.*
- *Como assim?*
- *Depois de extingui-los, será preciso criá-los de novo. As pessoas não mudam. Mudam os alfaiates.*

- Mas haverá redução do número de ternos, e será mais difícil trocar de roupa.
- Talvez, mas essa questão não me preocupa. O grave seria se nos extinguissem a todos.
- Não acha que o Partido da Revolução poderia conduzir a isso?
- Criado o Partido da Revolução (se for), o normal será entrarmos todos para ele, com desprendimento e elevação de vista. Fica um pouco atochado, mas cabe.
- Os militares...
- O militar adora ter um paisano a seu lado como consultor jurídico, para os problemas que aborrecem. Seria um partido de consultores jurídicos. Eu não sou jurista, mas dou meus palpites ao pé do ouvido.<sup>55</sup>

O poder implantado em 9 de abril acertava medidas com o intuito de liquidar alguns dos débeis instrumentos democráticos que, até então, não tinham sido totalmente esfrangalhados. Assim, no instante em que o país deveria iniciar a volta ao sistema de garantias constitucionais (porque se aproximava o fim da vigência de alguns itens mais arbitrários do AI), o que se pretendia com a dissolução dos partidos políticos era acelerar o processo de concentração de força e poder nas mãos de uns poucos. Para reformar partidos, dar a eles maior representatividade, para, enfim, aproximar essas expressões de poder da fonte de poder, seria indispensável principiar pelo incentivo ao processo eleitoral, não apenas na elucubração de teorias de sufrágio, mas, em especial, convocando o povo ao exercício do voto. O governo, que se dizia democrático, que falava em debilidades partidárias, era, entretanto, o mesmo que adiava eleições, que fugia às urnas, que aceitou e promoveu a prorrogação do próprio mandato e tramava a prorrogação em massa dos mandatos de onze governadores. Vê-se, portanto, que seu apregoado interesse em reformular os costumes políticos, a partir da dissolução dos partidos, visava a fortalecer não a democracia, como se sabe hoje e já se sabia na época, mas a patuscada do Poder Executivo, biombo do poder militar.

Por fim, também se discute na crônica do dia 2 a situação dos dirigentes estaduais. Ao cronista, o senhor afirma ter “uma ideia própria sobre esse problema”. Para ele, bastava aplicar o princípio da correção monetária:

- Far-se-ia uma espécie de correção, de remarcação do valor político de cada governador. Só que os índices da política não são obrigatoriamente os mesmos da inflação. Alguns se terão desvalorizado, outros tendem a subir, outros permanecem estáveis. Conforme o valor atual e real do governador, ele seria prorrogado ou não.
- Bom, no seu Estado...
- Por favor, nada de interpretações pessoais, que eu abomino. Não estou vendo Fulano ou Beltrano, só vejo o Brasil! E não vá publicar esta nossa conversa, ouviu? Se publicar, eu desminto. E seu eu desmentir, não fique zangado comigo, hein? Você sabe que imprensa, para mim, está acima de tudo!

Por meio da atualização monetária, portanto, se saberia quais governadores deveriam ter prorrogado o seu mandato; contudo, “os índices da política”, citados no texto, não são

---

<sup>55</sup> Disponível no Anexo 1 (p. 107).

esclarecidos: é dito apenas que não correspondem obrigatoriamente aos da inflação. O valor atribuído aos chefes do poder executivo estadual poderia, nessa lógica, variar muito. Ou seja, com essa variação, é provável que alguns governadores se beneficiassem mais do que outros – o que, na prática, deliberou o governo de 64. Quando o cronista, ao cabo, refere-se ao *modus operandi* do Estado hipoteticamente atribuído ao seu interlocutor, a resposta é exemplar: não há, para o senhor, preferências pessoais; com as suas ideias, é o Brasil que sai favorecido, e não este ou aquele político. Que não seja publicada a conversa entre os dois é o pedido final – do contrário, tudo seria desmentido: “Você sabe que a imprensa, para mim, está acima de tudo”, isto é, retorna-se, com ironia, ao fundamento de que, para defender uma convicção, é preciso atacá-la.

Essa crônica, de título “Político”, ilustra as desilusões de Drummond, que, sem rodeios, faz críticas abertas às últimas resoluções do governo. Além disso, as ambiguidades, as contradições e as arbitrariedades são expostas de modo a não deixar dúvidas: o golpe de abril, na visão do escritor mineiro, negou a si mesmo, pela profunda incoerência entre os propósitos com que ele se apresentou e o que, a sério, se dispôs a realizar. Seus dirigentes falavam em defender a democracia para sufocá-la logo após a vitória. Falavam em defender o Congresso para atentar contra a sua soberania e mutilá-lo com a cassação de mandatos. Falavam em defender a Constituição para depois ultrajá-la com o Ato Institucional. Falavam, em suma, em defender as instituições para desmoralizá-las, institucionalizando o arbítrio e a violência.

De salto em salto, chegamos às *Imagens do dia*, crônica de 11 de outubro escrita em *versiprosa*. Nela, são rapidamente referidas as “listas a granel”, as quais têm a ver com o artigo 7º do Ato Institucional (“Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”), que chegara ao fim no dia 9: “Se continuasse assim, pelo infinito, não escapava gato nem mosquito. Suspenso, aposentado, reformado, demitido, cassado, processado – e tudo mais em ado ou ido”. O término do “regime do listão”, no entanto, não alçava o país a esperanças maiores: em seis meses, o governo listou, perseguiu, prendeu, processou. E estava, em outubro, no mesmo ponto em que se encontrava de início. Absolutamente incapaz de dar ao país qualquer encaminhamento político (porque não o desejava), incentivou ódios, cevou vinganças, violou a ordem jurídica. Por isso, extinta a vigência do artigo 7º, não se extinguíam os motivos de preocupação, nem se diluíam as ameaças de rigores ainda mais amargos.

\*\*\*

De certo modo, há uma tensão entre o narrador-cronista e o nosso ponto de vista, cujo olhar tem um alcance muito maior em virtude da distância temporal. Cremos que a tensão seja produtiva a fim de se compreender a própria natureza da crônica enquanto gênero. Ela se coloca como uma forma breve, colada à imprensa, mas traz para dentro de si a marca da conversação. De alguma maneira, o leitor se torna íntimo do cronista, em um diálogo próximo, pessoal, com intimidade de todo dia. A crônica constrói este leitor da imprensa, aberto às impressões cotidianas. Na crônica do dia 1º de abril, por exemplo, a gente lê o narrador-cronista aconselhando o que deve ser feito no dia a dia, em uma posição política próxima da do editorial do *Correio da Manhã*, mas sem conseguir uma análise acurada do que está acontecendo – sua estrutura segmentada também é reveladora de como a crônica assimila o momento presente, seu próprio tempo, demonstrando como a dificuldade em se interpretar os fatos contemporâneos é refletida inclusive na forma do texto. Dessa relação, saltam aos olhos o caráter primário do gênero: o cotidiano como matéria, o jornal como lugar de origem e o cronista como comentador (em que pese possa se metamorfosear, adquirindo aparências de ensaísta, de contista, de poeta e de...). Embora exímio escritor, não há, na produção cronística, a figura do intelectual Drummond, mas antes a de um companheiro do leitor, menos comprometido com a análise dos acontecimentos, e por isso mais propenso a evasões, mesmo quando tudo vem a baixo à sua volta.

Como o nosso horizonte é mais amplo, 58 anos distante do golpe civil-militar<sup>56</sup>, vê-se que os acontecimentos eram mais complexos do que antevia o cronista. No caso de Drummond, o fato de estar aposentado é relevante. Principalmente por ter sido um intelectual que esteve no núcleo do poder de 1934 a 1945, enquanto secretário de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e do Abastecimento. De forma diferente, em 1964, o cronista desce ao rés do chão e acompanha os efeitos do drama político na vida cotidiana, preocupado com o abastecimento de víveres para sua casa, desconcertado com a alegria adolescente, indiferente à crise política. Nesse sentido, C.D.A. está mais para um observador dos episódios diários, situado fora da emblemática arena política, do que para um servidor público plenamente engajado e informado. Com isso, não se quer dizer que o poeta itabirano, àquela altura, fosse um desinformado; desejasse, em boa verdade, ponderar o posicionamento de Drummond diante do horror implantado

---

<sup>56</sup> A despeito de termos empregado esta nomenclatura, destacamos o estudo de Juremir Machado sobre o papel da imprensa no golpe militar: “O golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros.” SILVA, Juremir Machado da. *1964 – Golpe midiático-civil-militar*. 9ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2020.

pelos militares. Embora tenha apoiado o golpe, o cronista não disse sim à ditadura: aprovar a queda de Jango, em coro com a grande mídia, não implica aceitar o autoritarismo. Ingenuidade sua? Talvez. Seja como for, não há referência drummondiana à “revolução”, ou mesmo ao “movimento revolucionário”. Esses termos não são empregados nos textos de abril.

Carlos Heitor Cony, colega no *Correio da Manhã* e responsável pela seção “Da arte de falar mal”, do segundo caderno, conta que sofrera uma crise de apendicite e, no final de março do fatídico ano, precisara se internar no hospital Evangélico, da Tijuca. Estava de molho em casa quando, no primeiro dia de abril, recebeu um telefona de Drummond, convidando-o para ir ao Posto Seis. C.D.A. teria escutado no rádio que o Forte de Copacabana, “presumível reduto das forças dispostas a defender até a morte o governo de João Goulart”, estava sob comando das tropas militares.

Pelo caminho, ele me contou que o Forte já fora tomado pelos rebeldes (tropas contrárias ao governo), que um general chamado Montanha dera um tapa no sentinela que tentara impedir sua entrada na zona militar. Entrevistado por um repórter da TV Rio, cuja sede era bem à frente da entrada principal do Forte, o general declarara que estava quieto em seu canto, mas ao ler o editorial do *Correio da Manhã* daquele dia, intitulado “Fora!”, decidira apanhar seu SW 45 e ir à luta contra João Goulart e o bando de comunistas que estava no poder.

Sabendo que eu pertencia à equipe de editorialistas do jornal, Drummond perguntou-me sobre a autoria daquele texto, bem mais contundente do que o da véspera, que tivera como título “Basta!”. Mesmo não sendo mineiro como ele, respondi mineiramente. Os dois editoriais tinham sido, como acontece em todos os jornais, uma obra coletiva expressando a opinião do jornal. No primeiro (“Basta!”), Edmundo Moniz me telefonara antes de descer o texto à oficina. Pela violência do editorial, ele queria me dar ciência do mesmo, afinal, eu fora o único editorialista ausente daquela reunião.

Pedi-me que colaborasse com alguma sugestão, eliminando ou acrescentando alguma coisa. Limitei-me a declarar que, estando fora da redação naqueles dias, nada tinha a acrescentar ou a eliminar, mas seguindo a tradição do ofício devo ter trocado um ou outro advérbio de modo, mexendo em duas ou três palavras. Edmundo apreciava meus textos e se eu substituísse um “bonito” por “belo” ele se dava por satisfeito.

Como a situação nacional permanecia crítica, ele me avisara que já estava preparando um outro editorial (“Fora!”), para o dia seguinte. Com a turma de sempre, Oswaldo Peralva, Newton Rodrigues, José Lino Grünwald, Otto Maria Carpeaux, Armando Miceli, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves e outros, o texto seria mais contundente. Como no caso anterior, ele leu para mim o novo editorial. Limitei-me a duas ou três pequenas inserções.

Era tudo o que eu, na ocasião, podia informar a Drummond, que me parecia entusiasmado com os dois editoriais. E como o poeta estivera na redação no dia anterior, tive a certeza de que o *Correio* havia expressado a opinião do corpo editorial como um todo, o que, diga-se de passagem, nem sempre acontece no dia a dia da profissão.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato* (Cony Nova Fronteira Acervo). Nova Fronteira. Edição do Kindle.

O entusiasmo com os editoriais de 31 de março e 1º de abril logo se dissiparia no ar. No final da praia, presenciaram, Cony e Drummond, um espetáculo patético: havia oficiais e soldados, à paisana, enchendo sacos de areia com os quais impediam o acesso aos últimos metros da avenida Atlântica. Um oficial gordo, descreve Cony, arrumava uns paralelepípedos no meio da pista, encostados aos sacos de areia. Na calçada, outro montante de pedras. Concentrado, o oficial, com a ajuda dos soldados, armava uma espécie de trincheira.

A inconsistente obra era sinal de que o Forte havia sido tomado. E, se o Primeiro Exército tentasse retomá-lo, com tal barricada seria impedido! Sem resistência, considerava-se deposto o governo de João Goulart.

No caminho de volta para casa, um tiro fora dado para o ar – na areia, os escritores buscaram abrigo. Quando a fumaça se desfez, voltaram à pista para ver o que tinha acontecido.

E estava acontecendo ainda. Um oficial somente com a calça do uniforme da Marinha, com a arma ainda quente do disparo, chutava alguma coisa no chão. Era um rapaz de short esmolambado, busto magro e nu, molhado pelo chuvisco que continuava caindo. Ficamos sabendo que o rapaz, operário de construção numa obra ali perto, havia dado um “Viva Brizola!” (ou um “Viva Jango!”), provocando a ira do oficial. O tiro fora dado para o ar, tiro de intimidação segundo as regras militares, mas os chutes não eram de simples intimidação, eram violentos, nas costelas magras e indefesas do operário.

Quase ao mesmo tempo, um clamor percorreu a avenida Atlântica. O rádio havia noticiado que a tropa sediada no Rio não lutaria contra as tropas que vinham de São Paulo e Minas Gerais. Houvera uma reunião dos chefes militares na Escola Militar das Agulhas Negras, no meio do caminho, em Resende — não mais seria derramado o sangue de irmãos. Era o fim do governo Goulart, o fora que o Correio da Manhã havia pedido naquela manhã.

Voltamos para casa. Drummond, com aquela famosa cabeça baixa, como se estivesse pisando um chão de ferro, ferro de Itabira. Reparei que ele estava contraído, o maxilar inferior tenso, fazendo estremecer a carne de seu rosto magro. Não sei em que estaria pensando. Ou melhor: sabia.<sup>58</sup>

Se a deposição de Jango causava “sensação geral de alívio”, como registrou o cronista, a violência presenciada contra um simples operário que se opunha ao golpe devia causar o pressentimento de que tempos sombrios estavam a caminho. Ao contrário de Cony, entretanto, Drummond não mencionou em seu diário a brutalidade assistida à praia, tampouco assinalou o receio que por certo passara a sentir.

Essa história da ida ao Forte parece-nos representativa, pois sublinha a estreita relação entre a cidade, o tempo presente e os homens, além de destacar os vínculos firmados entre os escritores, colegas de trabalho e amigos. Ao saírem para presenciar os acontecimentos, vê-los acontecer (a despeito de pouca coisa de fato ocorrer) diante de seus olhos, os cronistas assumem a reponsabilidade de buscar na *rua* os eventos sociais de maior relevância, eventos estes que se

---

<sup>58</sup> Ibid.

tornarão, muito provavelmente, matéria de crônicas. O lugar de onde se acompanha o desenrolar dos episódios diários é, assim, baixo (do asfalto, da areia...), e a visão, limitada, abarca um *feixe de realidade*. Na medida em que se avança, um passo após outro, as *imagens* se renovam, ganham outros contornos e também outras significações; não há, no entanto, forma de apanhá-las completamente: o ângulo restrito permite apenas um recorte, nunca uma totalidade. Além disso, o registro feito pelos cronistas (cá transeuntes) revela um fragmento preso ao presente, no qual os homens com quem se encontram pelo caminho estão igualmente condicionados ao tempo. Como um pedestre indeciso (que para, pensa o trajeto, repensa-o, olha para os lados, para, olha de novo...), o cronista enfrenta o cotidiano, o que pode ser revelador de uma figura hesitante: oscila conforme o desenvolvimento dos fatos, revê suas opiniões e as reconfigura de modo a dar conta da turbulência dos dias.

O retrato nos ajuda a refletir sobre a avaliação feita por Drummond nas crônicas de abril: se, por um lado, os dois primeiros textos do mês mostram um cronista às voltas com a queda de Jango, torcendo por ela e a fundamentando, por outro, as duas crônicas seguintes, dos dias 10 e 12, põe à vista um cronista decepcionado, desesperançoso, ciente do estrago cometido. Não parecia se arrepender por ter endossado a tomada do poder, no entanto demonstrava-se desapontado com o *andar da carruagem*: queria vinho, tomou vinagre. Em poucos dias, as expectativas mudaram – o desejo de uma renovação no campo democrático (embora em uma perspectiva bastante liberal e elitista) logo abriu espaço para o desgosto em ver ruir a democracia. A oscilação de que falávamos torna-se inerente ao ofício de escrever sobre as cousas miúdas e a História (com as suas cousas graúdas), as quais, apesar das suas distinções, têm em comum a rápida capacidade de transformação. Em oposição a C.D.A., cujo passo era errante, Cony foi autor da primeira pedra lançada em direção à “revolução”, com o texto “Da salvação da pátria”, publicado no dia 2 de abril. Nele, o cronista contava as peripécias do dia anterior, pintando com a tinta da galhofa a cena em que os “rebeldes” ganhavam a luta (sem lutar) com paralelepípedos empilhados. Sem a pretensão de criar uma barricada com a sua máquina de escrever, Cony reconheceu ter seguido um caminho diferente do adotado pelos seus colegas quando, entre outras situações estranhas, recebeu um telefonema sucinto de Drummond, no qual a alarmante economia verbal foi expressa por “Um abraço!”. A proximidade do mineiro e do carioca, dentro e fora do *Correio*, remete-nos aos vínculos e aos diálogos construídos no jornal, de cuja prática coletiva e cotidiana não é possível se desvencilhar.

No final da noite, outros colegas se aproximaram, receosos, perguntando se eu havia recebido alguma advertência da direção ou qualquer bronca anônima ou não.

Estranhei a preocupação deles e somente em casa, ao ler os jornais daquele dia, percebi que todos haviam saudado o golpe, uns com entusiasmo, outros com moderação. Por 24 horas, acredito, minha crônica ficou sendo o patinho feio da imprensa.<sup>59</sup>

Carlos Heitor Cony foi a voz destoante em um discurso midiático uníssono. Não demoraria muito, porém, para o *Correio da Manhã* (e Drummond, como vimos) reprogramar a sua posição: em 12 de abril, somente doze edições após o golpe, a guinada em defesa dos direitos democráticos (e, por consequência, o rechaço à violência militar) estava consolidada. À semelhança de quem vai tateando no escuro, o periódico acompanhou o abuso de poder praticado por Carlos Lacerda em Guanabara, a corrosão das liberdades civis, as ameaças ao Congresso, os ataques à imprensa, a edição de um ato institucional e a ascensão do regime. Tudo isso em 12 dias, tempo mínimo para o jornal recuperar o seu tom uniforme. Aliás, embora tenhamos nos referido ao editorial sem, contudo, nomeá-lo, é imperioso dizer que este tom não era estabelecido por qualquer um: Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux eram alguns dos redatores do *Correio*, criadores de famosos editoriais, como o *Basta* e o *Fora*, com os quais a fogueira contra Jango foi alimentada<sup>60</sup>. Ademais, como Drummond, outros importantes nomes assinavam a página seis. É o caso de Márcio Moreira Alves e, de forma muitíssimo pontual, Antonio Callado<sup>61</sup>.

Esses escritores tentavam intervir na realidade, para transformar o que viam e o que viviam, e C.D.A., ao “interagir com as coisas de seu mundo”, também contribuía para uma certa intervenção no real<sup>62</sup>. Em maior ou menor grau, o envolvimento com as questões de seu tempo (frívolas ou indispensáveis) deixava uma *marca* social relevante. Contudo, sua participação não parecia estar associada a um determinado engajamento: se em um dia comentava a respeito da crise das instituições democráticas, no outro o “Manual de Português”, de Celso Cunha, era temática de sua escrita. Não havia um *compromisso* permanente com as cousas graúdas, às vezes impositivas, porque as *Imagens* eram capazes de capturar todo tipo de objeto, e o autor-cronista há muito tinha se desencantado com a vida política.

---

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Ver artigo “Os jornalistas e o golpe de 1964”, do historiador João Amado, publicado em 2007 no *Observatório da Imprensa*, site de crítica de mídia dirigido por Alberto Dines.

<sup>61</sup> Como visto anteriormente, o artigo *Volta o barril*, de Antonio Callado, foi publicado no dia 12 de abril de 1964 no *Correio da Manhã*. Na época, Callado era colaborador do *Jornal do Brasil*. Segundo Thereza Cesário Alvim, o artigo de Callado teria sido recusado no JB. ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>62</sup> Sobre o caráter interventivo da crônica, conferir *História em Cousas Miúdas*. Org. Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005, p. 12.

Do descompromisso, também resultam as aparições um tanto episódicas de João Brandão na série. Em 1964, o personagem drummondiano figura em cinco crônicas<sup>63</sup>, nas quais muitas vezes serve de mote para fabulação e com quem frequentemente o cronista se põe a conversar. Em “De volta”, por exemplo, a partir do retorno de João, que fora passar as férias em Buenos Aires, comenta-se a respeito do encarecimento da vida (lá e aqui, em terras brasileiras) e do salário-mínimo, que teria sofrido um reajuste. Ásperos, os temas não intimidam o narrador, que, para tranquilizar o seu amigo, acaba tranquilizando a todos: “é maravilhoso sentir, quando acordamos, que ainda não fomos triturados e que nossa inclinação para continuar vivendo dá um jeito na confusão, ou pensa que dá”. No fim da crônica, a esperançosa perspectiva, embora carregada de melancolia, projeta a nossa capacidade de acionar, diante de debilitadas circunstâncias, aquilo que nos é caro, precioso, guardado quase sempre no nosso íntimo: as nossas melhores recordações. O não embrutecimento como forma de resistir é, afinal, o conselho dado ao leitor, o que nos faz lembrar do texto escrito por Drummond para o livro *Caminhos de João Brandão*, publicado em 1970:

*Enquanto discutem com erudição  
os entendidos  
que bicho é a crônica  
– gênero literário ou número de show,  
mescla de conto e testemunho,  
alienação ou radar –  
meu amigo João Brandão  
vive sua vida entre a rotina palpável  
e a aventura imaginária,  
e eu vou cronicando seu viver  
com a simpatia cúmplice que me inspiram  
o ser comum e sua pinta de loucura  
mansa,  
pois na terra alucinada que nos tocou,  
ainda é virtude (até quando?)  
cumprir sem violência  
o mandamento de existir.<sup>64</sup>*

Alheio às discussões sobre as características do gênero, a posição do cronista é a de alguém que acompanha o que foi (a rotina palpável) e o que poderia ter sido (a aventura imaginária), sensibilizado pelo “ser comum e sua pinta de loucura mansa”, cuja existência é branda. Daí, talvez, a importância do sobrenome de seu amigo: sua presença será leve, marcada pela mistura justa de anedota e meditação, humor e desalento, suavidade e travo. Como um vizinho com quem ocasionalmente se encontra, é com Brandão que o narrador irá dialogar

---

<sup>63</sup> João Brandão é personagem das crônicas *Imagens no tempo* – De volta (26/02/64), *Imagens de João* – Leituras de abril (12/04/64), *Imagens urbanas* – Redescoberta (15/07/64), *Imagens da palavra* – Prorrogação (26/07/64) e *Imagens do dia* – A bichinha (25/10/64).

<sup>64</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *Caminhos de João Brandão*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

quando a situação política se torna complexa, recurso com o qual tenta transitar pelos assuntos mais densos, transpondo-os às vezes para o firme piso do cotidiano (como no jantar em que conversam sobre a “prorrogação” da galinha). Nessa lógica, ainda que João eventualmente se confunda com o autor-cronista, em um desdobramento do “eu”, seus traços comuns assemelham-se também aos nossos, leitores das crônicas. Nós, em um Brasil alucinado, somos tantos Joãos, esse nome tão brasileiro que muito nos representa.

### 3. *Imagens urbanas: a cidade*

Se em 1964 a crônica de Carlos Drummond de Andrade em alguns momentos se ocupou com os registros políticos de seu tempo, não menos o fez com os acontecimentos do dia a dia (menores em importância a nível nacional), em especial com os elementos cuja existência se inscreve na materialidade do Rio de Janeiro, particularmente da Zona Sul. Cidade adotada pelo autor itabirano desde 1934, quando se mudou para assumir o cargo de chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, o Rio passou por transformações de toda ordem, e, embora tenha recebido o estatuto de Cidade Maravilhosa, por pouco não perdeu a sua majestade no final do século XX, com as dificuldades em enfrentar as crises socioeconômicas pelas quais passava<sup>65</sup>. Neste capítulo, a antiga capital será objeto do olhar *cismado* do cronista, cuja frustração é traço marcante diante do dilema do progresso, sentimento constatado também por Alexandre Pilati no estudo da poética<sup>66</sup> de *Claro Enigma*<sup>67</sup>. Para o crítico, a poesia hermética no Drummond de *Claro Enigma* revela impasses resultantes de conflitos entre o atraso e a modernidade, estruturas contemporâneas e, no caso do Brasil, complementares. Sob chave de leitura semelhante, leremos nesta seção nove crônicas<sup>68</sup>, organizadas por sua condição geográfica, de modo a verificar no espaço urbano signos de passado e presente, bem como o constante desapontamento do poeta mineiro e do cronista carioca. Primeiro, traçaremos comentários individuais, referentes a cada texto selecionado; por fim, exploraremos o conjunto, o qual, embora reduzido, apresenta-nos indícios do desconforto drummondiano frente às mudanças históricas, representadas aqui pelos símbolos citadinos. Os mapas do Centro e da Zona Sul do Rio (o atual e o de 64<sup>69</sup>) podem ser visto no anexo deste trabalho, com o destaque das ruas mencionadas nas crônicas de C.D.A.; para chegarmos a Copacabana, partiremos de um ponto central.

Vamos andar.<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> Cf. ENDERS, Armelle. “O Rio de todas as crises”, in *A história do Rio de Janeiro*. Trad.: Joana Angélica d’Ávila Melo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Gryphus, 2008, p. 309-313.

<sup>66</sup> PILATI, Alexandre. “De hermetismo, dissolução, bens e sangue”, in *A nação drummondiana*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 133-182.

<sup>67</sup> Publicado originalmente pela editora José Olympio, em 1951.

<sup>68</sup> Para esta leitura, foram selecionadas as crônicas *Imagens de fim* (25 de março), *Imagens urbanas* (15 de julho), *Imagens do dia* (19 de julho), *Imagens do dia* (16 de agosto), *Imagens devastadas* (13 de novembro), *Imagens ativas* (20 de novembro), *Imagens na placa* (22 de novembro), *Imagens a visitar* (16 de dezembro) e *Imagens cariocas* (15 de janeiro), respectivamente. Os textos na íntegra estão disponíveis no Anexo 1 (p. 110-119).

<sup>69</sup> Disponíveis no Anexo 2 (p. 124).

<sup>70</sup> Como alguém que caminha ociosamente pela cidade, adotaremos um ritmo lento, uma espécie de *flânerie*, por meio da qual será possível se comprazer, por exemplo, com o encontro de ruas em que não há carros. Relevante,

\*

### 3.1 *Imagens de fim* – Uma loja

Do centro da cidade, vemos fechar *O Camiseiro*, por cuja falência se culpa, com algum remorso, o cronista. Teria contribuído para esse fim? É possível. Nunca fez compras na loja barulhenta e confusa. Mas, embora não tenha sido um fiel cliente, não pode deixar de sentir tal perda, menos pelo seu valor como comércio do que pela sua riqueza como “casa tão popular, tão dentro da vida carioca”.

Ao passar pela Rua da Assembleia, quem sabe não tenha reparado na preocupação estampada no rosto dos sócios da loja, prostrados à porta, por certo a pensar nas dívidas com vencimento próximo? Como um bom guanabarrino, teria sido o caso de oferecer palavras de conforto, ou mesmo ofertar ajuda mais concreta, com a indicação de um banco mineiro para serviços excepcionais? E se o banco crescesse os olhos para cima de *O Camiseiro*, tomando-lhe a sede para a instalação de uma de suas agências? Melhor foi calar-se, pois “nunca se sabe o resultado de um impulso generoso”.<sup>71</sup>

*De qualquer modo, e por mais alheio que me reconheça à sorte do Camiseiro, sinto-me solidário com ele nesta hora de dissolução. É a relação invisível mas real entre um morador e sua cidade. Tudo que acontece nesta bate no peito daquele e retumba com maior ou menor intensidade. As lojas tradicionais são um pouco propriedade de seus clientes e até dos indivíduos que nunca puseram nelas os pés mas sentiram a sua influência na vida urbana. As lojas apenas? Tudo. Fui incendiado com o Parc Royal e com o Cinema Alhambra; tive pesadelos de madrugada com o prédio do Elixir de Nogueira; demoli-me com a Praça 11 e reverdeci nos Jardins de Botafogo; estou sempre em construção, demolição, reconstrução, caem-me do tórax os azulejos das velhas fachadas da Rua do Lavradio, desapareço rangendo com os bondes da Zona Sul, torno-me sujo e vulgar com as lanchonetes, circulo como térmita nos subterrâneos de O Dragão, sou as casas e os becos e os parques e o cais e a pérgula do Copa e o boteco próximo ao hospital dos Servidores do Estado onde se espera a hora de visitar o doente pobre.*

*Direis que me exibo em demasia com esse unanimismo carioca, explorado como efeito estilístico. É possível. Mas deixai-me confessar que me sinto um tanto falido com o Camiseiro. Também tive (e quem nunca as teve?) minhas loucuras de maio, aliás também de abril, junho, setembro, o ano todo. Mas foi o Camiseiro quem me ensinou a chamá-las assim, numa fórmula genial. É um serviço que lhe devo e não pagarei. Inscrevo-me no réu dos devedores da casa, na rubrica de títulos incobráveis. Adeus, estrutura velha. É hora de inventar um nome novo para novas loucuras.*

Em *Imagens de fim*, uma casa “tão dentro da vida carioca”, *O Camiseiro*, por sua presença de meio século, estimula a sensação de pertencimento, ligada à identidade do carioca. Há uma espécie de saudosismo antecipado: o cronista quer bem um estado de coisas que está

---

o ritmo vagaroso, através do qual será possível de fato olhar, opõe-se aos movimentos apressados, pouco atentos a qualquer tipo de transformação ou às consequências de significativas mudanças.

<sup>71</sup> Semelhante ao *desgaste rápido das boas intenções*, visto na abertura do segundo capítulo deste trabalho, na crônica “Boa disposição”.

ficando para trás, no passado. Curiosamente, esse sentimento foi despertado por um lugar que ele não frequentava, nem estimava como consumidor.

O que acaba quando uma loja simples de bairro fecha? Ou quando as lojas “populares”, com as pressões comerciais dos grandes magazines, são fechadas? Com a disputa comercial, e pelos preços praticados pelas grandes lojas (que em geral exploram o trabalhador de uma forma que as pequenas lojas não conseguem), as lojas tradicionais vão perdendo mercado até não conseguirem mais pagar suas contas de manutenção, depois entram em falência.

Caso reparasse na expressão sombria de um dos sócios à porta, o guanabarino, diz o narrador, seria se associar àquela preocupação, com a oferta de um amigo que tem um amigo que tem um amigo que é gerente de banco. O gesto diz tanto de C.D.A., ou ao menos de seu temperamento: o escritor tem um imaginário da Guanabara e sonha com sujeitos desse Estado que deixa de existir. Há uma dimensão de organização e prestígio, ao mesmo tempo em que existe uma boa relação comunitária: esse parece ser o modo como Guanabara é pensada. Com a leitura, é possível sentir ainda outra dimensão: o Estado tem feições oligárquicas e tradicionais – pelas pequenas proporções, talvez haja um sentimento de exclusividade, como um clube no qual é difícil se associar, na ideia de ser da Guanabara. Isso nos lembra da vida bucólica do sujeito mineiro, que também sofria com as mudanças dos ciclos econômicos – uma vez cana, minério, café... Na perspectiva de Caio Prado Jr., o mineiro tinha essas características de destruir uma paisagem, sugar toda a riqueza da região para depois fundar uma nova cidade, para continuar o ciclo de exploração<sup>72</sup>. Guanabara tem essa história de riquezas, família imperial, ouro, rotas comerciais etc., onde circulou muita riqueza e permaneceu um resquício de passado mais desejado que o presente. Talvez esteja aí a melancolia de Drummond, que vê a ruína sem necessariamente vislumbrar o progresso.

No final da crônica, temos esse sentimento drummondiano de ser cidadão da Guanabara: há algo que se espera desse sujeito e algo a que ele deve corresponder. O sentimento vai além de um puro saudosismo: aponta para o sonho de um tipo de cidade e de sociabilização. C.D.A. defende uma cidade não apartada da população, defende uma cidade humana, numa dimensão em que saibamos quem são os sócios da loja (e que identifiquemos inclusive se eles não estão bem) e que os comércio tenham histórico com nosso bairro e nossa cidade. Se Drummond vivesse hoje, provavelmente não ficaria satisfeito com as grandes empresas multinacionais, globalizando e padronizando o consumo, tirando a cidade da altura dos olhos e tornando-a

---

<sup>72</sup> Referimo-nos à lógica do exaurir, que guia o sentido da nossa colonização.

apenas números e tabelas. Há, enfim, a defesa de uma cidade onde seja possível criar vínculos, um lugar que tenha espaços de convívio e relação com o local.

Como se respondesse a quem o chamasse de saudosista e para responder a quem o chamasse de retrógado, ele parece ácido na última frase: “Adeus, estrutura velha. É hora de inventar um nome novo para novas loucuras”. C.D.A. sabe que a nova economia tem uma nova estrutura, que o tipo de negócio como o da loja de camisas está sendo expulso do bairro – para depois, quem sabe, instalarem-se grandes lojas de departamento (com diversos incentivos fiscais).

Drummond não é, afinal, um velho saudosista, mas um senhor atento às modas gentrificadoras dos bairros, as quais não estão apenas destruindo velhas estruturas, mas construindo padronizações culturais que destroem as diferentes maneiras de organização social e comercial da população. Parece haver, em suma, a defesa de uma *autenticidade*, refletida pela lista de lugares e objetos aludidos pelo cronista: o Parc Royal, o Cinema Alhambra, o prédio do Elixir de Nogueira, a Praça 11, os jardins de Botafogo, os bondes da Zona Sul, entre outros *emblemas* típicos do ser carioca. A sentença “estou sempre em construção, demolição, reconstrução” traduz o sentimento de C.D.A. guanabarino, que não quer ter sua identidade atravessada por imposições, as quais podem surgir com o encerramento de uma loja familiar de roupas ou com a instalação de uma grande rede de *fastfoods* no bairro onde se vive.

### **3.2 *Imagens urbanas - Redescobertas***

No Centro do Rio, é João Brandão quem redescobre a pé duas ruas. Ninguém as conhecia? Ou delas não recordavam? Ao consultar sua memória, João “pôde verificar que se tratava de logradouros bem antigos”. Eram as chamadas Rua da Quitanda e Rua São José<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> De acordo com Cavalcanti, “A atual Rua da Quitanda é a recordista em matéria de nomes diferentes durante o período colonial – seja em todo o seu percurso, seja em trechos da mesma. Era um extenso logradouro, aberto no final do século XVI – paralelo à atual Primeiro de Março. Unia a Rua São José à Conselheiro Saraiva. (...) Por fim, foi chamada de Rua da Quitanda do Marisco dos Pretos ou Rua da Quitanda dos Pretos, para diferenciar-se da outra Rua da Quitanda dos Mariscos (atual Alfândega), cujo estabelecimento pertencia a um comerciante branco. Segundo Vieira Fazenda, por volta do último quartel do século XVII, o trecho final do logradouro, logo depois da Igreja Candelária, já aparece citado nos documentos com o nome de Rua do Sucussará. Pessoalmente, só encontrei esse nome citado a partir de documentos de 1730. Para alguns estudiosos, a designação se referia ao fato de haver residido nessa rua um médico que tratava de doenças do reto, o que levava o povo a dizer, em tom de galhofa, ‘seu cu sarará’. Acredito que a origem seja outra e tenha motivos ecológicos, pois no trecho final da rua havia uma zona de alagadiços em torno da vala de drenagem da antiga lagoa, conhecida como da Pavuna. Nessas regiões de brejo viviam aves de penas vermelhas chamadas pelos índios de socó-sarará. É possível que a denominação da rua seja uma corruptela do nome desse pássaro, já que não foi encontrada qualquer referência a algum médico ali residente no início do século XVII. Apesar do rosário de nomes, o que vingou foi o de Rua da Quitanda, uma referência ao negócio dos pretos. Assim, foi registrada em 1808, como pertencendo em parte à Freguesia da Candelária e, noutra parte, à de São José”. Quanto à Rua São José, “antiquíssimo logradouro

Difícil acreditar, mas nelas caminhavam tranquilamente os pedestres, com os quais João pegou carona, em um ir e vir muito natural, nas ruas que eram ruas mesmo: com asfalto, calçada e meio-fio. Não havia carros. Sim, não havia carros! Não era preciso, logo, fugir dos automóveis, ou saltar por cima deles, em um exercício ao estilo de *salve-se quem puder* (no qual o sem-pneu estará sempre em desvantagem); postes espatifados, árvores quebradas, sangue no chão, velas acesas, tudo isso também não havia. Eram, enfim, ruas à maneira das dos tempos remotos, onde se andava.

Essa lembrança do tempo, aliás, levou João a procurar alguma orientação: em placa, estaria escrito Rua do Sucussará, denominação anterior ao nome Quitanda? Não encontrou indicação, “mas era tudo como se já tivesse sido e voltasse a ser – milagre de paz”. E daí J.B.

*Não pensou em visitar a casa da esquina com a Rua do Sabão, onde mataram Duclerc, pois não é de ler crimes, mas gostaria de saber se àquela hora José de Alencar redigia o seu folhetim na redação do “Correio Mercantil” tomando cafézinho com Francisco Otaviano e Manuel Antônio de Almeida; e se, no escritório de advocacia do escritório do Dr. Rodrigo Otávio, pai, Machado de Assis conspirava a fundação da Academia. No n.º 44, o Conde de Gobineau estaria despachando o expediente do Consulado francês?*

*Tímido, não desejando perturbar tão ilustres varões, ficou de indagar tudo isso ao Brasil Gerson, que sabe as ruas, as casas e os moradores do Rio, século a século, e se mandou para a outra rua, a do Antônio Nabo. Felizmente já não ostentava a chaga do mercado de escravos, transferido para o Valongo; e de malandros nem sombra, pois o Vidigal os mandara a todos passear. Era uma grata rua, com a farmácia homeopática fundada por um socialista utópico francês, um sapateiro que só pelo Carnaval se esbaldava no zé-pereira, os clássicos Café Chave de Ouro e Rio Branco, a Casa Cavalier, as livrarias, tantas: Quaresma, Castilho, Jacinto, J. Leite, Acadêmica... Nenhuma funcionando mais? Lá está a São José, com o Carlos e o Walter depositários e continuadores da tradição literária da rua do mesmo nome.*

A reforma de trânsito, que aboliu a passagem de automóveis nessas ruas, restituiu o prazer de andar, tão ausente no Rio. “Um tão puro prazer”, possível de ser desfrutado na Rua São José e na Rua da Quitanda. O amigo de João, o cronista, avisa quem lê: aproveita enquanto não é a vez dos carros. “É a nossa vez, a vez dos *pié-tons*, ruas de recreio para grandes também”.

Em *Imagens urbanas*, eis que chega o nosso dia de trombar com João Brandão. As ruas descobertas por ele têm em sua composição o que é próprio de uma rua urbana; a supressão de um elemento, no entanto, parece reestabelecer uma nova ordem: sem o trânsito de carros, desaparecem também símbolos de violência e de desorganização. Mas a unicidade de uma rua,

---

quinhentista da cidade do Rio, chamou-se, no início, Rua de Antônio Nabo, até que, em 1608, fosse construída a capela dedicada ao patriarca São José, na então rua da Misericórdia, em frente à de Antônio Nabo. Esta, a partir da inauguração da igreja, passou a ser apelidada pelo povo ora de Rua Fernão da Gama, uma referência ao doador do terreno, ora como Travessa ou Rua de São José, uma alusão à igreja”. Na antiga Antônio Nabo, conforme Brasil Gerson, “esteve localizado por muito tempo um dos mais dantescos depósitos de escravos do Rio colonial, antes da concentração da totalidade desse comércio inumano na Praia do Valongo, por ordem do Vice-Rei Marquês do Lavradio”. CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro: Centro histórico colonial 1567 – 2015*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2016.

sugere o narrador, não está em suas características físicas: está naquilo que possibilita aos transeuntes, como o andar e o conversar despreocupados, aspectos ultrapassados com a chegada do automóvel (sobretudo com a arrancada da indústria automobilística no Brasil na década de 60). Por isso, a estranheza de João abre espaço para uma viagem no tempo, como se Drummond sugerisse que andássemos por duas ruas para sentirmos o que era andar antigamente pelo Rio, sem automóveis atravancando o caminho.

Do presente, partimos com João Brandão para o passado, em um passeio por ruas nas quais poderíamos encontrar uma turma célebre: José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis. Em uma constante homenagem à história, Brandão busca Brasil Gerson<sup>74</sup>, conhecedor do Rio antigo, a ser como um guia viajante no tempo. E, às voltas com essa procura, João parte para a outra rua, a Antônio Nabo, onde repara nos comércios e nos sujeitos, conhecidos pelo traço de personalidade e pela profissão. Não se trata, contudo, de um simples resgate de pessoas e lugares: Drummond nos apresenta uma cidade metafísica, em cujas ruas podemos caminhar a pé e onde eventualmente topamos com notáveis escritores, personalidades de outro Rio de Janeiro, quiçá um Rio mais encantador e melhor prestigiado (embora com um histórico de escravidão, como nos lembra a referência à rua Antônio Nabo e ao Valongo, principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas).

No desfecho da crônica, os créditos pelo passeio são atribuídos à reforma de trânsito, como se C.D.A. demonstrasse que mudanças são frutos de escolhas: o reestabelecimento da caminhada como algo prazeroso volta a ser possível, pois os carros foram abolidos na região. Drummond parece ter percebido que estava em uma disputa difícil com o *carrocentrismo* na cidade, por isso alerta ao leitor que vá aproveitar esse chão sem veículos. O cronista chega a dizer, como vimos, que esse lugar vira uma rua de recreio para grandes: uma rua barulhenta e com carros é, portanto, um lugar onde a diversão não anda nem na contramão.

### **3.3 *Imagens do dia* – Livrarias**

Na rua Regente Feijó, Braziellas está de porta fechada. O encerramento da pequenina loja, diz o cronista, não afetará a “harmonia das esferas, nem mesmo a vida da cidade”, mas certamente será sentida pelos apreciadores de sebos, prováveis leitores do *Jornal do Comércio*, em que eram anunciadas as “velhas novidades bibliográficas”. Lá encontravam a coluna de

---

<sup>74</sup> Brasil Gerson foi historiador, jornalista, escritor e autor da obra “História das ruas do Rio”, cidade onde viveu até a morte, em 1981, com 77 anos.

Braziellas, na qual o livreiro anunciava sua mercadoria de forma pitoresca, sua marca registrada. “Ao anunciar um exemplar antigo do ‘Dom Casmurro’, em que as traças tinham deixado a sua renda”, conta o narrador, “ele esclarecia: ‘do Machadinho, com picos’”. Se fosse cliente ativo, seria preciso aligeirar-se: mesmo com negócio fechado por telefone, era possível encontrar, à porta, outros competidores interessados na encomenda. Com uma boa venda feita, Braziellas fechava o estabelecimento e ia descansar. Em razão de um desastre de bonde, uma vez precisou descansar forçosamente durante seis meses. Quando retornou à loja, os livros estavam liquidados: os ratos haviam roído o estoque.

Embora Drummond não tenha sido cliente assíduo (porque não morria de amores por livro velho e porque o endereço ficava fora de mão), certa vez precisou de um livro seu, já esgotado, e por isso fez o pedido à livraria. Uma semana depois, em uma sexta-feira santa, Braziellas ligou-lhe dizendo que havia conseguido um volume. Quem ligaria em dia santo, enquanto parte da população está rezando e outra parte está aproveitando o feriado? Na segunda-feira, o livro já estava embrulhado à sua espera. Recebeu-o e perguntou quanto custava: pagou nada, pois Braziellas não cobrava de autor que necessitava de seu próprio livro. “Sob o aspecto meio rústico, tinha dessas delicadezas, que costumam distinguir a profissão livreiro”.

*Parece que seu pequeno comércio não aguentou o repuxo do aluguel da casa. Não é a primeira livraria a desaparecer por esse motivo. A Rua Regente Feijó perdeu um traço característico para alguns. Como uma senhora que troca de nariz, já não é a mesma pessoa; pode ficar até mais bonita, não é a mesma pessoa.*

Despedida de um lado, celebração de outro: a José Olympio Editora se mudou, instalando-se na Rua Marquês de Olinda, n.º 12, entre “duas paisagens soberbas”: o mar e o Pão de Açúcar para cá, e o Corcovado para lá; em frente, contava ainda com o casa-rio de Botafogo, que surgia entre árvores, como um presente para a vista. O novo prédio tinha quatro pavimentos, “com todas as coisas bem nos seus lugares”: no térreo, uma livraria; no terraço, um jardim tropical; no miolo do edifício,

*... os serviços comerciais e editoriais, e o cérebro da Casa, com J.O., Daniel, Athos, Colley Pereira comandando um pequeno exército de empregados amigos, pois tudo foi planejado e executado em termos de uma obra de cultura com reflexos humanos. Fui lá assuntar e senti a presença e a realidade do livro na vida brasileira de hoje; realidade e presença que devem tanto a José Olympio e a sua equipe. Apesar dos pesares, o livro está fazendo sua revolução, e mesmo entre contradições que lhe estorvam o caminho ele indica à nossa gente um comportamento novo, que a má política não saberá invalidar.*

Drummond partiu de lá com um exemplar, recém saído do forno, de “Paquetá – Imagens de ontem e de hoje”, escrito por Vivaldo Coaracy, morador da ilha. Com ele, iria se aventurar pelo Rio insular. E o cronista assegurava: “V. Cy não é apenas cronista delicioso que ensina

aos mais novos as artes do ofício: é também historiador preciso e sério, em que se pode confiar”. Nosso narrador passaria o final de semana na ilha de papel e, graciosamente, não perguntaria a respeito da Moreninha, pois se soube que ela, já idosa, mudara-se para a Ilha do Governador.

Em *Imagens do dia*, embora afirme que o fim de Braziellas não afetará “nem mesmo a vida da cidade”, Drummond escreve sobre a loja como se buscasse ressaltar sua singularidade, seja pela sua dimensão (um estabelecimento pequeno, de bairro), seja pela excentricidade de seu proprietário (um sujeito brejeiro, mas amigável). A crônica nos faz lembrar de que o livro é objeto de encontro: além das histórias construídas por quem escreve, há também as histórias dos que com ele ganham a vida; assim, C.D.A. nos conta a história de Braziellas. Em relação a esse comércio, Drummond destaca uma forma de trabalho: nosso amigo livreiro, longe de uma lógica “lucro acima de tudo”, depois de fazer um negócio, “fechava o estabelecimento e ia descansar”: seria uma proposta de um novo regime de trabalho? Se sim, que bela recomendação, pois não há como, ainda hoje, não desejar um trabalho que pudéssemos encerrar por conta, para o deleitoso descanso.

Troça o cronista dos ratos que teriam comido o estoque do sebo e depois diz que raramente ia a essa livraria, por ser “fora de mão”: em outro momento, já vimos C.D.A. elogiando um local para, em seguida, dizer que não o frequentava (a loja de camisas). O comportamento adotado pelo colunista parece ser o mesmo: apesar de não ser um cliente assíduo, vê com certa melancolia a falência de um negócio que não consegue se manter no mercado, o que, de alguma forma, altera a relação do guanabarrino com a cidade, tornando-a mais impessoal. Com a obstrução da porta do Braziellas, resta a Drummond a lembrança de um gesto amigável, realizado pelo distinto livreiro – talvez por isso declare, ao cabo, que a rua onde a loja estava abrigada não seria mais a mesma, ainda que recebesse outros comércios, melhores e mais belos.

O contraponto feito na coluna soa um tanto contraditório: com um insensível “em compensação”, Drummond passa a falar, em tom alegre, da mudança da livraria José Olympio, que, diferentemente de Braziellas (localizada no Centro), encontra-se em Botafogo, em um nobre endereço, de onde se pode ver no horizonte dois famosos pontos turísticos do Rio. E ele segue, orgulhoso, a descrever o prédio ocupado pela J.O. (uma estrutura primorosa, completa, ornada inclusive com um jardim no terraço), como se esquecesse completamente de que há pouco se despedia de Braziellas, em tudo diferente da editora de renome. A melancolia, se de fato havia, dissipou-se no ar, e, envaidecido, C.D.A. eleva os amigos a um grau de importância a ponto de afirmar que a eles devem muito a realidade e a presença do livro (ninguém deve algo

a Braziellas?). Aqui, o novo empreendimento parece substituir com facilidade o antigo negócio, um comércio que, como outros, figuram como tradicionais, patrimônios merecedores de atenção por terem consigo um pedaço de história carioca.

Da Rua Marquês de Olinda, o poeta levou para casa o livro com o qual passaria o final de semana (teria sido um presente, à semelhança da atitude generosa do livreiro de Braziellas?); Vivaldo Coaracy, autor da obra, seria alguém em quem podemos ter confiança: não por ser mestre no ofício de cronicar, mas sim, e especialmente, por tratar com seriedade e precisão a matéria de seus escritos. Ora, temos, pelas mãos de Drummond, a imagem do escritor leviano e impreciso, o cronista, em oposição à figura do historiador. Talvez por essa razão C.D.A. faça graça no final do texto, brincando com a lenda de que a Moreninha, de Joaquim Manuel de Macedo, teria não só vivido em Paquetá por muitos anos, como também teria se transferido para outra ilha, a do Governador.<sup>75</sup>

### **3.4 *Imagens do dia* – O 4.º**

O 4.º centenário do Rio de Janeiro parece convocar a todos, que, sensibilizados pela data, preparam uma homenagem devota e pessoal. Muitas e de todos os tipos, o caráter das comemorações era amplo: um, apressado, buscava informações sobre a sesmaria dos jesuítas, para escrever sobre a fundação do Rio; outro tentava descobrir a planta do trapiche da Prainha (hoje Praça Mauá), a fim de preparar uma “obra sobre as faces antigas da cidade”; um pintor abstrato pintava em casa o Morro do Castelo, cujo destino seria um leilão espetacular em homenagem ao aniversariante e a favor dele próprio, maior beneficiário da ação; outro pintor, este da Pop Art, elaborava composições com materiais colhidos em estado natural nas ruas do Rio.

Canções dedicadas às garotas de outros bairros, inclusive de outros municípios, eram criadas por um “cobra da bossa-nova”, pois não era justo somente a garota de Ipanema gozar de tal promoção. Dois escultores passaram a construir busto ou maquete de corpo inteiro de personalidades ligadas “à alma carioca”: Mem de Sá, Estácio, padre Anchieta, São Sebastião, Bobadela, Mestre Valentim, Manuel Antônio de Almeida, Pereira Passos, Noel Rosa, entre outras figuras. Essas estátuas, o cronista conta, estavam sendo disputadas por vários bancos de

---

<sup>75</sup> Embora tenha sido a maior editora do país nas décadas de 1940 e 1950, a José Olympio entrou em profunda crise financeira na década de 1970 e, atualmente, pertence ao Grupo Editorial Record, o que revela as constantes transições do que se considera *moderno*.

Minas Gerais, cujo intuito era reproduzi-las em miniaturas de plástico para brinde aos clientes em 1965.

Filmes guanabarinos eram planejados por cineastas, modas eram lançadas, estruturas comerciais eram construídas em um piscar de olhos, casamentos eram adiados para o ano seguinte: tudo e todos voltavam-se para o Rio quatrocental.

*... meus conhecidos e meus desconhecidos assumem um ar positivamente histórico, suspeito que vão sacar do bolso objetos de museu; nunca vi tanto amor ao Rio, tanto interesse em celebrá-lo. Se o governo do Estado não providenciar a tempo as comemorações, não faz mal, todo mundo já está comemorando.*

Receava o cronista, no entanto, que ninguém mais aguentasse falar no 4º centenário quando ele de fato chegasse.

Em *Imagens do dia*, o cronista encontra um amigo que se diz apressado para um compromisso; como se quisesse o tirar de um encanto, toca-lhe o braço, chamando-o para um cafezinho – o diminutivo sugere o curto tempo a ser dedicado à tarefa. Convite, no entanto, recusado, pois é preciso apurar uma dúvida sobre a sesmaria. O estranhamento do narrador talvez more no aparente anacronismo de alguém preocupado com sesmaria: a pesquisa seria feita para a escrita da história da fundação do Rio, com o fito de celebrar seu 4.º centenário.

Outro amigo está indo para o Mosteiro de São Bento – não para ser monge, nem para rezar: está a pesquisar “os arquivos da ordem para descobrir a planta do trapiche da Prainha, hoje praça Mauá”. Localizada na zona portuária, a praça se encontra na região da Pedra do Sal, por exemplo, e do Cais Valongo, construído em 1811 para o desembarque e comércio de africanos escravizados (a Pedra e o Cais hoje integram o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana). Por isso, ficamos com a impressão de que talvez haja uma relação entre o mosteiro e a escravidão, como se Drummond sutilmente criticasse o projeto colonial de exploração: as tais “faces antigas da cidade”.

Quanto ao pintor que pintava em casa a paisagem que não existe mais: como é esse exercício? C.D.A. procura o sentido do reproduzir a cidade a partir da casa, ou, em outros termos, parece reclamar que não temos Rio em algo feito de modo apartado da cidade. Para mostrar a gravidade desse sujeito, que se acha homenageador do aniversário da cidade ao pintar de casa um morro destruído (no seu “próprio mundo”, nos seus pensamentos individuais), temos o desfecho do caso: o pintor “destina os 30 quadros a um leilão espetacular ao 4.º e em benefício dele mesmo”. O artista, portanto, pouco está interessado no festejo citadino; importa-lhe o lucro pessoal. O outro, o da Pop Art, parece ter sua produção questionada pelo cronista: que obra é essa, feita com materiais colhidos na rua, em estado natural? Ou, melhor dizendo, para que

essas composições, com a natureza intacta, se basta olhar pela janela para vê-la, ou sair à rua, para com ela interagir?

Ao se referir à bossa nova, Drummond nos mostra a existência de um Rio diverso: sugere a criação de novas músicas que retratem outras mulheres além da garota de Ipanema. Um tanto irônico, ele avisa que o Rio é uma multiplicidade de Rios – talvez estivesse pensando naquela diferenciação machadiana de dois Brasil, um oficial e um real<sup>76</sup>. Nesse sentido, o cronista parece criticar as possíveis homenagens de aniversário da cidade referidas a um certo Rio, ao Rio oficial; se formos homenagear a cidade, precisamos pensar na multiplicidade de Rios dentro dessa mesma cidade: o Rio não é o descrito apenas pela música “garota de Ipanema”.

As homenagens ligadas à alma carioca não cessam, e Drummond continua desconfortável com a apresentação de certa forma de o carioca ser lido: critica a feitura de estátuas de gesso e barro (mais um exemplo de homenagem sem sentido com impacto na realidade, pois afirma que o barro e o gesso subiram 500% com o preparo das maquetas de corpo de personalidades; é, claro, mais um exagero do poeta, uma hipérbole com o intuito de demonstrar o quão estapafúrdias eram as homenagens realizadas, ou como seriam as que estavam em curso pelo aniversário da cidade).

Além disso, quando o cronista se refere aos filmes, dizendo que foram encomendados argumentos a escritores vivos e mortos, indica nisso um desconhecimento da realidade de quem está organizando as celebrações, como se a preocupação única fosse o entretenimento e o espetáculo, alijados do conteúdo das produções e da correspondência com o *verdadeiro* Rio. C.D.A. mostra, ainda, que a cidade se transforma com uma rapidez enorme, “da noite para o dia”, para ter novos equipamentos urbanos no dia de sua data festiva: parece que o aniversário virou um marco para o Rio ser apresentado com as novas estruturas.

Zombeteiro, Drummond afirma inclusive que cada um quer contar um pouco da história do Rio, narrativa simbolizada pelo objeto de museu carregado no bolso. Ao aludir às infinitas homenagens, a crítica se centra na comemoração *pro forma*; próximo ao aniversário, temos a impressão de que todos passam a cultivar, de maneira nada autêntica, um interesse pela cidade. Os cortejos, feitos às pressas e a qualquer custo por pessoas que não se relacionam de modo genuíno com o Rio de Janeiro, poderiam ser substituídos por uma singela celebração: maior honra ao Rio seria vivê-lo plenamente.

---

<sup>76</sup> Para Machado de Assis, “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco”. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2017.

### 3.5 *Imagens devastadas* – Pobres monumentos

As estátuas do Rio encontram-se em má situação: a maioria delas está sem um pedacinho aqui e ali. O cronista, em véspera de “magno aniversário” da cidade, realiza uma sisuda vistoria dos monumentos públicos, aparentemente abandonados à própria sorte. E, por parte de quem as quer levar para casa, ou para qualquer outro lugar, não há pouco empenho na tarefa de lhes tirar uma lasca: “Se o conjunto é de mármore, tira pelo prazer de destruir, mesmo com esforço. Se é de bronze, para vender ao ferro-velho”. O inventário, de cujas peças ausentes se sente falta, é longo, mas indispensável: a Primavera, com os dedos de mãos e pés partidos (e não se acham em melhores condições suas colegas, Inverno, Verão e Outono); as coroas de bronze, surrupiadas, no pedestal da estátua do almirante Barroso (junto do Hotel Glória); os louros votivos sacados da estátua do general Osório (na Praça 15); as desaparecidas baionetas dos dois soldados de bronze (na entrada da Escola do Estado-maior do Exército, na Praia Vermelha); as espadas dos heróis de Laguna, prováveis “resíduos de metal”. Pensa nos monumentos maiores o cronista: Deodoro e Caxias, intactos ou quase isso, tomem cuidado! Aos que não tiveram a mesma sorte, a lista continua: São Francisco de Assis, sem dois de seus quatro medalhões (no Russell); a bandeira afanada do Escoteiro do Flamengo; a mutilação do chafariz de bolso do Manequinho (na Praia de Botafogo); o braço arrancado do anjo da Fonte dos Amores (colocada à boca dos túneis de Copacabana). Antes que não sobre nada, matuta-se, não custa recomendar aos vigilantes “que não deixem ninguém subir a uma estátua equestre, sob o pretexto de ir cumprimentar Pedro I”. Isso explica a decisão de Austregésilo de Ataíde, zeloso, levar Machado de Assis de bronze para dentro da Academia Brasileira de Letras, com receio de que lhe subtraíssem a inscrição.

*E para reaver pelo menos uma parte do que se tirou aos nossos monumentos em coroas, placas, letras, etc., não seria mau dar uma batida nos ferros-velhos. Por amor da Pátria e da Glória.*

Curiosamente, em *Imagens devastadas* vemos um C.D.A. mais apartado do povo da cidade, mas muito identificado com toda a simbologia (principalmente militar) encontrada nas estátuas. Ele chega a, em alguns momentos, colocá-las vivas para se defenderem de seus possíveis “ladrões” e “vândalos”: “Não sei como o bravo soldado não salta do ginete para repelir no grito e sem-cerimônia”.

As razões pelas quais alguém poderia estar roubando as estátuas de bronze não são discutidas pelo cronista (embora tenha sugerido que é para vender ao ferro-velho). Nesse sentido, os “ladrões” têm questionadas as suas identidades com a cidade, pois não estão

idolatrando as pessoas das estátuas, e isso parece causar uma estranheza em Drummond. Para ele, é como se os monumentos tivessem um caráter de comunhão com o Rio.

De modo galhofeiro, o narrador declara: “Pode parecer que os destruidores de nossas estátuas tenham apenas intenção de fazer crítica de arte (...), tendo em vista que os monumentos cariocas não primam em geral pela beleza e pelo bom gosto”. Podemos provocar Drummond e ir além, com a crítica não apenas da arte, mas da história: as personalidades homenageadas pelas estátuas são reconhecidas por todo o povo da cidade? Quais são os critérios adotados para homenagear alguém com uma estátua? Importa a biografia do sujeito para um monumento se tornar público, já que muitas esculturas e ruas condecoram generais racistas e navegadores colonialistas? Para que serve, enfim, esse tipo de homenagem se não traz boas memórias para a população ex-colônia? Com as representações artísticas, há um tipo de manutenção de poder (brando?), que fixa uma estátua como se também fixasse o passado, numa tentativa de silenciar os acontecimentos históricos.

Sob essa chave, a leitura possivelmente ganhe traços anacrônicos<sup>77</sup>, porque talvez Drummond quisesse sobremaneira denunciar o furto simbólico não só da história e da memória cariocas, como também brasileiras, motivado pelo aniversário do Rio. De certa maneira, contudo, parece que o autor está de acordo com todas as estátuas citadas durante a crônica, quase todas de militares, ao defender a permanência e a irredutibilidade dessas imagens em espaços públicos. Além disso, C.D.A. alerta para a ausência dos monumentos (“Antes que os próprios heróis, ninfas, imperadores, artistas e outros vultos sejam furtados e restem apenas buracos no lugar deles”), como um morador preocupado com o histórico do lugar onde vive, sugerindo, por essa razão, com palavras de uso corrente do exército brasileiro, que seja feita uma batida nos ferros-velhos.

---

<sup>77</sup> Em 2020, a derrubada de uma estátua em Bristol, na Inglaterra, reacendeu um debate de anos sobre a destruição de monumentos históricos como forma de protesto. No Brasil, em julho de 2021, a estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato foi incendiada por manifestantes. Segundo o livro “Vida e Morte do Bandeirante”, de Alcântara Machado, Borba Gato foi um dos mais célebres bandeirantes paulistas. Entre os séculos XVI e XVII, os bandeirantes exploravam territórios no interior do país, capturando, escravizando e violentando indígenas e negros encontrados pelo caminho, além de roubar minas de metais preciosos nos arredores de aldeias. Portanto, as pessoas que contestam essas imagens fazem um pedido de reparação: que seja reconhecida uma outra versão da história, que evidencie qual foi, de fato, a atuação desses homens outrora homenageados. Embora em *Imagens devastadas* não seja proposta essa discussão, parece-nos necessário fazê-la atualmente.

### 3.6 *Imagens ativas e Imagens na placa – Rua Metal Rosicler e Avenidas líricas*

Conta o cronista que, há tempos, um grupo de escritores pediu que fosse dado o nome de Ribeiro Couto a uma rua. Como consultado, ele teria sugerido à turma que se homenageasse Ribeiro através do título de uma obra sua, já que o sobrenome Couto, tão vago, não diria muita coisa a um transeunte ou mesmo a um morador. Diferentemente seria a indicação “Cancioneiro do Ausente”, que “faria vibrar em um e outro, de mediana sensibilidade, uma corda íntima de poesia” – nome pronunciado com algum orgulho, supõe Drummond, como deve ser o caso de quem mora na Rua Fonte da Saudade, envaidecido pelo lírico logradouro onde reside.

*Minha sugestão – eu já esperava – não foi ouvida. Nem me queixo do não aproveitamento de minhas melhores ideias, desde que elas sirvam para encher o palmo de coluna que constitui minha obrigação rotineira. É até bom que não se aproveitem, para que eu possa repeti-las de vez em quando, como se impõe ao pobre diabo que passa (ou ganha) rabiscando coisas jornalísticas e nem sempre acorda com ideia nova na vasculhada cabeça.*

Ora pois, reflete o cronista, é chegada a hora de se homenagear publicamente Cecília Meireles, a quem deve muito a sua terra, o Rio, pelos serviços prestados à educação, e o ser humano em geral, pela poesia. Pelo “Cancioneiro da Inconfidência”, Minas também lhe deve algo. Pela importância de Cecília, poderia ser lembrada “em diferentes lugares, por tantos motivos, e de diferentes modos”.

E a rua está aí como um modo simples de homenagem, imaginada por Drummond como uma rua nova, “com árvore de boa sombra e uma perspectiva de montanha ou de mar”, independentemente de onde nasceu Cecília. A essa rua, o colunista, se pudesse, daria o nome de Metal Rosicler, ou Vaga Música, ou Mar Absoluto. Essa bela combinação de termos prolongaria o encantamento da poesia cecilianiana, e um transeunte atento, caso não as conhecesse, sentiria o desejo de conhecer a sua fonte. É assim: “Um nome de rua pode agir como convite à comunhão poética”. E, ainda que o passante não fosse conduzido à livraria, ao ver a placa ele seria habitado pela visão de realidade mágicas.

Se o assunto não enfada o leitor, pondera o cronista, retornará a ele a fim de sugerir “outros nomes especiais para o Brasil recordar – recordar, não, manter viva a criação de seus artistas, inserindo-a no contexto urbano”.

\*

Ainda sobre as placas poéticas, soube o cronista, por intermédio de um leitor que lhe ligara, que em Belo Horizonte há a Rua Sagarana (embora o vocábulo ainda não conste no dicionário, ele saltou com muita força do texto de Guimarães Rosa), e, localizada em um bairro elegante, já dispõe até de rede telefônica.

Por isso, Drummond reforça o lembrete às municipalidades, sugerindo unir o útil ao agradável: além de incutir uma certa beleza à coisa banal, que é a placa de rua, homenageia-se um poeta, um prosador, um artista e, de quebra, promove-se um momento “réverie” a quem não queda insensível frente à palavra.

Algumas sugestões, então, são feitas por C.D.A. (que, como critério, limita-se a autores mortos, já que dificilmente alguém alcançaria a graça de Guimarães Rosa, e o melhor, ele pensa, é não facilitar para os ansiosos por uma promoção): a Rua da Divina Quimera, em Porto Alegre (a Eduardo Guimarães); uma rua Lanterna Verde, em Santa Maria ou em Guanabara (a Felipe d’Oliveira); Rua das Amargas não, também no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro (a Álvaro Moreyra); a Rua da Flauta Encantada, em São Paulo (a Martins Fontes e, ainda, a Mozart); a Rua das Cantigas Praianas (a Vicente de Carvalho); a Janelas Abertas (a Afonso Schmidt); a João Miramar, como uma outra avenida atlântica (a Oswald de Andrade); a João Ternura, como via pública mineira ou carioca (a Aníbal Machado).

E a lista segue, com a Rua das Primaveras, em cidades fluminenses (a Casimiro de Abreu); a Sinhá Flor (a B. Lopes); a Alma em Flor (a Alberto de Oliveira); a Luz Mediterrânea (a Raul de Leoni). Em Minas Gerais, a Dona Mística, em Mariana (a Alphonsus de Guimaraens), e a Tarde Florida, em Juiz de Fora (a Belmiro Braga). Na Guanabara, a Rua Viola de Loreno (a Sousa Caldas); a Catulo Cearense, a dificuldade estaria na escolha entre Flor, Mata Iluminada e Boêmio no Céu; a Avenida Caçador de Esmeraldas (ao Bilac); a Rua Luz Gloriosa (a Ronald de Carvalho); a Rua Cavaleiros do Luar, “sugerindo serenatas a que convidaríamos Magalhães Pinto e seu bandolim<sup>78</sup>” (a Gustavo Santiago).

Na Bahia, a Avenida Espumas Flutuantes (a Castro Alves); em Alagoas, a Rua Invenção de Orfeu ou Nega Fulô (a Jorge de Lima); a Rua Fonte da Mata ou Lâmpada Velada, em Sergipe (a Hermes Fontes); em Pernambuco, a Rua das Últimas Cigarras (a Olegário Mariano) e a do Caminho Enluarado (a Ademar Tavares).

Recomendam-se as inscrições nestes outros lugares para, segundo o cronista, não sobrecarregar o Rio, tornando-o o “Pays des Articoles”. E questiona: Brasília fica como? Que tal humanizar as suas gigantescas quadras numeradas com esses títulos líricos, aptos a “exercer saudável influência psicológica em seus moradores?”.

---

<sup>78</sup> Alusão ao episódio em que o governador Magalhães Pinto cantou “Elvira escuta”, do folclore mineiro, na noite de serenata promovida pelos estudantes de Ouro Preto em comemoração ao restabelecimento da tradição da antiga Vila Rica, ameaçada por um delegado que acabou perdendo o posto. Sob o título “Magalhães faz serenata em Ouro Preto”, a notícia foi publicada no *Correio da Manhã* no dia 21 de novembro (1º Caderno, p. 9).

Crônicas complementares, em *Imagens ativas e Imagens na placa* propõe-se um jeito (simples) de sensibilizar a cidade, à maneira da flor nascida na rua, que rompe o duro concreto do asfalto e, com isso, reintegra à alma humana um pouco de esperança e delicadeza, mesmo em cenários inóspitos<sup>79</sup>.

Primeiro, fala-se da homenagem a ser feita ao escritor Ribeiro Couto em uma rua do Rio de Janeiro. Drummond sugere que a homenagem seja realizada por meio de um dos títulos do poeta, escrito em placa de rua, e não através de seu nome, tendo em vista que, caso alguém não o conheça, o nome da rua esvazia-se de significado; da outra forma, mesmo sem conhecer o autor do título, quem lesse a placa ou morasse na rua onde ela fosse instalada se tornaria de certa maneira sensível a ela.

O colunista diz que, como já esperado, sua proposta não foi ouvida: se estivesse certo, se o título de livros como nome de ruas sensibilizaria a cidade, então, com o não uso de sua sugestão, podemos supor que as ruas e as cidades permaneceriam organizadas de forma racional, ordenadas segundo uma lógica na qual o encantamento, digamos assim, não era bem-vindo.

Ademais, C.D.A. brinca conosco dizendo que nem se queixa com o não aproveitamento de suas melhores ideias, já que, de qualquer forma, elas preenchem a coluna, “obrigação rotineira” do cronista, e, ao não serem acolhidas, ele pode rerepresentá-las, de tempos em tempos, garantindo o que escrever no jornal.

Na sequência do texto, somos lembrados de que chegou a vez de Cecília Meireles<sup>80</sup>, com a qual estão em dívida estados e países; a existência de Cecília, para Drummond, devia ser celebrada pelo mundo todo. E, assim, retornamos ao assunto inicial: a placa de rua, cujo nome é capaz de nos levar para um caminho poético, poderia abrigar um dos títulos da obra cecilianiana. Sonhada pelo poeta, a rua dedicada à escritora carioca seria composta por elementos sensíveis: árvores com uma boa sombra (um convite ao transeunte ou ao morador, que debaixo delas poderiam descansar o corpo) e perspectiva de mar ou montanha (um regalo para os olhos e para a alma de quem passasse, com o intangível e o infinito no horizonte). A projeção drummondiana decerto dá concretude à literatura produzida por Cecília, considerada pelo cronista ilimitada, eterna e aprazível. O potencial de sensibilização dessa rua imaginada seria tamanho que, acaso não conhecesse os livros de Meireles, o leitor desavisado ficaria com desejo de deles se inteirar.

---

<sup>79</sup> Referência à flor de “A flor e a náusea”, poema drummondiano de *A rosa do povo*.

<sup>80</sup> Na crônica *Imagens para sempre*, Drummond escreveu que “às 15 horas de segunda-feira, 9 de novembro de 1964, os poemas de Cecília Meireles alcançaram a perfeição absoluta”. O cronista referia-se à morte de Cecília, tantas vezes elogiada em sua coluna.

Seria, então, uma porta aberta à comunhão poética, por meio da qual estariam fortalecidos laços afetivos entre a cidade, o pedestre e o homenageado, os quais compartilham entre si muito mais do que apenas o espaço urbano. Não haveria, enfim, modo de o leitor da placa permanecer incólume, pois, ainda que não se sentisse motivado a de fato ler os escritos literários, ele se veria habitado por uma *magia* resultante do encontro com o título poético, ou seja, fosse como fosse, o passante teria sido sensibilizado, ainda que por instantes. Talvez esteja aí a oportunidade de frear corpos citadinos, os quais, a cada novo dia, movem-se automaticamente pelas ruas.

Drummond promete voltar a esse assunto (e realmente volta dois dias depois). Perto de finalizar a primeira crônica, ele diz, como vimos, que os nomes especiais das ruas servem para “manter viva a criação de seus artistas, inserindo-a no contexto urbano”; nesse sentido, os nomes das ruas oportunizariam à população alguma sublimação, o que lhe possibilitaria romper a aspereza da cidade, com brotos de novas ideias e reflorestamento das pessoas, tirando-as de um *transe* negativo, perceptível na cidade desumanizada e insensível. Na perspectiva do cronista, inserir as criações dos artistas na rua é mantê-las vivas, pois estariam em constante contato com o público, sem necessidade, portanto, de relembrá-las, porque não seriam esquecidas por quem as leu.

Em *Imagens na placa*, C.D.A. teria recebido uma ligação de um leitor que o informara sobre a existência da Rua Saragana, em Belo Horizonte. O telefonema funciona, então, como mote para a retomada da matéria anterior, de modo a “autorizar” o colunista que, em sua última crônica, compromete-se a retornar ao assunto caso este não seja para o leitor motivo de enfado. *Saragana*, de Guimarães Rosa, não está nos dicionários: rígidos demais para a poesia, distanciam-se da ternura de Guimarães, cujas palavras não se deixam apreender pelo registro, formando um universo linguístico próprio. Ainda, talvez possamos criar um paralelo entre a escrita de G.R. e a rede telefônica da Rua Saragana, citada como marca de modernidade: à frente do seu tempo, há nelas uma notícia de novidade.

Com a mensagem do leitor, Drummond reafirma o caráter encantatório e embelezador dos nomes de ruas, com os quais se pode homenagear personalidades do campo literário inserindo às placas de logradouros um título de obra. E, conforme a promessa, o colunista sugere autores, títulos e localização, onde deveriam ser introduzidas as placas. Para esta sugestão, considerou-se o local de origem dos escritores (a cidade ou o estado), embora fosse possível, como no caso de Álvaro Moreyra, escolher entre o lugar onde o literato nasceu (Rio Grande do Sul) ou onde permaneceu durante boa parte de sua vida (Rio de Janeiro). Ainda no

caso de Álvaro, as faíscas poéticas propiciadas por *As amargas não* sugerem um modo de ser e viver, ao convidar o passante “à seleção das imagens da vida”. Não se trata, logo, de apenas apontar uma direção pela rua, mas, e sobretudo, de nos orientar intimamente, com a evocação de doces lembranças, impulsionadoras de um caminhar menos desgostoso pela vida. Isso valeria para todos os títulos listados, cuja força poética teria a capacidade de sensibilizar o espaço público e o homem privado, unindo-os em um elemento único.

Após contemplar com as suas indicações as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, C.D.A. interpela Brasília, propondo que o Distrito adote as nomenclaturas líricas como forma de se humanizar: há nisso duas leituras possíveis. A necessidade de humanização, recomendada pelo cronista, talvez se refira à cidade construída na secura do planalto central, onde havia muito concreto e pouco povo. Pode, também, fazer referência aos Três Poderes, naquele momento subjugados à junta militar golpista, com a finalidade de insinuar a indispensabilidade de uma política mais humana, perdida por completo com a instauração da ditadura militar.

### **3.7 *Imagens a visitar* – Céu distrital**

Com bastante entusiasmo, Drummond comenta sobre o projeto do professor Otávio Egito, que instala, em noites firmes, um telescópio na Praça Bernardelli<sup>81</sup>, em Copacabana, disponibilizando-o para o público: “Fiquei assanhadíssimo ao saber”. As razões de tanta euforia? C.D.A. diz amar de “antigo amor” a Praça Bernardelli, “dos tempos em que emoldurava o restaurante Lido e por isso Lido se chamava”. Cheio de novidades, no restaurante comia-se na penumbra, à luz de um abajurzinho sobre a mesa, e dançava-se no centro do salão, em dado momento da noite. “Jantar no Lido era o fino”, por volta de 1940. Era lá onde o cronista festejava com os amigos pintores e escritores, de quem lhes ressalta o talento. Qualquer coisa notável feita pela turma era “motivo de alegre mastigação coletiva no Lido”.

Quando o restaurante fechou, uma escola e uma biblioteca pública o substituíram, e o cronista, bem como os amigos, foram se fechando (alguns, ele afirma, fecharam-se para sempre). Gente nova, em bares e em boates, impulsionou a noite, e a Praça do Lido “ficou nos arquivos íntimos”. Habitada pela garotada em outros turnos, pela manhã e à tarde, a praça ainda guardava em si alguma graça de vida. E os namorados pobres, sem ter aonde ir, prolongavam

---

<sup>81</sup> Em homenagem aos irmãos Rodolfo e Henrique Bernardelli, pintor e escultor, cujas obras marcaram a história da arte brasileira.

lá a noite, abraçando-se, como o fazem os irmãos Bernardelli de bronze, situados próximo de sua casa-ateliê, no Lido.

*Pois agora o telescópio do professor me enche de alvoroço, e aqui me vou a imaginar pesquisas muito especiais num céu privativo do Estado da Guanabara, que a propriedade das coisas pode muito bem estar nos olhos, desde que eles saibam olhar. Por instantes, alimento o sonho de contemplar uma lua, umas galáxias particulares, bem nossas, não do Estado do Rio, de Pernambuco, Acre ou de Montevideú, astros e estrelas identificados com o nosso destino paroquial. Sorrindo à nossa consulta, inspirando boas soluções a nossos problemas locais e individuais.*

*Que custa desejar, no espaço? Temos o telescópio franqueado ao povo, no Lido, e através dele recuperamos a massa estelar que os edifícios estavam tapando. Reavemos nossos signos zodiacais, ficamos mais protegidos e informados. Talvez eu, na pressa de bater esta coluna, confunda astronomia com astrologia, e deseje mais perguntar coisas ao Escorpião do que estudar a organização celeste. Perdoai-me, professor Egito, se levo para este lado miúdo o vosso projeto de divulgação científica. Assim é o croniqueiro: vai tirando partido de tudo em escala tão pessoal, que o imenso palco do firmamento fica reduzido às dimensões do gabinete do sábio dr. Mirakoff<sup>82</sup>, que talvez nem tenha gabinete.*

Alvitra Drummond que os outros moradores do bairro também podem, como o cronista, “tomar partido de tudo em escala tão pessoal” e, como se fizesse um convite, sugere a outros povos da região a ida à praça, para um encontro noturno com os astros Júpiter e Vênus, tidas na ocasião como vedetas de Guanabara. Quem ganha com isso é o Lido, em mistério e poesia. E há ainda a possibilidade de uma viagem: deixados lá, parados, os bondinhos-reboque invitam a um passeio ao redor ou dentro de nós mesmos. Outra viagem, a feita em anos-luz, com o telescópio, nos permitirá trazer de volta imagens fascinantes, ornamentos para um dia de trabalho. Será possível dizer: “Ontem à noite estive em Beteljosa, depois do jantar”. E Copacabana, saberiam, já não é apenas uma região administrativa; “é um céu profundo”.

Em *Céu distrital*, somos apresentados a um bonito gesto do professor Otávio Egito, que, em noites de bom tempo, coloca na rua um telescópio na praça Bernardelli: o barato é que o professor não instala o telescópio apenas para deleite próprio; ele convida o público “para pesquisas nos céus da Guanabara”. O projeto de Egito aciona o cronista, que aparenta ser transportado à praça da juventude: nela, ainda estava de pé o charmoso, intimista e inovador restaurante Lido (nome pelo qual a praça outrora se chamava), ponto de encontro noturno, onde C.D.A. e seus amigos comemoravam proezas pessoais.

Fechado no final da década de 50 e substituído por estruturas escolares, diz o cronista que, assim como o Lido, ele próprio foi se fechando com o avanço do tempo: talvez por isso o passeio seja pelas avenidas da memória, com a carinhosa lembrança da praça ocupada durante os três turnos, sinal de que era muito benquista pelos cariocas.

---

<sup>82</sup> Sr. Mirakoff é um astrólogo, personagem de “Aconteceu com Orestes”, crônica de Rubem Braga publicada em 28 de agosto de 1954.

Embora a ação do professor seja um verdadeiro convite para ir à rua, Drummond parece *imaginar pesquisas e alimentar sonhos*, como se, ainda que estivesse distante da praça, fosse possível percorrer o céu com os olhos da imaginação. E não seria qualquer céu: um firmamento privativo do Estado da Guanabara, cuja propriedade seria estabelecida pelo olhar que sabe vê. O desejo se expande, e, se pudesse, C.D.A. gostaria de contemplar astros e galáxias particulares – o uso de “bem nossas” sugere uma visão muito íntima, em que os corpos celestes se encontrariam inteiramente identificados com o *destino paroquial* do sujeito guanabarino, que os tem como seus e que, por essa proximidade, pode consultá-los para a resolução de um problema individual ou local.

O sonho do cronista vai além, com a possibilidade de reaver o céu que a verticalização da cidade estava subtraindo: céu religioso, céu esotérico, céu climático (isto é, para todos os gostos, disponíveis para o olhar através do telescópio). E Drummond está mais interessado em Escorpião<sup>83</sup> do que no estudo da organização celeste; seria, pois, uma abertura aos sentimentos, de forma a não civilizar pelo raciocínio o céu, deixando o universo com seus toques misteriosos? Ainda que a confusão entre astronomia e astrologia não passe de uma irônica brincadeira, de modo a provocar um sorriso no leitor, C.D.A. justifica-se (e, de antemão, pede desculpas ao professor Egito), dizendo que o equívoco pode ser fruto da rapidez com que escreve a coluna e que, além disso, é habitual do *crôniqueiro* tirar “partido de tudo em escala tão pessoal” (gesto que dá indícios de como o gênero crônica era enquadrado nas produções jornalísticas: texto escrito às pressas, sob uma perspectiva própria).

O movimento seguinte sugere que outros moradores façam o mesmo, ou seja, sejam também um pouco *crôniqueiros*, levem da experiência coletiva a singularidade da coisa miúda. Seria beneficiado com isso o Lido, com que teria novamente ares poéticos e misteriosos. Quem fosse até lá, seria convidado a muitas viagens: pela história da praça, com os bondinhos-reboque; pela história particular, com lembranças e projeções individuais (como Drummond, que relembra momentos na praça, talvez despertados por um passeio de bonde, real ou imaginário); e por entre estrelas, *tour* extraordinário, embelezador dos dias comuns, propiciado pelo instrumento ótico. Assim, Copacabana deixaria de ser somente uma área administrativa (racional e rígida) para se transformar em *céu profundo* – sensível e inexplicável.

---

<sup>83</sup> De acordo com a astrologia, Drummond, por ter nascido no dia 31 de outubro, pertence ao signo zodiacal de Escorpião.

### 3.8 *Imagens cariocas* – Debaixo da ponte

A distância, somos apresentados a eles, os destituídos de lar, ocupantes da parte baixa da ponte. Acesso à luz, gás e água não tinham. Para eles o lixo não era problema: ao contrário, dele se valiam para o viver.

Eram dois, os debaixo da ponte. Com a chegada de um terceiro, um amigo que “morava nem ele mesmo sabia onde”, veio a possibilidade de se alimentar com um pedaço de carne. Palpável, a posta, encontrada em um supermercado, não se deixava enganar: era tão real quanto eles próprios. Melhor era prepará-la, para ressaltar o gosto. Saíram em busca de sal e o encontraram em lata de lixo, também levada para debaixo da ponte.

Ação inusitada, saboreavam duas vezes: “a carne e a sensação de raridade da carne”. E, se não fossem interrompidos pelas dores, teriam passado o restante do dia dormindo, para acrescentar um prazer a outro. Aumentadas as dores, desconfiava-se de seus motivos: teria o organismo se espantado ao receber, sem nenhum aviso prévio, alimento? Dois morreram e ficamos sem saber o destino do terceiro. Talvez tenham morrido da carne, talvez do sal, que, segundo alguns, era soda cáustica. Agora, “há duas vagas debaixo da ponte”.

O desconforto de ler *Imagens cariocas* em 2022 é grande: a desumanização denunciada em 1964 é similar à que presenciamos atualmente: pessoas em situação de rua, fome, miséria, violência. E nenhum horizonte político no qual a moradia seja colocada como necessidade primeira para uma vida digna. No início do texto, Drummond escreve “moravam debaixo da ponte”, depois parece querer corrigir, pois diz que “não é lugar onde se more oficialmente, porém eles moravam” – talvez o problema seja com o uso e o entendimento do termo, porque o estar debaixo da ponte não atinge os requisitos que o poeta vê na ideia de morar. O debate, aberto ainda hoje, traz à luz importantes questionamentos: quem são essas pessoas e por que estão na rua? Quais eram as políticas de acesso à moradia?

No momento em que Carlos Lacerda assume o cargo de governador (1960), as favelas estão em plena expansão no Rio de Janeiro. O fenômeno, surgido no fim do século XIX, relaciona-se estreitamente com a nova industrialização dos anos 1940. Em 1948, contavam-se 105 favelas e 150.000 favelados no Distrito Federal. As favelas situam-se nas proximidades dos empregos, industriais na Zona Norte e de serviço na Zona Sul. Em 1960, os barracos abrigam mais de 330.000 habitantes e invadem os arredores da avenida Brasil, que servia à área industrial da Zona Norte. A destruição dos barracos e o realojamento forçado de uma parte de seus habitantes são um dos aspectos mais polêmicos da gestão do estado da Guanabara por

Lacerda, cujos planos urbanísticos consideravam as favelas aberrações a serem extirpadas<sup>84</sup>. Essa política higienista certamente contribuiu para o aumento do número de pessoas em situação de rua no Rio.

Se a “ponte é de todos, na parte de cima; e de ninguém, na parte de baixo”, ficam assim adjetivados não só determinados espaços da cidade, como os indivíduos que habitam estes lugares abandonados pela sociedade. O status de *ninguém* se concretiza pela inexistente conta de luz, gás e água, isto é, pela falta de consumo debaixo da ponte. E problema de lixo não tinham porque, na vida do “ninguém”, o lixo não é o lixo como o entendemos; lá é a possibilidade de ter algo – na sociedade do consumo, o descarte pode mobiliar essa *não-moradia*, pode alimentar e vestir o *não-alguém*. Ironia, portanto, de C.D.A. ao dizer que “viviam debaixo da ponte”, pois demonstra ao leitor que ali é lugar onde se sobrevive.

Apesar da vida precária, as amizades estão presentes. O amigo que chega não sabia onde morava (quem sabe vagava pelas ruas?). Pelo frio ou pela violência, talvez não fosse possível ficar em um único lugar – ou mesmo pela quantidade de outras pessoas em situações parecidas, superlotando todos os lugares. Conta o narrador que os bancos em jardins eram muito disputados, e, na impossibilidade de instalação, até uma cavidade na pedra se tornava habitável, ou seja, qualquer *não-lugar* vira *lugar* quando estamos falando de espaço para sobrevivência.

Atravessada pela aspereza da circunstância, uma imagem carregada de generosidade é construída: a divisão de “uma grande posta de carne” (uma prova de que “onde come um, comem dois”). O cronista fala da raridade que é encontrar carne – como nos dias atuais, em que, pelo aumento de preços, a carne deixou de estar na mesa da população brasileira; virou item alimentar de poucos, mercadoria para exportação. O alimento, levado de um supermercado e preparado com sal encontrado na rua, foi motivo de satisfação e de sofrimento: após a sua ingestão, dois morreram e um agonizava no hospital. Envenenamento? Consumo de soda cáustica, em vez de sal, ou de carne crua, com riscos de contaminação? Ficamos sem saber. Seja como for, o motivo se torna pouco relevante frente à derradeira frase da crônica: “Há duas vagas debaixo da ponte”. Duas vagas deixadas por dois sem nomes, sem identidades: a rapidez com que foram ofertadas quiçá tem a ver com a alta procura, de cuja denúncia é incapaz de se isentar o narrador.

\*

---

<sup>84</sup> Cf. “Uma reconversão difícil”. ENDERS, *op. cit.*, p. 305.

Na totalidade, as crônicas dessa seção nos permitem esboçar decepções drummondianas frente a mudanças forjadas por políticas de modernização, encabeçadas, na época, por Carlos Lacerda, com o discurso da renovação pelo governo estadual e a prática das substituições e demolições. A pretensão de modernidade dada pelas obras e suas transformações urbanas era equivalente à percepção de que algo se perdia. No conjunto de textos, há o sentimento de que mudanças estavam em curso e, por isso, exalta-se o Rio antigo, que já tinha ido embora há muito tempo ou que ainda era demolido a olhos vistos; o passado, saudado na chave da nostalgia, torna-se uma representação das perdas simbólicas da memória da cidade. Ao escrever sobre O Camiseiro e Braziellas, por exemplo, Drummond reforça a relevância desses comércios pertencentes a um Rio tradicional, estabelecidos na área de ocupação mais antiga da cidade, o Centro: sem eles, a ex-capital perdia um pouco de sua identidade. Por essa mesma razão, C.D.A. menciona uma série de perdas em *Imagens de fim*, reveladoras das intensas transformações urbanísticas pelas quais passava o Rio de Janeiro, sob o paradigma da imagem moderna e atualizada. Nessa linha, o contentamento em andar por duas ruas onde não há o tráfego de carros, em *Imagens urbanas*, soa como um protesto comedido, a dizer o óbvio: as ruas, especialmente as do Centro, devem possibilitar aos transeuntes a capacidade de por elas andar. A pé, o estranhamento de João Brandão é tamanho que ele faz uma viagem no tempo, sugerindo outras maneiras de organização urbana: o carro, símbolo de presente e de futuro, representa a desordem e a violência para o pedestre, pois lhe é furtado o benefício de caminhar tranquilamente, sem ter de se preocupar com a passagem dos veículos.

A preservação da cidade, cuja matéria é a memória urbana, estão presentes em *Imagens do dia* (o 4.º) e em *Imagens devastadas*; na primeira crônica, parece haver um desconforto com o número de celebrações dedicadas ao quarto centenário do Rio, bem como com a diversidade das ações comemorativas: *performáticas*, parecem não retratar o *legítimo* Rio de Janeiro, haja vista a necessidade de os seus habitantes terem de apressadamente buscar informações sobre o passado da cidade em que vivem. Em *pobres monumentos*, a rubrica não deixa dúvida quanto ao destino das estátuas cariocas: cedo ou tarde, todas serão depredadas (inclusive a do próprio cronista, que, em Copacabana, teve seus óculos furtados inúmeras vezes). A queixa de Drummond talvez se desdobre em dois lamentos: um em relação à estética da cidade, que tem seus ícones suprimidos, restando-lhe pedaços de imagens; outro relacionado à memória do Rio, materializada pela concretude das construções, independentemente de seus significados

históricos. Nesse sentido, a preocupação com o patrimônio<sup>85</sup> está associada aos incômodos com os discursos modernizadores, muitas vezes contrários à preservação de um passado marcado por aspectos identitários.

De modo a combater a descaracterização da cidade, o cronista sugere a implementação de placas poéticas, com as quais teríamos caminhos mais sensíveis, numa relação de maior intimidade com o espaço público. Seria, ainda, uma maneira de humanizar o leitor e os lugares onde estariam instituídos os novos logradouros. Dessa forma, em *Imagens ativas e Imagens na placa*, deparamo-nos com um Drummond afetivo, que busca, num tom espirituoso, recuperar pela memória personalidades ligadas sobretudo aos locais de origem, gesto que resgataria também a própria história desses locais.

Com esse caráter memorialístico, *Imagens a visitar* apresenta o restaurante Lido como signo de tradição, a partir do qual são evocadas lembranças de um tempo em que era possível olhar o céu sem o intermédio de um telescópio, ou seja, novamente o passado se sobrepõe ao presente, dando ao morador de Copacabana o sentimento de poder reaver o que é seu por direito: as suas estrelas. Em *Céu distrital*, a referência à Zona Sul como região burocrática nos lembra, uma vez mais, da gestão de Carlos Lacerda, que criou áreas administrativas e zonas industriais (a Oeste), levando a população das favelas para morar em conjuntos habitacionais longe do Centro.

Se a tônica do governo de Lacerda foi a transformação da cidade na chamada “superação de seus atrasos”, a crônica *Debaixo da ponte*, sob a rubrica genérica *Imagens cariocas*, ratifica a impotência e a incompletude das ambições modernas, que não dão conta de alinhar desenvolvimento e direitos sociais. Por isso, frustram-se as expectativas drummondianas, em que a ideia de *permanência* (ao menos ao que se refere à sensação de *ser carioca*) é atropelada pelas contínuas metamorfoses urbanas, nas quais não há uma verdadeira transformação, de tal modo que sempre se repete o discurso do progresso e da superação do passado colonial. C.D.A., enfim, murmura contra a crise de identidade um “protesto tímido”<sup>86</sup>, mas público.

---

<sup>85</sup> Pelas funções que ocupava no gabinete de Gustavo Capanema, Drummond esteve ligado à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan, organismo sob a tutela do Ministério da Cultura), onde trabalhou entre 1945 e 1962, ano em que se aposentou aos 60 anos de idade. A importância da memória, portanto, é tema antigo e caro ao poeta.

<sup>86</sup> Referência ao poema “Consolo na praia”, de *A rosa do povo*. ANDRADE, Carlos Drummond, op. cit., p. 101.

## Considerações finais: outros olhares

*Olha, descobre este segredo: uma coisa são duas – ela mesma e sua imagem. Repara mais ainda. Uma coisa são inúmeras coisas.*<sup>87</sup>

Neste trabalho, buscamos encontrar aspectos relevantes e recorrentes em crônicas de Carlos Drummond de Andrade publicadas em 1964; nessa linha de estudo, tínhamos a pretensão de recolher as coisas do tempo com o objetivo de conhecer o tratamento dado ao cotidiano pelo cronista. Mas uma coisa são inúmeras coisas. A leitura dos textos publicados na série *Imagens* no ano do golpe militar exibiu um C.D.A. decepcionado com os encaminhamentos políticos, numa escrita marcada pela capacidade de indignação “misturada com o ceticismo de quem não vê perspectiva de melhora nesses próximos tempos”<sup>88</sup>. Embora pontual, a crítica drummondiana ao governo de João Goulart esteve presente no *Correio da Manhã*, e sobre o estímulo à queda do presidente o escritor esclarece:

“A minha primeira impressão foi de alívio, de desafogo, porque reinava, realmente, no Rio – e eu dou testemunho disso – um ambiente de desordem, de bagunça, greves gerais, insultos escritos nas paredes contra tudo. Havia uma indisciplina que afetava a segurança, a vida das pessoas. E, como o presidente João Goulart me parecia totalmente incapacitado para exercer uma ação política correta, eu apoiei a revolução, não nego (...). Logo depois me desencantei!”<sup>89</sup>

Com a deposição de Jango, havia uma expectativa de conciliação: os governadores e as Forças Armadas cederiam ao Congresso a oportunidade de eleger um novo chefe de estado. Como sabemos, não foi o que aconteceu, e o desencanto, mencionado pelo poeta, instaurou-se de vez. As crônicas desse período (sobretudo as de março e abril) dão a sensação de insuficiência, como se o gênero incorporasse a inconsistência da vida cotidiana; nesse sentido, a ambição de capturar uma totalidade em um momento específico está fadada ao fracasso, pois a crônica só pode ser plenamente compreendida no fluxo temporal. Assim, a sucessão do tempo registrada nos textos nos permite, em alguma medida, apreender os tensionamentos de 64, cujo enfrentamento nas páginas do jornal era diário. Instalada no periódico, a produção cronística de Drummond estava, portanto, condicionada a eventos de toda ordem, e a postura do cronista (indignada e cética) talvez seja explicada por esta declaração feita anos mais tarde: “Me cansei da gravidade, espontânea ou imposta, e pratico o meu número sem pretensão de contribuir para o restauro do mundo”<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> Crônica *Imagens diferentes* – Alécio & criança, publicada em 30 de setembro de 1964.

<sup>88</sup> “Eu fui um homem qualquer”. Entrevista a Zuenir Ventura. *Veja*, São Paulo, 19.11.1980.

<sup>89</sup> “Carlos Drummond de Andrade”. Entrevista a Gilberto Mansur. *Status*, São Paulo, jul. 1984.

<sup>90</sup> “O frívolo cronista”. In: *Boca de luar*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

A incidência de crônicas políticas ao longo do primeiro ano da ditadura militar diminuiu, e não é difícil imaginar o porquê: com o crescente número de perseguições ideológicas, ser uma voz destoante é colocar-se em perigo – mesmo abrigado no *Correio*, um espaço reconhecidamente combativo. Desse movimento, outra temática desponta: as transformações sofridas pelo Rio de Janeiro (no plano simbólico e no material), sobre as quais há a mesma ambivalência no olhar de C.D.A., saturado de revolta e descrença, lançado às questões históricas e às políticas. Resulta disso um certo apelo à valorização da memória e da história, sob o risco de perda de uma identidade, individual e coletiva.

O gesto pode muito bem ser transposto para a atualidade. Em 2018, à semelhança de 1964, “com gigantesco esforço de mídia, de *fakenews* e de dinheiro, elegeu-se um presidente cujo rumo é simplesmente acelerar a *Marcha da Insensatez*<sup>91</sup>. Com Deus e a Família rumo ao absurdo”<sup>92</sup>. O golpismo, como se sabe, teve início em 2016, com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, acusada de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Dilma e Lula, seu antecessor, acionaram nos ricos o mesmo sentimento mobilizado por Getúlio e Jango, em razão da ascensão dos pobres.

Em 2022, no final do mandato de Bolsonaro – um governo lucrativo para as elites –, temos um Brasil marcado por retrocessos, com o esfarelamento das instituições democráticas: a constante insegurança alimentar, os contínuos cortes na área da educação, o vertiginoso desmonte das políticas de proteção social, o frenético desmatamento de nossas florestas – especialmente da Amazônia. Há, ainda, outras tantas destruições. Embora seja responsável por milhares de vítimas fatais da Covid-19, por sua gestão genocida, Bolsonaro permanece às voltas com sua política de ódio e violência. A punição por seus crimes, entretanto, inicia ainda neste ano, com a derrota nas urnas eleitorais. Embora pare no ar uma possibilidade de intervenção militar, cuja finalidade é a manutenção do *status quo*, a democracia, bastante debilitada, recupera o mínimo de vitalidade com o resultado das eleições. Estamos tão perto de 1964 e do olhar drummondiano; nesse momento, situamo-nos, contudo, entre a fúria e o otimismo: *Olha, descobre este segredo: uma coisa são duas – ela mesma e sua imagem. Repara mais ainda. Uma coisa são inúmeras coisas.*

---

<sup>91</sup> Referência à análise de Barbara Tuchman.

<sup>92</sup> DOWBOR, Ladislau. *A burrice no poder*. Disponível em: <<https://dowbor.org/2018/11/dowbor-a-burrice-no-poder-nov-2018-13p.html>>. Acesso em: 8 out. 2022.

## REFERÊNCIAS

### Fonte

*Correio da Manhã*, 1964.

### Bibliografia

*Carlos Drummond de Andrade*

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Caminhos de João Brandão*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Fala, amendoeira*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *A bolsa & a vida*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. *Boca de luar*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

\_\_\_\_\_. *O observador no escritório*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. *A rosa do povo*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

### Geral

ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2017.

BRANCO, Carlos Castello. *A Renúncia de Jânio – Um Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro, Revan 1996

CANÇADO, José Maria. *Os Sapatos de Orfeu – Biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta Editorial, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade – A História e as Histórias da Bossa Nova*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro: Centro histórico colonial 1567 – 2015*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2016.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em Cousas Miúdas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato* (Cony Nova Fronteira Acervo). Nova Fronteira. Edição do Kindle.

DOWBOR, Ladislau. *A burrice no poder*. Disponível em: <<https://dowbor.org/2018/11/dowbor-a-burrice-no-poder-nov-2018-13p.html>>

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Trad.: Joana Angélica d'Ávila Melo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PILATI, Alexandre. *A nação drummondiana*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. *1964 – Golpe midiático-civil-militar*. 9ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2020.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. *Uma história do Brasil*. Trad.: Raul Fiker. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## Anexo 1

Crônicas citadas ao longo desta dissertação, na ordem em que foram mencionadas<sup>93</sup>. Também anexamos o Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964, referido na seção *Vida política*.

### Boa disposição

1 de janeiro

Éramos no lotação algumas pessoas sem idade e sem interêsse, quando, pela altura do Flamengo, entrou a mocinha. Não trazia a mocidade radiosa nem o eterno feminino, como se diria em papéis líricos. Era simplesmente uma presença mais agradável, que fazia descansar de nossa inqualificação. Tinha dois terços de menina e um têrço de môça. E faltava-lhe o desembaraço que qualquer uma dessas idades tem: estava ensaiando uma e se despedindo da outra, com a timidez, a imperícia, o susto de quem não pousou firme na vida.

Logo depois, abria a carteira e batia na testa, no gesto de quem se censura, por esquecimento. Mexeu, remexeu aflita, não achou o que procurava. Então levantou-se rápida e foi murmurar um segrêdo ao ouvido do motorista. Bom rapaz! Ouvi-lhe a resposta:

- Não desça não. Sente aí, e vai-se tocando.

Ela sentou-se, encalistrada, e não querendo parecê-lo. Erguia bem o queixo, como para se elevar acima de seus companheiros de viagem e assim livrar-se do constrangimento. Meu primeiro impulso e certamente o de outros passageiros, foi oferecer-lhe a passagem. Mas ponderei – ponderamos – que tendo o motorista manifestado compreensão simpático, o gesto que se fizesse para indenizá-lo ao mesmo tempo lhe confiscaria outro bem: as delícias da generosidade.

- Hoje em dia são raros os casos dessa ordem, comentou o velho professor. Essa gente não prima pela delicadeza...

- É, secundou o coronel reformado. Mas sabe que no meu tempo de escola militar não tinha disso de esquecer as coisas não. Era advertência da primeira vez, e prisão da segunda. Essa juventude de agora tem cabeça de passarinho.

A mocinha continuava pairando alto. Quando chegamos a Botafogo, ela puxou o cordão e, para surpresa geral, tirou da carteira uma nota de mil cruzeiros e apresentou-a ao motorista, que, com exemplar paciência, foi desenrolando notas de cem, de cinqüenta, de vinte, de dez, de cinco e de dois minutos e foi considerada a grande prova de galanteria profissional do século.

Estávamos ainda sob a impressão do acontecimento, quando, em Copacabana, o homenzinho de “short” e barraca, que entrara alguns quarteirões antes, deu o sinal e, com um sorriso de quem pede desculpas mas sabe que será desculpado, estendeu ao motorista uma nota de cem cruzeiros. O motorista coçou o pescoço:

- Puxa, estou de azar. O cavalheiro não sabe que o trôco máximo é de cinqüenta? Ou é do interior? Vai ver que é!

O “vai ver que é”, malgrado a sugestão carnavalesca, era tão inamistoso que o coronel reformado ia protestar, solidarizando-se com o banhista, pois no seu tempo de escola militar não vê que se tolerava uma coisa dessas. O professor meteu a mão no algibeira, para remediar a situação. Mas resmungando, resmungando, o motorista fêz o trôco, e o outro e a barraca

---

<sup>93</sup> Na transcrição dos textos, optamos por manter a grafia original.

desceram – “tem gente que traz a praia dentro de lotação e toma banho de mar em pneu, é o fim!”

Já em Ipanema, o professor fez menção de descer. Cautelosamente, examinou a natureza do meio circulante em seu poder. Não sem apreensão, verificou que, afora uma cédula de cruzeiro, a menor era de cinquenta. Apresentou essas espécies ao nosso dirigente, e êle explodiu:

- Essa não! O senhor está pensando que eu sou o quê. Tesouro Nacional?

- Mas o senhor mesmo disse que o trôco máximo...

- Que trôco máximo! Trôco máximo! Se todo mundo trouxesse notas de cinquenta, onde é que eu ia guardar trôco para êsse povo. Isso virava carro de pagador da Central! Bem, vou atender ao distinto por minha alta prosopopéia, mas até o fim do dia não troco mais nem uma micha de vinte!

O coronel, desta vez ia agir, mas convidei-o antes a meditar numa tese psicológica: o desgaste rápido das boas intenções.

\*

### *Imagens cariocas* – **Veranico**

04 de março

Compadre:

Se quer aproveitar o veranico do Rio, mexa-se. Tudo muda tão depressa que se você demorar encontrará aqui o outono ou mesmo o inverno. Como na Inglaterra, onde se conta que o povo fica feliz quando o verão cai num domingo. O que lhe posso dizer é que a praia voltou a ser a praia, isto é, o melhor lugar fora do Rio (e do mundo) que o Rio tem.

Do lado de cá da areia, perdemos as lotações, ou por outra, demos-lhos de presente à Zona Norte. Faziam um mal danado à Zona Sul, segundo as autoridades do trânsito; pois então que o façam agora àquela outra parte da cidade, para onde foram mandados. O saudoso lema “De pé, pelo Brasil”, nunca teve maior popularidade, com a variante “A pé pelo Brasil”, adotada agora pelos hedonistas que se davam ao luxo inconcebível de viajar sentados no lotação. Mas se você faz questão de proteger o seu reumatismo, cedo-lhe minha cadeira de arruar, comprada no Monmartre Jorge; traga dois camaradas do sítio e terá a mais gentil, espetacular e oportuna condução às vésperas do IV Centenário do Rio de Janeiro.

Não aprovo é sua intenção de visitar o Museu da República, a fim de localizar troféus de seus avós republicanos históricos. Para que? Vai perturbar. Imagino você entrando numa sala, na suposição de encontrar o escritor Josué Montello, diretor do estabelecimento, e esbarrando com o dr. João Goulart, presidente da República. Sim, porque s. exa. resolveu transferir-se para o referido Museu, não se sabe se em caráter provisório ou irrevogável. Altas conveniências táticas, talvez: sendo o museu uma casa de cultura, ali quedará a salvo da maioria de seus cumpinchas e poderá fazer aquilo que todos desejaríamos que êle fizesse, ao menos nos domingos, e que ainda não teve jeito de começar: presidir.

Caso o lugar não prove bem, é de crer que êle se mande para a Casa de Ruy Barbosa, depois para o Instituto Nacional do Livro, em seguida para a Reitoria da Universidade do Brasil, mais tarde para o Serviço Nacional de Teatro, Instituto Osvaldo Cruz, Fundação Getúlio Vargas, IBECC, IBGE, Conselho Nacional de Cultura, Academia Brasileira de Letras, Cinema Educativo, etc., etc. E se as reformas de estrutura não vierem, compadre, não culpe só as fôrças

retrógradas do latifúndio e as forças espoliativas do capital internacional: será também por falta de imóvel estruturalmente adequado ao serviço do reformador.

A novidade é que o nosso futebol passará a ser jogado em primeira e segunda classe, com o clube classificado em último lugar do campeonato, na primeira, baixando à segunda, enquanto sobe para aquela o clube campeão desta. Sistema que inspirará a todos os clubes e jogadores o violento desejo de manter a posição alta ou de conquistá-la. É possível que os campeonatos passem a ser decididos a metralhadora. De qualquer modo, e sem intenção nenhuma de apelar para essa arma de guerra, quem sabe se não daria certo classificar também os nossos partidos e os nossos políticos de primeira e segunda divisão, com acesso e retrocesso? Quando o compadre vier, conversaremos sobre, na praia.

\*

### *Imagens antigas – O saguate*

29 de janeiro

Tenho hoje para lhes contar a história do presente do imperador da China, como a encontrei em documentos brasileiros do século XVIII, já publicados mas pouco conhecidos. Não direi que a história é de proveito e exemplo, mas sempre é um contato que distrai o espírito, e disso andamos precisados.

Ora, sucedeu que um dia de maio de 1722 aportou aqui à Guanabara um navio procedente de Macau. Vinham nele o patriarca de Alexandria e um padre da Companhia de Jesus. Desembarcando, ambos procuram o governador Aires de Saldanha e falaram-lhe de um saguate que havia a bordo, com a diferença de que o patriarca se dizia legítimo depositário do saguate, enquanto o jesuíta reivindicava para si essa qualidade. Poupano ao leitor o trabalho que eu tive, de ir ao dicionário, dir-lhe-ei que saguate é termo asiático, assimilado pela nossa língua, e quer dizer: presente, dádiva, Era um mimo do imperador chinês ao rei D. João de Portugal, e cada um dos religiosos queria ter a honra de entregá-lo ao destinatário, embora nenhum dos dois exibisse credenciais.

Como a escala no Rio fôsse longa, pretendia o padre recolher o tal saguate ao Colégio da Companhia, ao que se opunha o patriarca. Aires de Saldanha coçou a cabeça, sentindo que ali estava uma complicação de que poderiam resultar intrigas contra a sua autoridade na Côrte e na Igreja. Um dos dois estava mentindo. O patriarca era um prelado eminente, mas a Companhia de Jesus também tinha muita fôrça. Saldanha decidiu não decidir nada, mas recomendou que o saguate fôsse retirado do navio a não ser para os armazéns reais, ou para um navio de guerra, que o conduzisse a Lisboa. E em Lisboa, os dois que se arranjassem.

Conformou-se o jesuíta, mas por pouco tempo. Logo escrevia ao governador uma carta assaz malcriada. “Se êste sujeito não fôsse religioso...” observava Saldanha, ao dar conta do episódio a Sua Majestade. O fato é que o saguate lá ficou a bordo, enquanto prosseguia a discussão. Não ficou muito tempo. Homens desceram ao porão a fim de retirar mercadorias. Estava escuro, levarem luzes. Presume-se que ficou por lá “alguma fâisca”. Horas depois, os poucos marujos que permaneciam a bordo perceberam o fumo a sair pela escotilha fechada. Abriram-na e saltou enorme labareda. O fogo atingiu o paiol de pólvora e uma explosão liquidou tudo, inclusive o saguate. “Deus Nosso Senhor pelos seus altos juízos foi servido apartar essa dissensão a meu e geral pesar”: são palavras do governador.

Terminou o conto. Não me pergunte, Leitor, que saguate era êsse. Saldanha não o revelou, nem eu posso mandar emissário à China para desvendar êste segredo histórico. Seriam porcelanas, estatuetas, lacas, pinturas? Outros tesouros? Agora não adianta saber. E daí, minha história é sem lição, como ficou dito. Longe de mim a idéia de comparar o Brasil a um saguate que pegou fogo enquanto as partes discutiam quem teria a honra de guardá-lo.

\*

### *Imagens-desfile* – **Em poucas linhas**

13 de março

Pela primeira vez, na história da Venezuela, um presidente da República sucede a outro legalmente. Foi tão original que deu impressão de ilegalidade.

- Anúncio de humor negro, em jornal de Buenos Aires: “Si usted tiene problemas con su madre, consulte nuestra Residencia Geriatrica.”
- Do Diário Oficial, daqui por diante: “Em seu comício de ontem à tarde, no palanque de despacho, o Sr. Presidente da República assinou os seguintes decretos.” “No comício de hoje S. Exa. Despachará com os ministros da Agricultura e da Guerra.” “Findos os comícios do dia, o Sr. Presidente recolheu-se ao palácio presidencial de repouso.”
- A Fundação Cultural de Brasília oferece prêmios de quinhentos e trezentos mil cruzeiros aos autores das melhores obras de ficção ou de poesia sôbre a paisagem física e humana de Brasília. O regulamento do concurso não diz se serão admitidos originais em branco – no caso, os mais expressivos.
- Conscientização: palavra nova, de muito curso, que significa tomada de consciência dos problemas políticos e perda de consciência da língua nacional.
- E talvez desse certo a promoção de um Congresso Mundial de Anastásias, em que tôdas as filhas sobreviventes do Czar se apresentassem com seus papéis e retratos de família, perante um júri internacional de repórteres, que escolheria a verdadeira e única Anastásia. Inapelavelmente.
- Entrevista de um mestre brasileiro de ilusionismo, queixando-se de não haver fábrica nem loja de material especializado para a sua arte, no Brasil: todos os truques de prestidigitação se fazem aqui sem instrumental próprio, de pura habilidade. É, como se vê, o cúmulo do ilusionismo. Não foi por outra razão que, ao se projetar o Cassino de Pampulha, em Belo Horizonte, o técnico omitiu deliberadamente o alçapão para mágicas. “Eu quero ver o mágico é sem alçapão”, disse éle.
- E para terminar, uma aparição radiosa: doze manequins no Aeroporto do Galeão. Identificavam-se pelo andar: alfanje atravessando o ar, sem ruptura. A vida parou em torno. As aeromoças, do fundo de seus salários modestos, contemplavam aquelas capas de revista que haviam conquistado movimento, sentiam, talvez, ter-se enganado de profissão. Os carregadores suspenderam o transporte de malas: estas, por sua vez, quedaram admirativas. Passageiros esqueciam-se de passar pela Alfândega e de preencher pequenas formalidades.

Assomou a embaxatriz de um país loginho de rara vestimenta, e ninguém deu bola; ela mesma, se viu as môças, esqueceu-se a si mesma. Os doze modelos se reuniam e se dispersavam, quase sem rumor, e seus vestidos iam decorando o aeroporto de maneira sempre nova, conforme o grupo constituído por um instante, e a postura de cada uma. O formato e a luz dos olhos não eram as das mulheres de verdade. Misto de nylon, cremes e materiais modernos, irreais e físicos, umas fumaram, outras diziam palavras rápidas, essa cruzada as pernas como quem pratica uma liturgia, e nenhuma parecia tomar conhecimento de nossa precária humanidade. Existiam num momento, com plenitude e exclusivismo, e nós éramos cenário de ocasião. Fotógrafos as acompanhavam e eles mesmos pareciam máquinas. Os manequins penetram sacralmente no jato, e o aeroporto murchou silêncio.

\*

### *Imagens do dia – (O final compensa)*

01 de abril

#### CONSELHOS PARA HORAS DE CRISE

Ligue o rádio para saber dos últimos acontecimentos. Se ele os der, é porque não são felizmente os últimos, os irremediáveis. Se a situação for mesmo grave, o rádio não dirá nada, numa gentileza da censura para com o seu miocárdio, e você descansará o espírito ouvindo samba, jazz ou Vivaldi, conforme a sua estação.

§

Retire imediatamente o seu dinheiro do banco, se as autoridades declararem que reina absoluta calma em todo o país. Esta declaração é a mais assustadora de todas. O problema é se você tem dinheiro no banco.

§

Pela manhã, não consulte o boletim do Serviço de Meteorologia. Consulte o manifesto-madrugada do CGT; este dirá o tempo que está disposto a fazer durante as próximas horas.

§

#### ESTRUTURAS CADUCAS

No fundo, por que pedir reformas ao Congresso? É tão fácil promovê-las. O conceito de disciplina militar, por exemplo, foi reformado em poucas horas, numa casa da Rua Ana Nery, perto de um depósito de bananas.

§

Uma das reformas que o Presidente da República, em seus discursos, prega da maneira mais positiva, embora sem nomeá-la, é o da estrutura gramatical.

§

A solução não é mudar o Congresso Nacional de Brasília, é mudar Brasília para algum lugar – pondera um viajante que chegou de lá

Há uma nuance de sentido entre comando supremo (linguagem da Constituição) e comando geral (linguagem dos sindicatos). O CGT e o dr. Janto apagaram a nuance, dividindo entre si toda espécie de comando, inclusiva das armas.

§

O analfabeto repeliu a cartilha, desconfiado: “E quem me garante que não vão retirar o direito de voto aos que aprenderam a ler?”

§

Reflexão de um democrata: Não só o Partido Comunista merece estar na legalidade. O Brasil também.

VARIA

Não há dúvida que o nosso governo está disposto a comemorar o quarto centenário de Shakespeare encenando em escala nacional uma de suas tragédias – mas em adaptação do ministro Jurema.

§

Certos ministros levam ao exagero o preceito constitucional de auxiliar o presidente. Devem chegar em casa exaustos, deplorando a falta d’água.

§

Entre boatos, assembleias de clubes, manifestos, marchas, slogans, impostura de proprietários de reformas, sono dos que se recusam a acordar ou astúcia dos que fingem dormir, reacionários defendendo a liberdade, comunistas defendendo a Pátria, governo desgovernando, a Igreja dilacerada entre contradições, os preços se rindo de tudo, a inquietação, a angústia, o desgosto de ver a vida de todos tão mal dirigida – e de repente esse ônibus que passa cheio de garotas e garoto rumo do colégio, em algazarra, pelo simples condão da adolescência e de seu alegre rumor, infunde na gente uma sensação de felicidade à prova de tudo, uma secreta confiança para atravessar este dia, o de amanhã, muitos outros ainda.

\*

## *Imagens do dia* – Hora de provar

4 de abril

O maior erro de um Presidente da República, em nosso sistema de governo, está em considerar-se dono do País e de seus habitantes. Esquece-se de que é um servidor – um servente, que ajuda no trabalho – como outros, e até mais tolhido e desamparado do que os outros, em seu período limitado de exercício e na imensidão de obrigações que deveriam assustá-lo em lugar de enchê-lo de arrogância. É preciso muita lucidez, muita polícia íntima, para que o presidente se ponha no seu lugar, aparentemente mais alto de todos e, no sentido moral, tão frágil e escravizado à lei quanto o de um mata-mosquito.

Evidentemente faltava ao Sr. João Goulart qualidades primeiras para investidura tão delicada – mas isso hoje em dia quase não se exige mais de candidatos. Aos trancos e barrancos poderia chegar ao fim do período, e teríamos suportado mais um governinho ruim, nós que já suportamos tantos. Mas ele chegou à perfeição de fazer um não-governo, irresponsável e absurdo, de que o bom senso, a ordem intelectual e ordem física se tornaram ausentes. Fêz tudo que era possível para não obter as reformas que preconizada e que ele mesmo não sabia quais fossem até o momento em que seus assessores lhe ministraram os figurinos mal recortados. Reivindicou posições democráticas através de atitudes antidemocráticas nas quais as palavras traíam o avesso do que significavam. Ligando-se a extremistas, fêz sem arte um jogo perigoso, de êxito impossível. E como ficou a vida, em redor? Ao acordar, as pessoas indagavam, inquietas, se naquele dia lhes seria permitido trabalhar; se dispunham de condução, alimento, segurança; não podiam conceber por que, para se instituírem novas condições de justiça social, era necessário acabar com o pacto de convivência pacífica, vigente em qualquer coletivamente mais ou menos organizada, e fazer sofrer a todos. Deu no que deu.

É com tristeza misturada a horror que, ao longo da vida, tenho presenciado generais depondo presidentes, por piores que êstes fôssem. Será que jamais aprenderemos a existir politicamente? Não haverá jeito para o Brasil? Mas no caso do Sr. Goulart a verdade é que ele pediu, reclamou, impôs sua própria deposição. Que fazer quando o servidor-presidente se torna inimigo maior da tranqüilidade? Esperar que ele liquide com a ordem legal, para depois processá-lo segundo os ritos, julgando-o pelo Supremo Tribunal ou pelo Senado? Que Senado, que Tribunal existiriam a essa altura? Quem souber de outra solução para o caso, indique-a.

Os governadores que, ao lado do poder bélico, encararam a resistência do caos e limpam a área do Executivo, precisam revestir-se de humildade e desprendimento na situação nova que se abre. Nenhum problema foi resolvido com a saída de um homem; apenas se evitou a ocorrência de outro problema ainda mais terrível do que os atuais, nutridos de inflação e desajustamento social. É necessário que o Congresso se mostre capaz de eleger presidente alguém realmente qualificado para dissipar ressentimentos populares, inspirar confiança, botar um mínimo de ordem nas coisas, garantir eleições decentes. E não apenas alguém que tape um buraco. Enquanto isso, é hora de provar que reformas democráticas substanciais podem ser feitas – fazendo. Se o Congresso não entender assim, e abismar-se em perplexidades ou contemporizar, não terá perdão. E voltaremos a isso que foi varrido nos últimos dias.

\*

## *Imagens eficazes – Almas do Purgatório*

10 de abril

Era costume no Brasil de outros tempos invocas as almas do Purgatório para se encontrar um objeto perdido. E as boas almas logo o achavam, recebendo em paga a justa gratificação de uma ou de várias missas. Negócio bom para ambas as partes: lucrava o dono do objeto, lucravam as alminhas em pena, que a poder de missas teriam reduzido seu estágio de purgação de pecados. Assim, da jóia de estimação ao marido extraviado, tudo voltava ao lugar devido, por obra e graça dessa polícia invisível, que supria as deficiências da outra.

Naturalmente havia abusos. Nem sempre o autor da promessa mandava celebrar a missa, e é de crer que, perdendo outra alfaia, já não encontrasse a colaboração das almas para reavê-lo. Outros invocavam-nas sem maior necessidade, abusando desse admirável serviço: para achar um par de meias, por exemplo. E nem sequer lhes prometiam mais do que uma Ave-Maria. As almas, por muito pacientes que fôssem, deviam molestar-se com a importunação. O Purgatório não é hardim de delícias, e ainda vinham esses chatos viventes implorar favores ridículos.

Por esse ou por outro motivo, foi diminuindo a prática de tais sindicâncias. Desinteresse lá de cima, descrença cá de baixo. Há muito não via eu alguém recorrer às almas para descoberta qualquer coisa sumida, escondida ou furtada. Os interessados procuravam a seção de anúncios classificados nos matutinos ou apelavam para o grito no rádio; este último sistema é péssimo: no caso de roubo, serve é para alertar o ladrão, que traz sempre um transistor no ouvido, e às vezes esse transistor é o próprio objeto afanado. Basta ver a relação infundável de carros roubados para concluir que as almas fecharam seu departamento de investigações terrestres, por falta de clientes piedosos ou de condições para atendê-los, pois cada carro é comprado uma vez e roubado sete.

Mais eis que minha distinta e ilustre amiga Vera Pacheco Jordão, fiel ao sentido tradicional, acaba de demonstrar lindamente o contrário. Um ladrão sabido roubou da Basílica de Congonhas do Campo velho oratório de valor artístico e histórico e vendeu-o a um colecionador, que o amoutou entre quatro paredes. E agora, Senhor Bom Jesus de Matosinhos? (pois era este Senhor que abria os braços crucificados, no interior do oratório, por sinal que entre pinturas de São Miguel e de Almas no braseiro). Vera, em sua coluna de crítica de arte, apelou para o colecionador desconhecido, a fim de que fizesse voltar o oratório a Congonhas; mas fê-lo protocolarmente, sem esperança. Ao mesmo tempo, e em sigilo, recorreu às almas do Purgatório, prometendo-lhes uma boa missa na própria e desfalcada basílica. Tanto bastou para que portador misterioso, no domingo de Páscoa, levasse a seu apartamento a peça furtada. De onde veio, como, não se sabe. O certo é que as almas agiram, comovidas com a iniciativa de uma escritora que, amando as coisas belas e santas, quer vê-las restituídas a seus santos lugares. Vera não pediu uma graça pessoal, e isso terá influído. Imagino o alvoroço das irmãs almas, ante o apelo de alguém que não pedia nada para si, senão para uma igreja perdida entre montanhas. “Esta nós atendemos”, disseram entre si. Dito e feito.

Tanta coisa se perdeu nos últimos tempos no Brasil, tanta coisa que não da gente em particular, mas desse próximo-distante chamado o País. Como reencontrar esses valores embaralhados, subtraídos, confiscados, camuflados, negados, vilipendiados? Não sei se as providências que estão sendo tomadas nos restituirão esses bens. Talvez seja o caro de apelar para as benditas almas do Purgatório.

\*

## *Imagens de João – Leituras de abril*

12 de abril

A leitura do Ato Institucional não consumiu muito tempo a João Brandão, que observou a brevidade do texto, sua concentração e expressividade. A Constituição de 10 de novembro de 1937 derramava-se em 187 artigos e não dizia tão bem o que está contido nos onze artigos deste Ato. Em 27 anos, a redação ficou perfeita. Salve o estilo!

Tomada boa nota do texto que passa a nos reger, e que convém ter presente no café da manhã, João Brandão volta a “revisitar” o seu Shakespeare, como é de obrigação neste abril, embora não o faça pela dita obrigação. Esta resulta da necessidade, em época de quarto centenário, de ficar municiado para conversas de coquetel ou livraria, às quais meu amigo não costuma estar presente, ou se está é de bico lacrado.

Voltou ao velho Bill pelo prazer da comemoração individual, doméstica. E o faz à maneira bandônia: lê uma cena aqui, outra mais adiante, da mesma peça ou de peças distintas, pois não lhe importa muito a seqüência do drama ou da comédia; acha mesmo que um e outro gênero funcionam melhor quando amalgamados, dando mais sensação de vida. Todo dramaturgo que se preza entremeia de incidentes burlescos os seus enredos trágicos, para efeito de contraste, e mestre Shakespeare o fazia até à perversidade. Em certo sentido JB vai além, ao fundir o espírito das obras, o “Rei Lear” às alegres comadres de Windsor”, no capricho da leitura que converte num só espetáculo vertiginoso tudo aquilo que o diabo do homem distribuiu em 37 peças. Às vezes pára e, com a ponta da unha do polegar – péssimo costume trazido de Minas – sublinha uma fala que mais o impressionou ou que lhe evoca uma reminiscência. Como tudo, absolutamente tudo está em Shakespeare, inclusive o fato ocorrido no mais sigiloso sertão de Mato Grosso, e releituras são leituras delicadas, imaginem como está o exemplar de João, da edição Collins: mais riscado e amarfanhado do que qualquer outro papel por aí.

Debrucei-me sobre o leitor e vi que ele misturava Macbeth (“Ser rei não é nada; o importante é sê-lo com segurança”), Timon de Atenas (“Há muita gente que fica na cama sem estar doente”), Otelo (“Pois eu confesso que me sinto melhor é quando a vida se torna dura”), Péricles (“Quem tiver um registro de todos os atos reais estará mais tranqüilo se o conservar fechado, em ver de aberto”), César (a Cleópatra: “Calma. Você só é prisioneira de seus próprios pensamentos”).

Outras frases estavam igualmente marcadas a unhas; estas que copiei a êsmo, aí ficam em português para comodidade geral. João Brandão, pelo que me disse, não cogita de publicar nenhuma antologia de ditos shakespearianos, no que faz bem. O bom é lê-lo na intimidade do lar, em poltrona cômoda, comemorando-o como se estivéssemos a conversar com o vero Guilherme em bate-papo extracultural, tendo ao lado o possível uísque ou mesmo a igualitária cerveja. Os teatros anunciam este mês “O hóspede inesperado”, “O cunhado do ex-presidente”, “A Midsummer Night’s Dream”, à escolha do paladar. Shakespeare não é compulsório; isso o torna mais saboroso.

\*

## *Imagens do tempo – Segredos*

6 de maio

Compadre:

Não conte comigo para visitar a Feira Mundial de Nova York. Ela é mundial demais para o meu apetite. A terra e o espaço sideral concentrados numa área de doze quilômetros, com todos os divertimentos, tôdas as invenções, todos os motivos de admiração e de pasmo ao alcance do visitante, não lhe parece um pouco muito?

A máquina do mundo não deve ficar assim tão exposta, para não cansar a vista e desestimular a imaginação; pelo menos um pino há de permanecer oculto, e receita que até esse pino lá esteja brilhando sob os refletores. Desista de mandar-me o seu agente de viagens, que aliás, com a sabedoria dos agentes, não viaja. Noto que viajar está ficando compulsivo, e torço o nariz.

Você se inquietou pelo Carlos Ribeiro. Calma, já está sóto e voltou a fazer o que fazia antes: de coléte, por trás do balcão, atende pacientemente a gregos e troianos que lhe pedem livros, indicações bibliográficas e grandes ou pequenos favores. Só por algumas horas foi impedido de cumprir essas tarefas pacíficas.

É verdade (pelo que filtrou de misteriosos canais) que se apurou ser ele ardente propugnador da lei dos três estados, favorável a implantação do estado científico ou positivo, e como tal participante das cerimónias suspeitas do Culto da Humanidade. A mais grave imputação que lhe fizeram, ao que parece, deriva da atitude revolucionária do grupo positivista do governo Rodrigues Alvez, em oposição rasgada a outra lei, a da vacina obrigatória. Nessa ocasião o Carlos anda não havia nascido, o que não o exime da responsabilidade moral no episódio, mas *faute de temps*, deixou-se o assunto para depois. Assim ele continuará, em segredo, positivista.

No momento, a moda é investigar o segredo de cada um. Se os que o têm se atemorizam, os que não o tem chegam a ficar desapontados. Lembra-se do conto verbal de Oscar Wilde, recolhido por Reginal Turner, compadre? O daquele homem rico a quem a fortuna trazia muitos aborrecimentos. Um tipo desagradável procurou-o e disse-lhe: “Conheço o seu segredo, e se o senhor não me der mil libras eu o revelarei a todo mundo, para sua desgraça.” Em pânico, o rico passou-lhe o dinheiro. De vez em quando o tipo voltava e obtinha mais. Um dia o rico adoeceu para morrer. O chantagista apareceu para nova extorsão; o agonizante, olhos nos olhos, perguntou-lhe: “Agora que estou morrendo, por favor: qual é o meu segredo?” Wilde introduziu uma variante: era o próprio chantagista que se debruçava sobre o agonizante e lhe pedir: “Por favor, não morra sem me contar o seu segredo!”

Não se afobe, compadre, e não chegue a desejar que lhe cassem o mandato de vereador, aí em Cocais, para que você saiba, afinal, qual o seu segredo. Cassam e não contam, de castigo.

\*

## *Imagens de angústia – A lista*

8 de maio

- Como é, o seu nome está lista?
- Claro, e com muita honra. Na lista dos que lutam por um Brasil melhor.
- Não é essa. A outra.
- Que outra?
- A nova lista de cassação de mandatos e direitos políticos.
- Não tem lista nenhuma. Isso é onda, você não vê logo?
- Um major que mora perto lá de casa me garantiu que tem, e que é muito comprida, mas ainda não está completa.
- Conversa. Um coronel primo de outro do CSN me garantiu que a única lista em estudo é a de promoções.
- É capaz de haver duas listas, então.
- Pois eu não estou em nenhuma das duas. Não sou militar, logo não posso ser promovido, embora me orgulhe do meu certificado de reservista de terceira categoria. Não sou comunista nem corrupto, logo não posso ser cassado, com esse, nem caçado com cê cedilha.
- Ouvi que suas atitudes antes de 1.º de abril...
- Que atitudes? Só tenho uma atitude na vida: servir à pátria. Nem é atitude, está no sangue.
- Bem, não duvido, mas parece que notaram sua presença no comício das reformas.
- Fui como observador. É preciso estar vigilante em defesa da democracia, e lá é que pairava a ameaça.
- Empunhando uma faixa.
- Ah, sim. Para ajudar estivador, chamuscado por uma tocha da Petrobrás. Se eu não lhe arrebatasse o pano (nem sei o que estava escrito), o coitado virava churrasco.
- Quer dizer que está tranqüilo. Assim é que é bom.
- Tranqüilo, tranqüilo, propriamente não. A Assembléia anda nervosa, você sabe.
- Nervosa como?
- Querendo se cassar uns aos outros. A salvação é a falta de quorum na hora de votar. Tem dias em que um grupo está por baixo, no dia seguinte é o grupo contrário que perde de 45 a 5. Quando chega um capitão trazendo um envelope para o presidente, a sessão pára e todos se entreolham, mais brancos do que o envelope. Às vezes quem se anuncia é um civil, mas a gente fareja em tôrno dêle a aura de general. O presidente assume ar misterioso, diz que não é nada, simples convite para solenidade. Nunca vi tanta solenidade, tanto convite. Aliás, não perco nenhuma. Viu minha fotografia em Ouro Preto, no 21 de abril?
- Ótima. Da sacada da Casa da Baronesa, aplaudindo o discurso presidencial.
- Não. Aquêle é um tipo enxerido, que se parece muito comigo; entrou no meu lugar, furando a comitiva. Eu fiquei lá em baixo, como qualquer do povo, bem perto da estátua de Tiradentes. Mas também bati minhas palminhas, é lógico. Mandeí ampliar a foto, vê-se perfeitamente que sou eu, meu bigode, meus óculos. A outra foto, a do comício, é apenas um equívoco, uma falta de sorte.
- Então, a lista...
- Não me fale mais em lista!
- A do Brasil melhor!
- Nenhuma! Corto relações!

\*

*Imagens do dia* – **Lira pedestre**

10 de maio

Vamos – eis um projeto de domingo – legalizar nosso prezado bingo?  
Boa idéia: cartões fiscalizados, prendas, prêmios, carimbos e cuidados,  
o azar livre de fraude – e de capricho.  
(Outlaw, coutado, só jôgo do bicho,  
que, por ser instituto nacional, bem merecia trânsito legal).  
A rima em al lembra outra rima em ilia:  
Amigos, que faremos de Brasília?  
Ela é e não é: no shakespeariano  
dilema, junto engano e desengano,  
e tendo tão bonita arquitetura  
vai ser tapera de ouro na planura?  
Já de volta o govêrno se pretende,  
já cessa a dobradinha, já se estende o véu de sombra sôbre o róseo sonho  
da terra do futuro...

Os olhos ponho

em ti, Brasília, em tuas avenidas,  
trevos, jardins e quadras doloridas.  
Nunca te vi de perto: agora vejo  
e sinto e apalpo e todo o meu desejo  
é que sejas em tudo uma cidade  
completa, firme, aberta a humanidade,  
é naturalmente capital  
como Rio é uma coisa sem igual.  
Cresce e Viceja, pois, e ministérios  
e seus papéis, tapêtes e mistérios,  
iapés, siglas, telex, senadores,  
ministros, embaixadas, assessóres  
e tudo mais que é símbolo de mando,  
comando e glória fique te adornando,  
pois ao Rio nos bata a praia clara,  
o gôsto de viver, a jóia rara  
de um modo especialíssimo de ser,  
de amar o amor, amar até morrer...  
Eia, Brasília, luta por teu título!  
E tenho despachado êste capítulo.  
Mas resta o subsídio do petróleo,  
que, se não cortam, dizem que êle engole o  
Brasil e toda a nossa economia.  
E se cortam, é fogo... Virg' Maria!  
O dr. Rui de Almeida telefona  
e, como se pedisse uma azeitona  
aos colegas sugere: Um trilhãozinho  
ao pobre do Tesouro, coitadinho.  
A turma não escuta: Alô? Alô?  
Ah, que aparelho! Pronto: desligou.

\*

## *Imagens de mulher – Camélias*

13 de maio

Hoje falarei de camélias. Estão brotando nas cabeças das mulheres como antes brotavam da natureza. Com o advento dos jardins modernos, construídos de pedra, cacto a alguma fôlha rara, o mais disfarçada possível, as camélias entraram em recesso, e já nem se ouvia a comparação clássica entre a alvura de suas pétalas e a cútis feminina. Pesquisando pela cidade inteira, com ou sem auxílio de feros policiais, nenhuma camélia seria encontrada, e mensageiros argutos, despachado para São Paulo e não sei onde, voltariam de mãos abanando, sem informes cameliais. Assim passa uma flor, de tradição nobre e quilos de poesia na história.

De repente, eis que a camélia ressurgue, triunfal, em jardins suspensos e ambulantes, se assim podemos chamar as cabeleiras das mulheres? Podemos. Se reagíssemos em termos de antigamente, diríamos que foram colhidas à terra para adornar as cabeças de nossas estimáveis companheiras, à maneira do cravo espanhol; mas, não havendo mais terra propriamente florida, e considerando-se o estado atual da tecnologia, o correto é admitir que nasceram ali mesmo, atrás da orelha ou um pouco acima da nunca, por um processo qualquer que não me interessa investigar – matérias talvez para o anunciado Serviço Nacional de Informações, se ele quiser juntar um pouco de lirismo às suas graves cogitações específicas. Mulher dando camélia: é a novidade.

Ontem à noite, vi uma que portava duas camélias, uma branca e outra preta, no mesmo é, quer dizer, na mesma cabeça. Era a verdadeira Damas das Camélias, sem implicação moral.

Se aparecer por aí uma cavalheira com três ou quatro, não me espanto. A maioria contenta-se em produzir uma. Há as que combinam camélia branca e laço côr de rosa, este último, ao que parece, comprado na loja, pois não imagino uma cabeça feminina, por mais aperfeiçoada que seja, o por isso mesmo, capaz de produzir um laço de organdi. E há também, por deficiência orgânica, pobres mulheres usando camélias artificiais.

A ordem, portanto, é camélia, sôbre a massa estilizada dos cabelos. Não como no tempo de Catulo: “As camélias, dos seios enfeite...” O “vem, formosa mulher, camélia pálida” poderá ser dito ainda, até mesmo para morenas, entendendo-se que elas virão trazendo no penteado o palor de uma flor. Dizem-me que esta moda exala um suave perfume de romantismo, embora camélia não cheire. É bom que paire esse odor romântico num período tão realista que as próprias mulheres se esqueciam de ser mulheres, e se tornavam simplesmente homens de calça comprida de pano de saco e chinelos, sem pintura nem feminilidade. O reaparecimento da camélia, brotando diretamente do crânio feminino, constitui uma grande esperança, ao lado do equilíbrio orçamentário, do aumento da taxa de desenvolvimento e de outras esperanças do dia.

\*

## *Imagens do homem – Vária fortuna de Sebastião*

3 de junho

- Vamos cassar o Sebastião?

- É mesmo! Ele merece.

Amortecida a vibração, um ponderou:

- Mas o Sebastião não está forte? Olha lá, hein.

- E você pensa que eu ia falar sem respaldo? Estou voltando da capital, onde tive contato com altos escalões. Me disse o capitão Lobo Sebastião na alça de mira.

- Então ele está frito – comentou um terceiro. E o quarto, o quinto, os outros:

- Sebastião não pode continuar!

- Abaixo Sebastião!

- Aquéle déspota vai ver!

- Alea jacta est!

- Libertas quae sera tamen!

Convocou-se a Câmara para daí a horas, e os discursos revelaram toda a podridão e tartufismo de Sebastião como prefeito, coisa que, aliás, era universalmente sabida.

Veredito arrasador: por nove votos a um, Sebastião foi deposto e declarado inimigo da lei, da ordem, da moral e do município, a sóldo de potência estrangeira e possível arrombador do cobre das almas. O voto discordante, não se apurou de quem fôsse, pois diante do resultado os dez afirmaram unânimamente que tinham justiça. Foguetes e bombas celebravam o acontecimento.

Uma comissão presidida pelo autor da iniciativa saiu correndo, tomo o primeiro ônibus para a capital e foi comunicar ao capitão Lóbo a queda de Sebastião, conforme suas instruções.

- Que instruções? Os senhores estão equivocados. Eu não disse nada.

- Perdão. O senhor disse que ele estava na estava na alça de mira...

- Mas não mandei que disparassem. Quem dispara é a autoridade superior, se fôr caso de puxar o gatilho.

- Acho bom dar no pé – sussurrou um membro da comissão a outro.

Dispararam, mas foi de volta, para reunir outra vez a Câmara.

- Houve um equívoco lamentável, mas de boa-fé. Sebastião não é aquilo que nós pensávamos. Quer dizer: talvez seja, mas quem dispara não somos nós. Pensando bem, vamos reintegrar Sebastião.

Mal circulou a notícia, os amigos de Sebastião, que estavam sob a maior depressão, reconfortaram-se. Exaltados queriam que todos os vereadores tivessem os seus mandatos cassados, para punição do atentado, mas os vereadores alegaram que assim não poderiam justamente reparar o erro cometido.

- Eu ficaria com remorso se não pudesse desfazer o engano – confessou o pai do movimento anti-Sebastião. - E meus colegas também.

Nem todos, talvez, pois a votação teve este escore, favorável à volta de Sebastião: nove a um. Ainda desta vez, não se soube quem votara contra, pois todos declararam que tinham feito, justiça, e alguém observou:

- Nesta casa tem um espírito-de-porco.

Sebastião, que a essa altura ainda não estava desaparecido, foi procurado com ansioso desvêlo e trazido em triunfo.

- Sebastião, nos desculpe.

- Desculpo, ora essa.

Reempossaram-no com bombas e foguetes, desta vez em sua honra. Éle prometeu passar uma esponja no acontecido e propôs que se estabelecesse frente única diante da alça de mira. A proposta foi recebida com reserva. Quem sabe se amanhã?...

Tudo aconteceu em 24 horas. Em Minas.

\*

### *Imagens do saber – Segredos da natureza*

17 de julho

Um amigo teve idéia de distrair os meus ócios de aposentado comunicando-me precioso livrinho de 1759, editado em Lisboa: “Fysiognomia, e Vários Segredos da Natureza”, do espanhol Jerônimo Cortez, em tradução de Antônio Silva de Brito. Quase que éle cabe no bôlso. Mas que sabedoria contém o volumezinho, e como o século 18 sabia coisas raras! Não apenas na arte ou ciência de identificar temperamentos pela côr e sinais di rosto (os que têm pinta no nariz “são naturalmente inclinados a ir pelo Mundo”), senão também em matérias outras de amável variedade.

Muitos “segredos” de Cortez se perderam nesses dois séculos. A humanidade ignora hoje, por exemplo, a propriedade que tem o bafo de alecrim, tomado cada 15 dias: quem assim o tomar “será preservado de tôdas as doenças e renovar-se-á como a águia”. Para um ficar isento de mêdo e de espanto, basta levar consigo, “junto à carne, perto do coração”, fôlha ou raiz de peônia. Se te moleta o zurro do jumento ou o rincho do cavalo, ata-lhe àquele uma pedra pesada no casco, e a éste uma pedra esburacada na cabeça. “Quem trouxer consigo um olho de cão negro, não lhe ladrarão os outros cães: o dito olho lança de si tão grande fartum e cheiro, que os cães o sentem logo, pelo grande faro que têm; e não só não se atrevem a ladrar, mas ainda nem a bulir consigo.”

Os chineses do tempo do dr. Gularte evidentemente ignoravam o “segrêdo para escrever letras que se não possam ler senão ao fogo”, pois do contrário não escreveriam com tinta comum e em chinês comum coisas tão fáceis de decifrar até por quem não sabe chinês. E era simples: “Tomarão sal harmônico feito em pó e destemperado com água, escreverão com éste licor, e não se poderá ler.” Variante: “O mesmo efeito fará o sumo da lima.”

No capítulo de pedras preciosas, tem o jacinto a virtude refrear a loucura e evitar melancolia, “e não sofre representações de fantasmas ou visões”. É, como se vê, pedra que conviria pesquisar e distribuir a todos, uma vez que, contida a inflação, tal despesa se torne viável. Única defesa contra o maiô infinitesimal seria o uso intensivo de esmeralda, pedra que “infunde castidade”.

Outros segredos maravilhosos mereciam ser divulgados para benefício geral. Chamo a atenção para éste de mero entretenimento:

“Segrêdo para que um frangão, estando vivo, pareça morto e assado na mesa: - Tomem sumo de aipo e misturem-no aguardente refinada, e deitarão no môlho umas migalhas de pão nesta água misturada com sumo de aipo, e darão de comer ao frango em jejum destas migalhas, e dali a pouco cairá o mesmo frango no chão amortecido, e no mesmo instante tirar-se-lhe-á tôda a pena e o untarão com mel branco misturado com açafião, de sorte que fique bem corado, e pondo o frango em um prato na mesa, parecerá assado.”

O frangão, é óbvio, corre o maior risco com a brincadeira: parecendo morto e preparado, os comensais caem-lhe em cima, de trinchante e garfo, e... Fica-se receando que o país corra igual risco com a mágica da prorrogação, que o marechal não queria mas os políticos querem por ele. Terá a aparência de um frango assado, sem o escape das eleições. PE verdade que Cortez também conta o segrêdo “para o fazer saltar e fugir”: “molhar-se-á o bico com um pouco de vinagre forte, que lhe chegue à garganta, e de repente se levantará e fugirá da mesa.”

\*

### *Imagens da palavra – Prorrogação*

26 julho

O pagador de promessa, com sua cruz às costas, passava à tarde pela Avenida Copacabana, despertando pouco interesse. Hoje em dia, um madeiro de vinte quilos não impressiona mais ninguém. Haverá outros mais pesados, certamente. Qualquer dona de casa carrega mais do que isso, ao voltar do supermercado, quando circula o boato de que vai faltar esse ou aquele gênero de primeira necessidade.

Além disso, tinha-se a impressão de que o rapaz estava imitando o filme. Um garoto chegou a dizer que com certeza ele anunciava a reprise do sucesso de Anselmo Duarte – e queixou-se de que cinema no Rio é fogo, passa filme novo só de cinco em cinco anos.

- Ele não disse que ia para Minas? – observou um senhor, do tipo desses que estão sempre fiscalizando a vida nacional e a internacional, para descobrir irregularidades. Por que resolveu ficar por aqui tanto tempo?

- Prorrogou – foi o esclarecimento de outro que também presta atenção nas coisas.

E aí está como a prática, senão a teoria, da prorrogação, chega até às promessas dos humildes, ao folclore místico. Por que não prorrogar também o mandato dos governadores? Eles também, coitados, carregam suas cruces, e qualquer uma delas pesa muitas arrôbas. Suportando-as por mais um ano, que aliás passa correndo, o sacrifício é maior, e o mérito também.

Mas a grande vantagem da prorrogação é que já conhecemos os nossos atuais dirigentes, e eles a nós, pelo Brasil a fora. Estamos habituados a seus defeitos e virtudes, e sabemos o que valem. Eles, por sua vez, já nos estudaram, como dirigidos. Os futuros como serão, se forem? Tudo são riscos, inclusive o risco de melhorar, que tonteia a gente.

Os governadores que ou não querem ser prorrogados? Não interessa apurar. Uma doce pressão os levará a aceitar esse suplemento de via-crucis. Os candidatos também serão prorrogados. A idéia de prorrogação envolve sempre conotações gratas. Prorroga-se uma estação de veraneio, uma viagem à Grécia, o prazo para pagamento de um imposto, que dá à gente a ilusão de não pagar o imposto. Nunca se viu alguém conjugar este verbo no tocante a um luto, à pena de um condenado, etc. Portanto, a prorrogação, até para o ato de carregar a pesada cruz do govêrno, tem esse sentido compensatório. O carregador fica na impressão de que está carregando uma braçada de antúrios para o seu amor, ou outro fardo assim igualmente leve, como o próprio amor.

Expliquei essas coisas ao João Brandão, ontem, ao jantar em sua casa. Ele prorrogou a galinha que lhe serviram, e disse que era falta de educação os meninos prorrogarem a dêles.

Defendi os garotos. A galinha, como a cruz, deve ser prorrogada para todos, em boa justiça. Éle disse, que, em se tratando de meninos, o preceito deve ser aplicado em termos. Discutimos, mas a senhora de João encerrou o debate ao voltar da cozinha com a notícia de que a galinha tinha acabado.

\*

### *Imagens dialogais* – **Político**

2 de outubro

- O senhor é parlamentarista?
- Convicto.
- Então vai votar a favor da emenda baleeiro.
- Ah, isso depende.
- Depende de quê?
- De saber para que se vai votar a emenda.
- Não entendi.
- Eu também ainda não, mas estou assuntando. Uma lei nunca se vota só pelo que diz. Vota-se também pelo que está subjacente nas palavras.
- Pode ter uma segunda intenção?
- Se não tiver, a gente tem por ela. Ou as duas coisas ao mesmo tempo.
- Então a questão de princípio...
- Bem, essa é sagrada. Eu ressalvo sempre os meus princípios, ao votar contra éles.
- Mas o senhor sendo parlamentarista, e surgindo agora a chance de implantá-lo...
- Quem foi que disse que surgiu? Quem me garante a instituição do parlamentarismo não será a morte do parlamentarismo? Você viu no que deu a experiência de há pouco tempo. Para preservar o sistema, o melhor é não aplicá-lo.
- Estou vendo que vai votar contra.
- Mas também posso votar a favor, o que será um conforto cívico para mim. Não seria a primeira vez que votaria de acôrdo com as minhas convicções. Custa, mas acontece.
- E o que me diz da extinção dos partidos.
- Como assim?
- Depois de extingui-los será preciso criá-los de nôvo. As pessoas não mudarão. Mudam os alfaiates.
- Mas haverá redução do número de ternos, e será mais difícil trocar de roupa.
- Talvez, mas essa questão não me preocupa. O grave seria se nos extinguissem a todos.
- Não acha que o Partido da Revolução poderia conduzir a isso?
- Criado o Partido da Revolução (se fôr), o normal será entrarmos todos para éle, com desprendimento e elevação de vista. Fica um pouco atochado, mas cabe.
- Os militares...
- O militar adora ter um paisano a seu lado como consultor jurídico, para os problemas que aborrecem. Seria um partido de consultores jurídicos. Eu não sou jurista, mas dou meus palpites ao pé do ouvido.
- E a prorrogação aos mandatos dos governadores?
- A prorrogação... Que lhe parece a prorrogação dos mandatos dos governados?

- É o que eu estou perguntando ao senhor.
- Ah, sim, é mesmo. Desculpe. Eu tenho uma idéia própria sôbre éste problema.
- Pode-se saber qual é?
- Muito simples. É só aplicar o princípio da correção monetária, tão em voga.
- ?

- Far-se-ia uma espécie de correção, de remarcação do valor político de cada governador. Só que os índices da política não são obrigatoriamente os mesmos da inflação. Alguns se terão desvalorizados, outros tendem a subir, outros permanecem estáveis. Conforme o valor atual e real do governador, éle seria prorrogado ou não.

- Bem, no seu Estado...

- Por favor, nada de interpretações pessoais, que eu abomino. Não estou vendo Fulano ou Beltrano, só vejo o Brasil! E não vá publicar esta nossa conversa, ouviu? Se publicar, eu desminto. E se eu desmentir não fique zangado comigo, hein? Você sabe que imprensa, para mim, está acima de tudo!

\*

### *Imagens do dia* – **Em versiprosa**

11 de outubro

Soyez le bienvenu, mon general!  
 Que tal o meu sotaque? – Menos mal.  
 A questão é que as novas Diretrizes  
 E Bases não são lá muito felizes  
 ao deixar ao capricho do freguês  
 estudar tudo ou nada de francês.  
 Aprendemos assim, ano após ano,  
 somente inglês (inglês americano)  
 para dizer: Welcome boy! E Charles,  
 como se fósse um falar novo de Arles?  
 (Daqui já estou sentindo, a breve alcance,  
 toldar-se o tempo na Maison de France)  
 Ah! bem melhor, mais simples e faceiro,  
 falar ao general em brasileiro,  
 em carioca, na língua de Monsueto,  
 de samba, de “meu chapa”... O resto é espeto.  
 Mas, no momento de efusão cordial,  
 lembro e saúdo Béatrix Reynal,  
 tão francesa, tão nossa, no Leblon  
 ensinando a ser útil e a ser bom.  
 Seu velho sonho: a França convidá-la  
 a ver de nôvo a França. O muito amá-la  
 e servi-la, na hora do perigo,  
 não justificaria o gesto amigo?  
 Sê gentil, Marianne, e sem detença,

a querida Béatrix leva a Provença.  
- Ei, amigos, chegou o dia onze. Já pode repicar na tôrre o bronze,  
acabaram-se as listas a granel.  
Foi por falta de tempo ou de papel?  
Se continuasse assim, pelo infinito,  
não escapava gato nem mosquito.  
Suspenso, aposentado, reformado,  
demitido, cassado, processado,  
e tudo mais em ido ou ado – geme  
e justiça, se é que existe no IPM.  
João Brandão, do bom-gôsto sentinela,  
pleiteia nôvo horário de novela:  
de zero a zero hora – obrigatório  
para autor de novelas punitório  
e exclusivo, em cabines especiais,  
para não perpetra-las nunca mais).  
Finda a semana, a chuva no lajedo  
zarandando, ponho-me a ler Macedo  
Miranda, e nos contos de “As três chaves”  
Engenho e arte, em requinte, são como aves  
de agudo bico, e bicam no mistério  
das coisas um encanto extraordinário.  
É rima? Não é rima? Pingo um pingo  
na cronicola, e a todos bom domingo.

\*

### *Imagens no tempo – De volta*

26 de fevereiro

Meu amigo João Brandão tirou umas férias longas e passou-as na Argentina, de onde agora regressa, inteiramente rural e eucalíptico, encantado com os bichinhos da terra, agua e ar. Em Buenos Aires, deu-lhe vontade de ver “O Silêncio”, de Bergmann, e não pôde; depois de um mês no cartaz, para maiores de 22 anos, o Ministério Público apreendeu o filme, declarando-o nocivo à santa moral que nos rege e santifica. Leu nas fôlhas que a CGT de lá, em seu plano de luta contra o encarecimento da vida, vai ocupar os centros de produção do país. Soube que os frigoríficos pediram a proibição da venda da carne ao povo durante dois dias na semana, para não prejudicar a exportação. À vista do exposto, transferiu-se com seus netinhos e o fato da família para local retirado e aprazível, onde os grilos anunciam às cinco da tarde que é hora de copetim, os filhotes de rã ensaiam natação por entre ágeis gusarapos, o bicho canastra se fecha com muita discrição em sua casinha própria, pendurado a uma fôlha, a vespa faz ninho ao lado da aranha, pia o bem-te-vi, e há sempre um vagalume vindo de Minas Gerais ou da China, para demonstrar a doce universalidade dos vagalumes. À noite, no sítio era comum ver satélites artificiais percorrendo suas órbitas no céu límpido. João, porém, preferia baixar os olhos à terra

e entrar em comércio com os viventes da natureza, que não ambicionam publicidade. E entre pinheiros mil, de vária espécie, fileiras de eucaliptos, pouco livro, sesta bem dormida, garotos de bodoque em punho, deambulações infinitas em ruas que são estradas verdes, onde se alternam o esplendor e a ruína das quintas, passou seu tempo de não fazer. Aqui chegando, encontrou o salário-mínimo reforçado.

- Tenho pena do Acre – comentou. Com êsse salário de 30.900 cruzeiros, o mais baixo de todos, acaba atraindo a grande indústria e seus problemas. Ficará inabitável.

Tranqüilizei-o, informando que um deputado da Amazônia já protestou contra a sovínice oficial, e pleiteia para a região o mínimo de 70.000 cruzeiros, superior a qualquer outro da tabela; além disso, tôdas as regiões já se tornaram uniformemente inabitáveis, o que não impede que continuem a ser habitadas com exemplar resignação e às vezes até com prazer. Há prazer em pequeninas coisas, que não constituem objeto de controvérsia, pois tanto o latifundiário como o João Pinheiro Filho podem fruí-las. Disso vivemos; nisso confiamos.

Concordou comigo em que certas essências da vida não dependem dos políticos, por muito mal que éles consigam fazer-nos; e que convém reforçar, ao lado do salário-mínimo, nossa capacidade de resistir à deterioração da vida pela violência, resguardando nosso íntimo, minimíssimo quintal de gostos e simpatias, outrora jardim. Impressiona-me e conforta-me a fidelidade dos sêres à vida: por todos os lados irrompem ameaças à sua continuação e paz, mas é maravilhoso sentir, quando acordamos, que ainda não fomos triturados e que nossa inclinação para continuar vivendo de um jeito na confusão, ou pensa que dá.

João Brandão reintegrou-se na perra vida de sempre. O arvoredo e os netinhos ficaram longe, mas há truques para a presença; e lembrar não é espelho mágico?

\*

### *Imagens de fim – Uma loja*

25 de março

Peço a musa da crônica uma nênia pela morte de O Camiseiro. Uma casa tão popular, tão dentro da vida carioca durante quase meio século, não pode acabar assim, sem o acompanhamento sentimental de uma coroa de palavras. É verdade que não devo ter comprado muita coisa no Camiseiro, loja barulhenta e meio confusa; camisas, certamente não. E agora me vem êste remorso: terei contribuído para a sua falência, deixando de adquirir lá as camisas brancas, listradas, de manga curta ou comprida, de bôlso e sem bôlso, de punhos com e sem botões (as antigas, sem colarinho), vestidas durante êsse estirão de tempo? Serei um dos responsáveis pela queda do Camiseiro?

Pode ser que uma tarde, passando pela Rua da Assembléia, eu deixasse de reparar na cara sombria de um dos quinze sócios da casa, postado à porta: se a observasse, leria nela o vencimento de uma duplicata e a impossibilidade de quitá-la. Então, o justo, o coroável, o guanabarino seria associar-me à preocupação daquele comerciante, e dizer-lhe que confiasse em Deus; bater-lhe-ia no ombro; oferecer-lhe-ia meus magros préstimos: tenho um amigo que tem um amigo que tem um amigo que é gerente de um banco mineiro excepcionalmente dinâmico; quem sabe se êsse banqueiro não quebraria o galho da firma?

Por outro lado, se eu prestasse o serviço, é bem possível que o branco pusesse o ôlho na velha sede do Camiseiro, determinado a instalar ali mais uma de suas agências, e meus bons

ofícios teriam sido fatais. Nunca se sabe o resultado de um impulso generoso, e em determinadas situações, a regra de ouro é ficar quieto, para não agravar os acontecimentos.

De qualquer modo, e por mais alheio que me reconheça à sorte do Camiseiro, sinto-me solidário com êle nesta hora de dissolução. É a relação invisível mas real entre um morador e sua cidade. Tudo que acontece nesta bate no peito daquele e retumba com maior ou menor intensidade. As lojas tradicionais são um pouco propriedade de seus clientes e até dos indivíduos que nunca puseram nelas os pés mas sentiram sua influência na vida urbana. As lojas apenas? Tudo. Fui incendiado com o Parc Royal e com o Cinema Alhambra. Tive pezadelos de madrugada com o prédio do Elixir de Nogueira; demoli-me com a Praça 11 e reverdeei nos jardins de Botafogo: estou sempre em construção, demolição, reconstrução; caem-me do tórax os azulejos das velhas fachadas da Rua do Lavradio, desapareço rangendo com os bondes da Zona Sul, torno-me sujo e vulgar com as lanchonetes, circulo como térmita nos subterrâneos de O Dragão, sou as casas e os becos e os parques e o cais e a pérgula do Copa e o boteco próximo ao Hospital dos Servidores do Estado onde se espera a hora de visitar o doente pobre. Direis que me exibo em demasia com êsse unanimismo carioca, explorado como efeito estilístico. É possível. Mas deixai-me confessar que me sinto um tanto falido com o Camiseiro. Também tive (e quem nunca as teve?) minhas loucuras de maio, aliás também de abril, julho, setembro, o ano todo. Mas foi o Camiseiro quem me ensinou a chamá-las assim, numa fórmula genial. É um serviço que lhe devo e não pagarei. Inscrevo-me no rol dos devedores da casa, com rubrica de títulos incobráveis. Adeus estrutura velha. É hora de inventar um nome nôvo para novas loucuras.

\*

### *Imagens urbanas* – **Redescoberta**

15 de julho

João Brandão, o sem-pneu, descobriu ontem a existência de duas ruas no Rio de Janeiro. Bem no centro, e ninguém sabia. Ou senão, perdera-se a memória delas na noite dos tempos. Pois na realidade, consultando suas lembranças, pôde verificar que se tratava de logradouros bem antigos – as chamadas Rua da Quitanda e Rua São José.

O meu pedestre amigo viu aquêles espaços abertos e aventurou-se por êles. Outros cidadãos e cidadãs faziam o mesmo. Não era terreno baldio: eram ruas, com asfalto, meio-fio, prédios e tudo mais que entra na composição normal de uma rua. No meio, pessoas iam e vinham, com a maior naturalidade, mudavam de rumo, conversavam. Uma coisa realmente extraordinária, pois ninguém precisava correr dos automóveis ou passar por cima dêles, não se viam postes espatifados, árvores quebradas, sangue no chão, velas acesas. Enfim, uma rua como havia em outros tempos, onde – não é mentira não – se andava.

A sugestão de outros tempos levou-o a procurar placa ou tabuleta orientadora, pois se persuadiu de que trotava na venerável Rua do Sucussarará, talvez já promovida a Rua da Quitanda do Marisco. Faltava a indicação, mas era tudo como se já tivesse sido e voltasse a ser – milagre de paz. Não pensou em visitar a casa da esquina com a Rua do Sabão, onde mataram Duclere, pois não é de ler crimes; mas gostaria de saber se àquela hora José de Alencar redigia o seu folhetim na redação do “Correio Mercantil” tomando cafézinho com Francisco Otaviano e Manuel Antônio de Almeida; e se, no escritório de advocacia do dr. Rodrigo Otávio, pai,

Machado de Assis conspirava a fundação da Academia. No nº 44 o Conde de Gobineau estaria despachando o expediente do Consulado Francês?

Tímido, não desejando perturbar tão ilustres varões, ficou de indagar tudo isso ao Brasil Gerson, que sabe as ruas, as casas e os moradores do Rio, século a século, e se mandou para a outra rua, a do Antônio Nabo. Felizmente já não ostentava a chaga do mercado de escravos, transferido para o Valongo; e de malandros nem sombra, pois o Vidigal os mandara a todos passear. Era uma grata rua, com a farmácia homeopática fundada por um socialista utópico francês, um sapateiro que só pelo Carnaval se esbaldava no zé-pereira, os clássicos Café Chave de Ouro e Rio Banco, a Casa Cavalier, as livrarias, tantas: Quaresma, Castilho, Jacinto, J. Leite, Acadêmica... Nenhuma funcionando mais? Lá está a São José, com o Carlos e o Walter depositários e continuadores da tradição literária da rua do mesmo nome.

Rua redescoberta por João Brandão, em 1964, em consequência da reforma do trânsito, que aboliu a passagem de veículos nela e na sua vizinha da Quitanda. Em ambas foi restabelecido o prazer de andar, que andava ausente do Rio de Janeiro. Um tão puro prazer. Aproveita, minha gente, antes que se lembrem de restabelecer a vez dos automóveis. É a nossa vez, a vez dos piétons, ruas-de-recreio para grandes também.

\*

### *Imagens do dia* – **Livrarias**

19 de julho

Na Rua Regente Feijó não está mais o Braziellas, em sua lojinha de uma só porta, vendendo livro usado. A notícia não é de molde a afetar a harmonia das esferas. Nem mesmo a vida da cidade. Mas será sentida por alguns amadores de livros que gostam de proceder à arqueologia nos “sebos”, e que todo domingo liam a página do “Jornal do Comércio” onde se anunciava o que se poderia chamar de velhas novidades bibliográficas. Lá estava sempre a coluna do Braziellas, apregoando sua mercadoria com um grão de pitoresco, marca-registada do livreiro. Ao anunciar um exemplar antigo do “Dom Casmurro”, em que as traças tinham deixado sua renda, êle esclarecia: “Do Machadinho, com picos”. Fechava negócio pelo telefone, e segunda-feira de manhã quem corresse à Regente Feijó para separar o seu volume já não encontrava nada, ou topava com três ou quatro competidores mais diligentes. Durante a semana, se fazia um bom negócio. Braziellas fechava o estabelecimento e ia descansar. Certa vez, descansou forçado seis meses, devido a um desastre de bonde; quando voltou ao “sebo”, os ratos tinham comido o estoque.

Não morro de amôres por livro velho, e sua livraria fica fora de mão. Por isso, raramente ia lá, e mal tocamos algumas palavras. Um dia, precisei de um exemplar de livro meu, esgotado, e fiz-lhe a encomenda. Passada uma semana, Braziellas telefonou-me dizendo que arranjará o volume. Era sexta-feira santa, quem é que pensava em comprar ou vender livro, quando metade da população rezava e outra metade gozava o feriado? Segunda-feira fui procurar o volume, que já estava embrulhado à minha espera. Recebi-o e perguntei quanto custava. “Não custa nada. Não cobro do autor que precisa do seu próprio livro”. Sob o aspecto meio rústico, tinha dessas delicadezas, que costumam distinguir a profissão livreira. Parece que seu pequeno comércio não agüentou o repuxo do aluguel da casa. Não é a primeira livraria a desaparecer por êsse

motivo. A Rua Regente Feijó perdeu um traço característico para alguns. Como uma senhora que troca de nariz, já não é a mesma pessoa; pode ficar até mais bonita, não é a mesma pessoa.

\* \* \*

Em compensação, a Livraria José Olympio Editôra está de casa nova na Rua Marquês de Olinda, 12, entre duas pequenas paisagens soberbas: o mar e o Pão de Açúcar a um lado, o Corcovado do outro; em frente, o casario de Botafogo ainda emerge de árvores que dão regalo à vista. São quatro pavimentos com todas as coisas bem nos seus lugares, uma livraria no térreo, um jardim tropical no terraço; no miolo, os serviços comerciais e editoriais e o cérebro da Casa, com J.O., Daniel, Athos e Colley Pereira comandando um pequeno exército de empregados amigos, pois tudo foi planejado e executado em têrmos de uma obra de cultura com reflexos humanos. Fui lá assuntar e senti a presença e a realidade do livro na vida brasileira de hoje; realidade e presença que devem tanto a José Olympio e a sua equipe. Apesar dos pesares, o livro está fazendo sua revolução, e mesmo entre contradições que lhe estorvam o caminho êle indica à nossa gente um comportamento nôvo, que a má política não saberá invalidar. No momento, saía do forno o livro de Vivaldo Coaracy, “Paquetá – Imagens de ontem e de hoje”. Trouxe-o para casa, quentinho e vivo, com a história desconhecida da ilha contada pelo seu mais ilustre morador de agora. V. Cy não é apenas cronista delicioso que ensina aos mais novos as artes do ofício: é também historiador preciso e sério, em que se pode confiar. E Paquetá vale bem um livro, que êle soube escrever com simpatia e probidade. Vou passar o fim de semana na ilha de papel e terei cuidado em não perguntar pela Moreninha: pois velho morador de Paquetá contou a V. Cy que a Moreninha, já idosa, se mudara para a Ilha do Governador.

\*

#### *Imagens do dia – O 4.º*

16 de agosto

Na rua encontro um amigo que não via há meses. Vai rápido como o prazo de 30 dias para votar as leis, senão... Toco-lhe o braço, convidando para o cafezinho

- Não posso. Tenho que apurar uma dúvida sôbre a sesmaria, antes que outro me passe à frente.

- Que sesmaria?

- A dos jesuítas. Estou escrevendo a história da fundação do Rio, o 4º Centenário vem aí, até logo!

Outro bateu para o Mosteiro de São Bento. A família assustou-se: está querendo ser monge? Nada disso. Compulsa os arquivos da Ordem para descobrir a planta do trapiche da Prainha, hoje Praça Mauá, que já foi chão de beneditinos. Motivo: prepara uma obra sôbre as faces antigas da cidade.

Sei de um pintor abstrato que, sem repudiar o abstracionismo, está pintando em casa o Morro do Castelo como era ou devia tersido se êle pintor fôsse consultado antes pela natureza; destina os 30 quadros a um leilão espetacular em homenagem ao 4º e em benefício dêle mesmo. Enquanto outro, da Pop Art, elabora composições com materiais diversos, colhidos nas ruas do Rio, em estado natural, para celebrar a cidade.

Uma cobra da bossa-nova ensaia a “Garôta de Copacabana”, a do Leblon, a Gávea, do Andaraí, do Engenho Nôvo, de Del Castilho, de Vigário Geral, que mais? Cada bairro ou administração regional terá sua garôta devidamente musicada na série do Rio quatrocental, pois não é justo que só a de Ipanema goze dessa promoção.

Ouvi que o barro e o gesso subiram 500% depois que dois escultores associados começaram a preparar maquetas de corpo inteiro ou busto de Mem de Sá, Estácio, padre Anchieta, São Sebastião, Bobadela, Mestre Valentim, Manuel Antônio de Almeida, Pereira Passos, Noel Rosa e outros vultos ligados à alma carioca. Estátuas que um banco de Minas Gerais (um não, há vários disputando) quer mandar reproduzir em miniaturas plásticas para brinde aos clientes em 1965.

Cineastas planejam filmes guanabarinicos e encomendam argumentos a escritores vivos e mortos; um magazine vai lançar para homes a calça “Rugendas” e para mulheres o maiô “D<sup>a</sup> Domitila”, a prestações; hotéis, garagens verticais shopping-centers e restaurantes são construídos da noite para o dia, na previsão da magna data; casamentos são adiados para 19 de março de 1965 e em certos casos suspeita-se que o noivo está pensando é no 5º Centenário; meus conhecidos assumem um ar positivamente histórico, suspeito que vão sacar do bôlso objetos de museu; nunca vi tanto amor ao Rio, tanto interêsse em celebrá-lo. Se o govêrno do Estado não providenciar a tempo as comemorações, não faz mal, todo mundo já está comemorando. Receio é que, quando chegar o 4º Centenário mesmo, a gente não agüente mais ouvir falar nêle.

\*

### *Imagens devastadas* – **Pobres monumentos**

13 de novembro

Os clubes cariocas estão elegendo, de guarda-chuva aberto, entre poças d’água, suas Rainhas da Primavera. As rainhas eu vi, mais cadê a Primavera? Há pelo menos uma estátua com êsse nome, na Praça Santos Dumont, da Gávea. Pois vamos até lá. Pobre menina rica! Tem os dedos de pés e mãos partidos. E suas colegas de mármore Outono, Verão, Inverno – não se acham em melhores condições físicas. Com as quatro estações mutiladas, não é de estranhar que o tempo se faça tão estranho e indefinível no Rio de Janeiro. Temos cacos de primavera, verão necessitando de ortopedia, outono que dispensa manicura, inverno impossibilitado de repetir com a mão o conselho sábio de Jair Rodrigues: “Deixa isso pra lá.”

Em vez de deixar pra lá, o sujeito interessado pelas coisas de sua cidade, em véspera de magno aniversário, que pressupõe cuidados de arrumação, vai assuntando os monumentos públicos do Rio, e verifica que está sempre faltando um pedaço nêles. Alguém passou e tirou uma lasca, enquanto a polícia dormia. Se o conjunto é de mármore, tira pelo prazer de destruir, mesmo com esforço. Se é de bronze, para vender ao ferro-velho.

Que fim levaram as coroas de bronze oferecidas por países amigos e colocadas no pedestal da estátua do almirante Barroso, ali junto do Hotel Glória? De cinco passaram a duas, de duas a nenhuma. Se pensam que o general Osório, na Praça 15, está mais protegido, iludem-se. Também lhe sacaram os louros votivos e, pior ainda, utilizam o monumento para fins de tal natureza que não sei como o bravo soldado não salta do ginete para repelir no grito a semcerimônia.

Havia dois soldados de bronze, baionetas em punho, à entrada da Escola do Estado-Maior do Exército na Praia Vermelha. Você sabe das baionetas? Nem eu. E as espadas brandidas pelos heróis da Laguna? Embainharam-se? Não. Converteram-se à vil condição de “resíduos de metal”, em algum depósito suburbano. Penso nos monumentos maiores e advirto: Cuide-se, Deodoro! Caxias, alerta!

Se os podêres bélicos são assim desacatados pela turma do tira-e-leva, não é de espantar que os santos, os próprios santos, se tornem objeto de rapinagem, como aconteceu a São Francisco de Assis, no Russell, que ficou sem dois de seus quatro medalhões. Nem admira que ao Escoteiro do Flamengo lhe añassem a bandeira, e que de vez em quando mutilem o Manequinho da Praia de Botafogo no que êle de indispensável como chafariz-de-bôlso.

Pode parecer que os destruidores de estátuas tenham apenas intenção de fazer crítica de arte – uma crítica arrasadora – tendo em vista que os monumentos cariocas não primam em geral pela beleza e pelo bom gôsto.

Mas se assim fôsse, depois de terem arrancado um braço do anjo da Fonte dos Amôres, colocada à bôca dos túneis de Copacabana, arrancariam também a perna de mármore que se botou no lugar do braço, para piorar o soneto. Não são estetas exigentes; são vândalos e ladrões, apenas.

Antes que os próprios heróis, ninfas, imperadores, artistas & outros vultos sejam furtados e restem apenas buracos no lugar dêles, é bom recomendar aos vigilantes que não deixem ninguém subir a uma estátua eqüestre sob pretexto de cumprimentar Pedro I; pode-se cumprimentá-lo a certa distância. Não foi à-toa que Austregésilo de Ataíde levou o Machado de Assis de bronze para dentro da Academia: um leitor (*palavra seguinte não identificável*) surripiara-lhe as letras da inscrição. E para reaver pelo menos uma parte do que se tirou aos nossos monumentos em coroas, placas, letras, etc., não seria mau dar uma batida nos ferros-velhos. Por amor da Pátria e da Glória.

\*

### *Imagens ativas* – **Rua Metal Rosicler**

#### **20 de novembro**

Há tempos, quando um grupo de escritores pediu se desse o nome de Ribeiro Couto a uma rua do Rio de Janeiro, êste colunista alvitrou que de preferência se homenageasse o poetas através do título de um de seus livros. A placa da Rua Ribeiro Couto, vago sobrenome, não diria grande coisa ao morador ou transeunte, mas esta indicação – Rua Cancioneiro do Ausente – faria vibrar em um e outro, de mediana sensibilidade, uma corda íntima de poesia. “Moro na Rua Cancioneiro do Ausente” seria uma frase pronunciada com certo orgulho, como, suponho eu, os residentes na Rua Fonte da Saudade hão de sempre manifestar satisfação lírica ao darem seu endereço.

Minha sugestão – eu já esperava – não foi ouvida. Nem me queixo do não aproveitamento de minhas melhores idéias, desde que elas sirvam para encher o palmo de coluna que constitui minha obrigação rotineira. É até bom que não se aproveitem, para que eu possa repeti-las de vez em quando, como se impõe ao pobre diabo que passa (ou ganha) sua vida rabiscando coisas jornalísticas e nem sempre acorda com idéia nova na vasculhada cabeça.

Ora pois, chegou o momento de se prestar homenagem pública a Cecília Meireles, carioca de muito e bom serviço prestado à sua terra no setor da educação, enquanto prestava

outros ao País e ao ser humano em geral, no campo da poesia. O Rio lhe deve alguma coisa. Minhas também, particularmente, pelo seu “Cancioneiro da Inconfidência”. A Índia lhe renderá por certo um preito de amor. Israel há de lembrar-se dela com carinho. Seu nome poderá ser dado a uma escola pública de primeiras letras e a um instituto universitário de estudos de poesia, a um centro de pesquisas folclóricas, a um curso de artes populares, a um curso de desenho, a uma biblioteca. Na universidade de seus interesses intelectuais, Cecília Meireles pode ser lembrada em tantos lugares, por tantos motivos, e de tantos modos!

Pois um desses modos, e dos mais simples, seria ainda a clássica homenagem da rua, que eu imagino uma rua nova, com árvores de boa sombra e uma perspectiva de montanha ou de mar, não importa em que ponto da cidade onde ela nasceu. Fôsse eu dono dos logradouros e lhe chamaria Rua Metal Rosicler. Ou Rua Vaga Música. Ou ainda Rua Mar Absoluto. Estas bonitas combinações de palavras prolongariam o sortilégio da poesia ceciliana, e quem reparasse nelas, se não conhecesse a fonte de onde brotaram, haveria de sentir desejo de conhecer essa fonte. Um nome de rua pode agir como convite à comunhão poética. E mesmo que não conduzisse o passante a uma livraria, o choque inefável, a visão de realidades mágicas habitaria por instantes o homem que viu a placa.

Se êste assunto não te enfada, prometo voltar a êle, sugerindo outros nomes especiais para o Brasil recordar – recordar, não, manter viva a criação de seus artistas, inserindo-a no contexto urbano.

\*

### *Imagens na placa – Avenidas líricas*

22 de novembro

A propósito da idéia de conferir nomes de ressonância poética a logradouros públicos, um leitor telefona para informar que Belo Horizonte já tem a sua Rua Sagarana. Esta palavra não frequenta ainda os dicionários, mas saltou com muita fôrça do livro de Guimarães Rosa, e “a rua, localizada no bairro elegante de Santo Antônio, já dispõe até de rêde telefônica, veja o senhor.”

Pois então, não será absurdo lembrar às municipalidades que se pode impregnar essa coisa banal, a placa de rua, de um elemento sugestivo, de certa maneira embelezador do ambiente. Com isto, presta-se homenagem a um poeta, prosador ou artista, e dá-se de graça um instante de “rêverie” a quem não foi de todo bronco em face do poder encantatório da palavra.

Não custa formular algumas sugestões nesse sentido. Deixo de indicar títulos de autores vivos, não obstante o exemplo consecratório de Sagarana, porque nem todo autor contemporâneo atinge a grandeza do Rosa, e o mais prudente é não facilitar com a turma dos vivaldinos ansiosos por promoção.

A Rua da Divina Quimera ficaria bem em Pôrto Alegre, onde floresceu a poesia “ardente e triste” de Eduardo Guimarães. Uma Rua Lanterna Verde lembraria em Santa Maria o poeta Felipe d’Oliveira, como poderia lembra-lo aqui mesmo na Guanabara. Idem com relação a Álvaro Moreyra: que tal uma Rua das Amargas Não, no Rio Grande do Sul ou no Rio, convidando à seleção das imagens da vida?

Em São Paulo, a Rua da Flauta Encantada teria o mérito de comunicar os moradores de Santos com o seu poeta Martins Fontes e com a última obra cênica de Mozart; a Rua das Cantigas Praiana conduziria a Vicente de Carvalho. Na das Janelas Abertas, perduraria um traço

de Afonso Schmidt. João Miramar, de Oswald de Andrade, daria uma outra avenida atlântica. E João Ternura? Bom nome para uma via pública mineira ou carioca, palpitante da fina afetividade de Aníbal Machado.

Em cidades fluminenses, a Rua das Primaveras, com Casimiro de Abreu; a Sinhá Flor, com B. Lopes; a Alma em Flor, com Alberto de Oliveira, e a Luz Mediterrânea, com Raul de Leoni: qual prefeito que não teria prazer em inaugurá-las?

Em Minas Gerais: “Dona Mística”, de Alphonsus de Guimaraens, e a “Tarde Florida”, de Belmiro Braga, envaideceriam Mariana e Juiz de Fora, respectivamente.

Na Guanabara, o bom Sousa Caldas compareceria ao indicador urbano com a Rua Viola de Loreno; Catulo Cearense, a dificuldade é na escolha entre Sertão em Flor, Mata Iluminada e Boêmios no Céu; mestre Bilac pompearia na Avenida Caçador de Esmeraldas, Ronald de Carvalho dispensaria lâmpadas de mercúrio na Rua Luz Gloriosa, e um porta esquecido, Gustavo Santiago, teria sua chance na Rua Cavaleiros do Luar, sugerindo serenatas a que convidaríamos Magalhães Pinto e seu bandolim.

Na Bahia, impõe-se a Avenida Espumas Flutuantes; em Alagoas, a Rua Invenção de Orfeu ou Nêga Fulô; em Sergipe, a Rua Fonte da Mata ou Lâmpada Velada; em Pernambuco, a Rua das Últimas Cigarras e a do Caminho Enluarado; Castro Alves, Jorge de Lima, Hermes Fontes, Olegário Mariano, Ademar Tavares.

Isso para não sobrecarregar muito o Rio, convertendo-nos em nôvo “Pays des Articoles”. E Brasília? Por que não humaniza um pouco suas superquadras numeradas, adotando essa nomenclatura lírica, apta a exercer saudável influência psicológica em seus moradores?

\*

### *Imagens a visitar – Céu distrital*

16 de dezembro

Fiquei assanhadíssimo ao saber que o professor Otávio Egito, em todas as noites de bom tempo, instala um telescópio na Praça Bernardelli, em Copacabana, franqueando-o ao público, “para pesquisas nos céus da Guanabara”. Em primeiro lugar, amo de antigo amor a Praça Bernardelli, dos tempos em que emoldurava o Restaurante Lido e por isto Praça do Lido se chamava. Restaurante alinhado para a época, pois comer em penumbra, com pequeno abajur em cima da mesinha, era novidade, e outra novidade era dançar no centro do salão, a certa altura dos acontecimentos. Aí por 1940, jantar no Lido era o fino. Lá íamos festejas ossos amigos que pintavam ou escreviam coisas, à base de talento. Fazer qualquer coisa notável era motivo de alegre mastigação coletiva no Lido.

Depois o restaurante fechou e foi substituído por uma escola e uma biblioteca popular, nós também fomos fechando aos poucos, uns para sempre, a “noite” tomou impulso com gente nova, em bares e boates, mas a Praça do Lido ficou nos arquivos íntimos, com luz suave de abajurzinho. A garotada, pela manhã e à tarde, matinha nela a graça da vida. E como sempre haverá namorados pobres, era lá à noite que eles continuavam se abraçando, como fazem aliás os irmãos Bernardelli de bronze, colocados a pequena distância da casa, perdão, do local onde foi a casa-ateliê deles, no Lido.

Pois agora o telescópio do professor me enche de alvôço, e aqui me vou a imaginar pesquisas muito especiais num céu privativo do Estado da Guanabara, que a propriedade das coisas pode muito bem estar nos olhos, desde que êles saibam olhar. Por instantes, alimento o sonho de contemplar uma lua, umas galáxias particulares, bem nossas, não do Estado do Rio, de Pernambuco, Acre ou Montevidéu, astros e estrêlas identificados com o nosso destino paroquial. Sorrindo à nossa consulta, inspirando boas soluções a nossos problemas locais e individuais.

Que custa desejar, no espaço? Temos o telescópio franqueado ao povo, no Lido, e através dêle recuperamos a massa estelar que os edifícios estavam tapando. Reavemos nossos signos zodiacais, ficamos mais protegidos e informados. Talvez eu, na pressa de bater essa coluna, confunda astronomia com astrologia, e deseje mais perguntar mais coisas ao Escorpião do que estudar a organização celeste. Perdoai-me, professor Egito, se levo para êste lado miúdo o vosso projeto de divulgação científica. Assim é o croniqueiro: vai tirando partido de tudo em escala tão pessoal, que o imenso palco do firmamento fica reduzido às dimensões do gabinete do sábio dr. Mirakoff, que talvez nem tenha gabinete.

O que não impede que os demais moradores do bairro façam o mesmo, e venham povos de outras regiões para a conversação noturna com os nossos astros, Júpiter e Vênus que são hoje vedetas da Guanabara. O Lido ganha com isso em poesia e mistério. Os bondinhos-reboque deixados lá, imóveis, convidam à viagem em redor ou dentro de nós mesmos. Com o telescópio, a viagem será em anos-luz, na rota infinita, e muita imagem fascinante traremos de volta, na lembrança, para enfeitar o nosso dia de trabalho: “Ontem à noite estive em Beteljosa, depois do jantar...” Já sabem que Copacabana deixou de ser apenas uma região administrativa; é um céu profundo.

\*

### *Imagens cariocas – Debaixo da ponte*

15 de janeiro

Moravam debaixo da ponte. Não é lugar onde se more oficialmente, porém êles moravam. Ninguém lhes cobrava aluguel, impôsto predial ou taxa de condomínio: a ponte é de todos, na parte de cima; e de ninguém, na parte de baixo. Não pagam conta de luz e gás, porque luz e gás não consumiam. Não reclamavam contra a falta de água, raramente observada por baixo de pontes. Problema de lixo não tinham: podia ser atirado em qualquer arte, embora não conviesse atirá-lo em parte alguma, se dêle vinham muitas vêzes o vestuário, o alimento, os objetos de casa. Viviam debaixo da ponte, podiam dar êsse endereço a amigos, recebê-los, fazê-los desfrutar as comodidas internas da ponte.

À tarde surgiu precisamente um amigo que moravam nem êle mesmo sabia onde, mas certamente morava: nem só de ponte é lugar de moradia para quem não dispõe de outro rancho. Há os bancos confortáveis nos jardins, muito disputados; a calçada, um pouco menos propícia; uma cavidade na pedra, o mato. Até o ar é uma casa, se soubermos habitá-lo, principalmente o ar da rua. O que morava não se sabe onde vinha visitar os de debaixo da ponte e trazer-lhes uma grande posta de carne.

Nem todos os dias se pega uma posta de carne. Não basta procura-la; é preciso que ela exista, o que costuma acontecer dentro de certas limitações de espaço e de lei. Aquela vinha até

êles, debaixo da ponte, e não estavam sonhando, sentiam a presença física da ponte, o amigo sorrindo diante dêles, a posta bem pegável, comível. Fôra encontrada no vazadouro, supermercado para quem sabe freqüentá-lo, e aquêles três o sabiam, de longa e olfativa ciência.

Comé-la crua ou sem tempêro não teria o mesmo gósto. Um de debaixo da ponte saiu à caça de sal. E havia sal jogado a um canto de rua, dentro da lata. O sal também existe sob determinadas regras, mas pode tornar-se acessível conforme as circunstâncias. E a lata foi trazida para debaixo da ponte.

Debaixo da ponte os três prepararam sua comida. Debaixo da ponte a comram. Não sendo operação diária, cada um saboreava duas vêzes: a carne e a sensação de raridade da carne. E iriam aproveitar o resto do dia dormindo (pois não há coisa melhor, depois de um prazer, do que o prazer complementar de esquecimento), quando começaram a sentir dores.

Dores que foram aumentando, mas podiam ser atribuídas ao espanto de alguma parte do organismo de cada um, vendo-se alimentada sem que lhe houvesse chegado notícia prévia de alimento. Dois morreram logo e o terceiro agoniza no hospital. Dizem uns que morreram da carne, dizem outros que do sal, pois era soda cáustica. Há duas vagas debaixo da ponte.

\*

## **ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.**

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

### À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

## ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969) (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

Gen. Ex. ARTHUR DA COSTA E SILVA

Tem. Brig. FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO

Vice-Alm. AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD

## Anexo 2

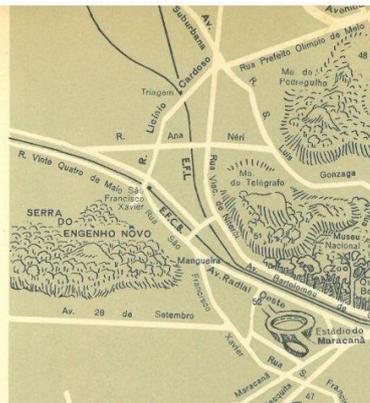
Abaixo, estão os mapas citados na seção 3.

**Mapa 1** – Organizado e desenhado por Eduardo Canabrava Barreiros (1964).



## REFERÊNCIAS

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <p>1—ESTAÇÃO RODOVIÁRIA<br/>2—TOURING CLUB DO BRASIL<br/>3—MUSEU DE BELAS-ARTES<br/>4—BIBLIOTECA NACIONAL<br/>5—MUSEU HISTÓRICO<br/>6—TEATRO MUNICIPAL<br/>7—ASSEMBLEIA<br/>8—BONDES DE S.<sup>ta</sup> TERESA<br/>9—MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA<br/>10—MOSTEIRO DE SÃO BENTO<br/>11—MOSTEIRO DE S.<sup>to</sup> ANTÔNIO<br/>12—CONVENTO DE S.<sup>ta</sup> TERESA<br/>13—IGREJA CANDELÁRIA<br/>14—CATEDRAL<br/>15—IGREJA DO ROSÁRIO<br/>16—IGREJA DE S.<sup>ta</sup> LUZIA<br/>17—IGREJA N. S.<sup>a</sup> DO BOM-SUCESSO<br/>18—SANTA CASA<br/>19—INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO</p> | <p>20—MUSEU DE ARTE MODERNA<br/>21—MONUMENTO AOS MORTOS DA GUERRA<br/>22—PALÁCIO DO CATETE<br/>23—PARQUE EDUARDO GUINLE<br/>24—PALÁCIO LARANJEIRAS<br/>25—PALÁCIO GUANABARA<br/>26—ESTÁDIO DO FLUMINENSE<br/>27—CASA DE RUY BARBOSA<br/>28—ESTÁDIO DO BOTAFOGO<br/>29—REITORIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL<br/>30—CAMINHO AEREO DO PAO DE AÇÚCAR<br/>31—ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA<br/>32—COPACABANA PALACE<br/>33—FORTE DE COPACABANA<br/>34—SOCIEDADE HÍPICA<br/>35—CAPELA DE N. S.<sup>a</sup> DA CABEÇA<br/>36—PUC—PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA</p> | <p>37—C. R. DO FLAMENGO<br/>38—ESTÁDIO DO REMO<br/>39—PALÁCIO SÃO JOAQUIM<br/>40—HOSP. MIGUEL COUTO<br/>41—HOSPITAL SOUZA AGUIAR<br/>42—PALÁCIO DA GUERRA<br/>43—PALÁCIO ITAMARATI<br/>44—SEMINÁRIO DE SÃO JOSÉ<br/>45—IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER<br/>46—COLÉGIO PEDRO II<br/>47—COLÉGIO MILITAR<br/>48—ESTÁDIO S. JANUÁRIO<br/>49—ESTÁDIO DO AMÉRICA<br/>50—CEMITÉRIO DA GAMBOA<br/>FAVELAS: 51. DA MANGUEIRA—52. DO ESQUELETO—53. DO CATUMBI—54. DA GAMBOA—55. DE NOVA CINTRA—56. DA RUA HUMAITÁ—57. DA BABILONIA—58. DO CANTAGALO—59. DA CATACUMBA—60. DA ROCINHA<br/>61—SEDE DA LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA</p> |
|--|--|---|



**Mapa 2** – Google Maps (2022)

Por meio do *QR Code*, é possível visualizar o trajeto construído na seção 3, o qual parte das ruas do Centro para chegar até Copacabana.

